



NORDESTE



"São os do Norte que vêm..."

São João do Nordeste

MAURO MOTA

A GRADEÇO o honroso convite do Rotary Clube do Recife, convite que me traz ainda o sentido de uma reconciliação. São João andava meio brigado comigo. Numa destas noites, escrevi uma nota contra o bombardeio de Junho no Recife. Estampidos de transvalianas por todos os cantos da cidade. Nas ruas do centro, na zona residencial, na área das maternidades e dos hospitais. A malandragem de fogo aceso incendiando o repouso de crianças e adultos, de bons e docentes. Ningum podendo mais dormir o seu «soninho sossegado».

Era como se o diabo andasse solto de noite. Explosões de rebentar os timpanos das estátuas nas praças e de fazer taquicardia até nos corações de Jesus das casas de família.

A nota foi mal compreendida. Julgaram o pobre autor do contra em matéria de tradição que ele de certo modo defendia. Porque, no seu humilde entender, tradição é coisa bem diferente de metralhar os bairros com «cabeça de negro», insistentemente, de modo a deixar a população quase doida. E nenhuma tradição é mais querida no Nordeste, e particularmente em Pernambuco, do que a sanjoanesca.

Ela é antiga no Brasil. Vem das origens, do começo da colonização. Vem das crenças que nos comunicaram os povoadores portugueses, já mencionad pelos primeiros cronistas.

E, entre os primeiros cronistas, Frei Vicente Salvador, já em 1627.

Passado o período de «fervor e devoção», dos indígenas pelos atos religiosos, «era necessário levá-los à força» à Igreja. Espontaneamente («todos com muito boa vontade») só compareciam quando havia novidades, «como dia de São João Batista, por causa das fogueiras e capelas». (1)

Não falamos, contudo, numa tradição puramente ibérica. Encontramo-la em outros países europeus. Pelo menos através das fogueiras escandinavas em honra de Freya (que os holandeses iriam acender também durante o período da ocupação em Pernambuco) e das fogueiras levantadas nas aldeias francesas e também nos subúrbios de Paris até o reinado de Luiz XV.

Na praça fronteira ao «Hotel de Ville», a lenha não era queimada morta. Era tóda uma árvore viva a que lançavam fogo como a uma Jeanne D'Arc vegetal. As cinzas o povo guardava como relíquia.

Talvez, para fugir ao sacrifício iniciado, a árvore tentasse subir pelos próprios galhos e refugiar-se na copa mais alta. Tudo inútil. As chamas traziam-na de cima para acabar de devorá-la no chão. Sobre as chamas despejava-se um saco de gatos sem dono, caçados pelas margens do Sena.

Os dolorosos miados e o cheiro de carne torrada marcavam a nota mais alta dos festeos. Mais alta para a calhanha miúda. Porque, quando o rei comparecia, incendiava-se uma raposa em homenagem a sua majestade.

Essa prática foi um exagero apenas local, pois não coincide com a lenda de origem das fogueiras de São João: as

achas que Santa Isabel acendeu para avisar a Maria o nascimento do filho, seis meses antes do de Jesus.

Nada tinha a ver o precursor com gatos e raposas. Outros foram os bichos de sua fauna cristã: o cordeiro nos ombros e os gafanhotos que liturgicamente se suicidavam, lambusando-se de mel silvestre e voando à boca do santo quando a boca se abria na pregação do deserto.

zam-no pelos fracassos com as namoradas:

«As moças não me querendo
dou pancadas no santinho»

Acha o mestre de Apipucos impossível conceber-se um cristianismo português ou luso-brasileiro sem essa intimidade entre o devoto e o santo.

ciava no jornal «O Carapuceiro». «Por toda parte (em Pernambuco) arranjam bolos, tiram-se sortes e soltam-se foguetes... A gente do meuçalho não deixa de festejar o São João a seu modo».

Mas, em 1860, esse entusiasmo começou a esfriar com a primeira postura municipal, proibindo fogueiras na cidade, «sob pena de vinte mil réis de multa e o duplo na reincidência». (3)

Na paisagem vegetal nordestina, precisamos acrescentar esta informação: o milho é uma cultura de São João. O carneiro manso de João vigia. Não come os grãos nem as folhas tenras. De João é o milharal oscilante nos roçados, a safra das espigas na puberdade, o milho verde dos pratos regionais da época: o milho assado, o milho cozido, a pamona e a canjica de sabor incomparável em nossa região. A canjica derramada nas melhores travessas dos guarda-louças familiares e prestando-se a certas homenagens e a certos galanteios. Em cima da canjica, desenhadas à canela, as iniciais do dono da casa só para abrir o precedente dessa técnica joanina de polvilhar. Com mais gosto e mais requinte, aparecem as primeiras letras e às vezes o nome todo do primo rapaz, do estudante em férias, do jovem promotor público da comarca, convidado para a ceia. As primeiras letras ou o nome por extenso de «todo o que amor, que sonho, que flôres» das moças empenhadas na culinária sentimental.

Sendo uma cultura de São João, o milho é uma cultura religiosa do Nordeste. À margem de um pedaço de terra para semeá-lo por conta própria, os nossos matusinhos desentendem-se com os senhores de engenho ou proprietários de fazendas. Juntam a mulher, os filhos, a cabra de leite e os cacarecos e vão procurar pouada mais adeante.

A mandioca ocupa o segundo lugar no preparo das iguarias deste mês. É a massa do pé-de-moleque, felizmente ainda livre de qualquer arianismo na receita.

São João e o Natal constituem, do Ceará a Alagoas, as grandes etapas do calendário popular. Não existem, nas referências orais. Junho ou Dezembro. Existem o mês de São João e o mês de Natal. Tudo é feito para eles e em função deles. As economias, a roupa nova, a venda e a compra de bichos, a casa, os noivados, os casamentos e até os filhos. Andei, certa vez, cascavilhando o registo de batizados de oito sacristias do interior e cheguei a essa conclusão.

Em Junho de 1949, assisti a festa do casamento de um cambateiro em Macacos. Somente a festa. O casamento, religioso com efeitos civis ou somente religioso, fracassara no dia marcado. Não viera o padre, por sinal nosso conhecido, o padre Daniel Lima. A festa, côncoos e zumbumbas, continuou a rolar. Depois da meia-noite, os convidados começaram a cair fora e os noivos, com as fatigas da cerimônia, a olhar desconsolados um para o outro. Chamado a intervir no caso, o senhor do engenho, Zilde Maranhão,



A natureza creava asas para quebrar-lhe o jejum e adocicar-lhe as mortificações.

A um asceta dessa estirpe, lutador sem medo contra a corrupção de Herodes, deve ter doido no fundo do peito o desvirtuamento do seu culto. Foi o que aconteceu em vários lugares e tempos. Em Malta, no começo do século XVI, o culto aparecia ligado às mais grosseiras manifestações de idolatria.

Se nessa mesma época, época do nosso aparecimento, livramo-nos dessa idolatria grosseira, não nos livramos, felizmente, de outra, a do lírio e do bom humor peninsulares.

Gilberto Freyre diz que, em nossa região, São João Batista é festejado no seu dia como se fosse um rapaz bonito e namorador, solto entre moças casadoras que até lhe dirigem pilhérias:

«Donde vindes São João,
que vindes tão molhadinho»

ou

«onde vindes, ó Batista,
que cheirais a alecrim?» (2)

Quanto aos rapazes, fazem mais do que pilhória com o santo. Responsabiliza-

Intimidade que, observamos, com o tempo não seria apenas afetiva. Seria agrícola, culinária e social. E, na amplitude do seu território de expansão, campestre e litorânea, das serras e das planícies, sempre numa aura de ternura:

Capelinha de melão
é de senhor São João;
é de cravos, é de rosas,
é de manjericão.

Pereira da Costa refere-se a bandos de capelistas (homens e mulheres coroados de flores e folhas) que outrora percorriam alegres as ruas do Recife. E, numa revivescência do batismo de Cristo no Jordão, iam tomar banho na Cruz do Patrônio, ou na praia de Fora de Portas:

Meu São João
eu vou me lavar
e as minhas mazelas
irei lá deixar.

Lembra o historiador pernambucano que São João Batista foi proclamado patrono da campanha emancipacionista de 1645, com os postos de capitão e general. E que vem desse fato haver sido eleito padroeiro dos militares após a restauração de Pernambuco.

Em 1837, o padre Lopes Gama noti-

(Continua na pág. 8)

TÓPICOS

Um congresso do nordeste

A iniciativa do Instituto Histórico da cidade de Goiana está agora sob a responsabilidade do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Trata-se, como já foi amplamente divulgado pela imprensa de Recife, da realização de um congresso cultural em 1934, por ocasião do III Centenário da expulsão dos holandeses. Nenhum data mais significativa para a cultura nordestina lo que a da Restauração Pernambucana, onde, hoje, sociólogos e historiadores vêm o marco inicial de nossa existência como nacionalidade definida. E a idéia do Instituto Histórico de Goiana, tão bem recebida pelo Arqueológico de Recife, não deve ficar pela metade, isto é, num congresso intra-muros sem repercussão nacional. Para isso é necessário que se ativem os trabalhos de divulgação do temário por todos os quadrantes do país para que, na verdade, possamos ter um congresso de projeção nacional. Caso contrário, estaremos sendo indignos do passado que nos legaram os bravos restauradores da pátria brasileira.

Pelo que temos notícia, o tema é amplo e abrange não só a parte histórica propriamente conhecida como também tese sobre geografia do nordeste, lettras, artes, ciências e tudo o mais que se relacione com a nossa formação histórico-social. Será, pois, uma grande oportunidade para um levantamento cultural de primeira ordem tão pouco comum às nossas atividades gerais no terreno dos estudos regionais.

Resta, porém, que as comemorações não se limitem ao Congresso do Nordeste e que também tenham um cunho eminentemente popular e artístico a exemplo do que estão programando os paulistas para comemorar, na mesma época, o IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo.



Provincia

Gilberto Freyre com Edson Nery, Odilon Ribeiro Coutinho e Benício W. Dias anunciam o aparecimento de uma revista de cultura sob o título de "Provincia". Como a sua homônima do Rio Grande do Sul, dirigida por Moysés Vellinho, "Provincia" aliará à felção gráfica de primeira plana uma colaboração escolhida e dedicada a assuntos referentes à vida social e artística do nordeste, tendo por ponto de referência a cidade do Recife. Há grande expectativa nos meios culturais do país em torno do aparecimento do primeiro número de "Provincia" que, provavelmente, ainda se dará este ano.



Sociedade dos amigos do Recife

Césio Regueira Costa, de volta dos Estados Unidos, no alômbo em sua homenagem, lançou as bases para a fundação da Sociedade dos Amigos do Recife com o fim principal de defender o velho Recife e incentivar o novo, sem descharacterizar a tradicional fisionomia da cidade. A idéia foi muito bem recebida e a Sociedade dos Amigos do Recife muita terá que fazer nesta terra onde se planta à beira do Capibaribe um mestrengão como o tal edifício Capibaribe...



Revista do Norte

Custou, mas saiu muito bem apresentada, como sempre, a tradicional revista de José Maria C. de Albuquerque, "Revista do Norte", no seu número 5, de junho de 1932, é um primor de arte gráfica manual e um caderno que reúne colaboração de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, Gil Maranhão, Manuel Caetano, filho e Lydia Estêvão de Oliveira. Além da sua magnífica e sóbria apresentação gráfica, vale destacar a reprodução de fotografia do Pórtio do Recife — um aspecto do arrecife de arenito — de Benício W. Dias, em "clique" e impressão realizadas pelo próprio diretor de "Revista do Norte".



Marasmo nos meios artísticos

Os artistas das artes plásticas em Pernambuco vivem uma realidade difícil. Nunca mais houve um salão independente que chamassem a atenção do público e servisse de incentivo aos artistas desta terra. É bem verdade que a D. D. C. realizou uma exposição realizada pelos principais recantos da cidade, mas pela maneira como foi apresentada não despertou o interesse que merecia. Faltou ao Recife uma galeria no centro da cidade onde os artistas pudessem exponer as suas últimas criações. Faltam melhores prêmios ao Salão do Estado que, se não fosse a ajuda da Universidade do Recife, estaria reduzido a um só prêmio de Cr\$ 10.000,00. Falta também interesse das particulares endinheirados para adquirir obras novas e de valor, ao invés de ordinárias reproduções litográficas com que encheta as paredes de suas casas.



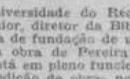
A atividade dos novos

A editora "Região", com Edmíl Régis e Maurício Meira à frente, tem estado em grande atividade nos meios literários mais jovens. Daí o lançamento de dois livros que foram muito bem recebidos pelo público e pela crítica. O primeiro, o livro de sonetos do jovem poeta Carlos Pena Filho, "O Tempo da Suseja", já esgotado, foi uma estrela das mais ruidosas entre os poemas da nova geração de poetas pernambucanos. E o segundo, uma "plaqueira" de Evaldo Cabral de Melo, sobre o "Recife, uma introdução ao estudo das suas formas e das suas cores", com um significativo prefácio de Gilberto Freyre.

A editora "Região" anuncia para breve lançamento, entre outros, "O Belo", poesias de Craveiro Lelé, "Encontro com Esperança", poesias de Fernanda Pessas Ferreira, "A Primeira Estação", contos de Maurício Meira e "Poemas do Ofecimento", de Edmíl Régis.

Sociedade dos amigos de Pereira da Costa

Amílio Quintas, professor da Universidade do Recife, trouxe iniciativa a Olímpio Costa Júnior, diretor da Biblioteca Pública do Estado, apoiando a fundação de uma associação que reunisse os amigos de Pereira da Costa. A Sociedade foi criada e já está em pleno funcionamento. Do seu programa consta a edição de obras novas sobre história pernambucana e de reedições das obras de seu patrono. A Sociedade conta com 14 sócios fundadores e já um acrescido número de efetivos em pouco menos de um mês de iniciada.



Gilberto Freyre na Academia

A Academia Pernambucana de Letras elegeu, por iniciativa de sua diretoria, o escritor e sociólogo Gilberto Freyre para a vaga aberta com o falecimento do Cônego Xavier Pedroso. A eleição de Gilberto Freyre, por absoluta unanimidade dos acadêmicos pernambucanos, provocou uma onda de simpatia para a velha casa de Carneiro Vieira que se espalhou homenagear espontaneamente o grande mestre da sociologia brasileira. A posse do novo acadêmico, que será um acréscimo cultural de inigualável relevo na paisagem cultural da província, está marcada para outubro. O escritor Luiz Delgado fará o discurso de recepção.



No «terço de Dona-Finha, que beleza, a ladinha, tirada por Guiomar! Mas virou freje! Um canalha soltou um «mijão» na palha, incendiou todo o altar!

Arêjando no terreiro, Aos pares, junto ao brazeiro, que agora mesmo acamou, namorados assam milho. — Espiga verde! teu brilho muito segredo levou! (7)

Nos folguedos da zona rural, o nosso cancioneiro popular expande-se pelo São João:

A desgraça do pau verde é ter o seco encostado; vem o fogo, queima o seco, e fica o verde queimado.

Minha mãe, me case logo, enquanto sou rapariga; que o milho plantado tarde não dá pendão nem espiga. (8)

«Minha mulher, meu cavalo, morreram os dois num dia. Antes morresse a mulher, Meu cavalo é que eu queria. Cavalo custa dinheiro e mulher não faltaria.»

O «sonho de um cangaceiro» revela toda a fúria do bandoleirismo das cattingas:

— «Um tiro só? Que foi isso? Pergunta o chefe medonho — Fui eu, diz o cangaceiro, Que matei um diabo em sonho.»

Trazem o cheiro dos desafios de Ju-nho entre violeiros sertanejos estes «versos de sete» (9), de Joaquim Francisco e José Cláudio alusivos à miscigenação:

«Eu te darei a resposta quando tu me responder quatrocentos rabanetes quantas folhas pode ter, um português com uma preta o que é que podem fazer?»

A primeira foi deboche a segunda foi dispeque a verdade conhecida abre e fecha como leque. Português junto com preta só pode fazer moleque.»

Ao lado da culinária, da música e do canto, das reuniões de famílias nas casas grandes enfeitadas de lanternas e balões coloridos, reuniões hoje perturbadas pela legislação do ensino secundário que transferiu para Julho as férias de Junho dos estudantes, existem a «nossa» a fogueira e as superstícios de São João. A fogueira mesma uma superstição. Compadres e comadres de fogueira.

«São João dormiu. São Pedro acordou. Vamos ser comadres, que São João

[mandou].»

A meia noite, Santanas surgindo no meio das chamas. Felizes os rapazes que conseguem apertar-lhe a mão de braço. Terão sorte em mulheres e jôgo.

Rodrigues de Carvalho considera do círculo da auto-sugestão os roceiros passarem lentamente, medindo os passos, de pés descalços, sobre o brazeiro intenso da fogueira, invariavelmente de pâ-darco ou angico. Viva senhor São João, es-

(Continua na pág. 19)

São João do Nordeste

(Continuação da pág. 1)

gritou do alto de sua autoridade montada num burro:

— Recolham-se à camarinha que a manhã eu resolvo.

Mas, com ou sem casamento, os cônjuges e as zabumbas estariam em função.

Contam que, a 24 de Junho, Deus e Santa-Isabel, dão um narcótico a São João para que ele adormeça durante o dia e a noite toda. Tém medo de que ele, descendo ao mundo, não queira mais voltar para o céu. Daí o canto:

Acordai, acordai,
acordai, São João!
acordai São João.
Ele está dormindo,
não acorda, não.

Mas não morre a esperança de sua chegada à terra nordestina no meio de fogos, danças e músicas populares: samba, ciranda, rolinha doce-doce.

Segundo Rodrigues de Carvalho, (4) o baião toma diversas modalidades coreográficas e no canto: o desafio, o martelo, a ligeira, a embolada.

É curioso o folclorista paraibano afirmar que «o baião é o mais comum entre a canhula». (5)

Ora, atualmente, o baião, estilizado, é a música favorita da grã-finagem. Ou a canhula foi roubada ou invadiu as discotecas e os clubes elegantes.

Euclides da Cunha recorda «divertimentos anacrônicos que os povoados sertanejos reproduzem, intactos, com os mesmos programas de há três séculos».

«Nas choupanas em festa recebem-se os convidados com estrepitosa salva de rompeiras e como em geral não há espeto para tantos,arma-se fora, no terreno varrido, decorado de ramagens, mobiliado de cepos, e troncos, e raros tambores, mas imenso, alumiado pelo luar e pelas estrelas, o salão de baile. Despontam o dia com alentados tragos de aguardente, a teimosa. E rompem estridulamente os sapateados vivos. Um cabra destalhado ralha na viola. Serenam, em vagarosos manejos, as caboclas bonitas. Revoluteia, «brabo e corado», o sertanejo moço. Nos intervalos, travam-se os desafios. (6)

A descrição é tão viva e atual que tira o anacrônico dos divertimentos. Os mesmos programas continuam.

Vamos encontrá-los também, descritos com fidelidade, por um poeta contemporâneo, Otoniel Menezes, talvez o mais nordestino dos poetas do Nordeste:

Fumam, chiando, as fogueiras.
Arcos de palmas, bandeiras,
lanterninhas de papel.
O vento, em brancas lufadas,
sacode pelas calçadas
fôlhas, flôr, a granel.

NORDESTE

REVISTA DE CULTURA
Editado pela Empresa JORNAL DO COMÉRCIO S. A.
Redação e gerência: RUA DO IMPERADOR, 163

3º andar — Recife — Pernambuco

Diretor: Esmaraldo Marroquin
Redator-chefe: Aderbal Jurema
Secretário: Yvonildo de Souza

— Solicitamos permissão para as publicações congêneres.
Todos os livros enviados a esta revista serão registrados independentemente de critica assinada.

Número avulso Cr\$ 4,00
Número atrasado Cr\$ 6,00
Nos Edições Cr\$ 5,00

REPRESENTANTES — João Cabral de Melo Neto (Londres-Inglaterra) * Clever Dias (Paris-França) * Artur Coelho (New York-E. U.) * José Conde (Rio de Janeiro-D. F.) * Alcântara Silveira (São Paulo) * Silvio de Macêdo (Maceió-Alagoas) * Jota Soares (Salvador-Bahia) * Gembra Filho (João Pessoa-Paraíba) * Eríco Veríssimo (Pôrto Alegre R. G. S.) * Hélio Galvão (Natal-Rio G. do Norte) * Alphonsus Guimarães Filho (Belo Horizonte-Minas) * Dalton Trevisan (Curitiba-Paraná) * Salim Miguel (Florianópolis-Santa Catarina) * Antônio Girão Barroso (Fortaleza-Ceará) * J. Pedrosa (Campaña Grande-Paráhyba) * Lício Neves (Carpina-Pernambuco).

Viagem sentimental ao redor dos vestidos

Visão de arte e beleza no território mundano do late Clube no momento do desfile dos tecidos pernambucanos em algodão

Notas de MARCOS DE SANTO ANDRÉ



SENHORINHA TERESA SANTANA
Toilette — "Soir de Paris"

Como sucesso social "A Festa do Algodão" ultrapassou o limite esperado. O que de mais fino existe na sociedade pernambucana estava presente no late, para prestar a iniciativa do industrial Jorge Dantas Bastos, de dar realce aos tecidos de algodão do Seridó, fabricados na Tecelagem de Seda e Algodão de Pernambuco, que, diga-se sem exagero, transformados em vestidos, po-



A senhora Jorge Dantas Bastos recebe da comissão linda corbeille de flores naturais

dem ser homenageados pelos visitantes das vitrines do "Faubourg St. Honore", onde impera a sensibilidade estética de Jeanne Lanvin.

A noite gentil, de céu estrelado e de temperatura agradável como milagre de primavera nos trópicos, refletiu uma visão de arte e beleza na mensagem espiritual que representam os vestidos quando espalham os cuidados da alta costura no "donaire" das atitudes delicadas e nos coloridos discretos de desenhos repousantes tão gratos à sutileza feminina.

Há vestidos de totais movimentos de suavidade, como aquele com que desfilou a senhorinha Jeanne Bastos de Oliveira, que deixou simpatias em vários rostos pelo encanto harmonioso das suas linhas, de autorizado "it" para aparecimento em baile. Outros existem sofisticados, com o nome de "Soir de Paris", amáveis em uma parada de elegância em Longchamps, com que a senhorinha Teresa Santana no "dancing" deslison em altitude de desembargada parisiense. Mas o "leit motiv" de atrações foram os vestidos esportivos ou para as tardes de sol, com notável encanto apresentados pela senhorinha Isa Reinaldo em tecidos comoventes e comovidos, propícios às tricômias dos figurinos envaidecidos como L'Officiel ou Photoplay. A Tecelagem de Seda e de Algodão de Pernambuco pode orgulhar-se da maestria dos seus tecidos, que podem ser valorizados pela elegância de uma Duquesa de Windsor ou de Ava Gardner. Agora, abro um parêntesis, quanto à arte de como os tecidos foram costurados. Não entendo do assunto. Ouvi elogios como



SENHORINHA JEANNE BASTOS DE OLIVEIRA
Toilette de Nolte — "Tabú"

recriminações. Sei apenas que o late estava em atmosfera agradável, com a presença de fisionomias entrecedoras. Claro que não direi tóidas, que seria exagerar. Mas, como sempre, uma festa no late satisfaz, principalmente para quem se acclimatou ao ambiente. O lado mais simpático dessa reunião mundana foi o da valorização de que é nosso, bem pernambucano como os tecidos em algodão que nada ficam em inferioridade aos melhores do sul.



SENHORINHA ISINHA REINALDO
Modelo sport de Fustão Branco

(Continuação da pág. 3)

te setor, reconhece como mais apropriado às condições de nosso meio naqueles tempos.

Ao chegarem a Pernambuco, os holandeses encontraram uma terra onde atuavam os processos portugueses de ocupar, produzir e colonizar: processos de contacto entre raças; processos de miscigenação; processos de tratar com a mão de obra servil; processos de catequese dos índios; processos de construção de casas e de cidades; processos de repartição das terras; processos de cultivar a cana e fabricar o açúcar. Constituia-se já uma sociedade apoiada na monocultura açucareira, feudalista ou semi-feudalista, patriarcal, monocultural, latifundiária, escravocrata.

Aos flamengos — embora lhes sobrassem outras qualidades como comerciantes e financeiros ou como artistas, cientistas, humanistas — faltavam aptidões para realizar obra semelhante à que aqui encontraram. Disso é um sinal o fato de jamais se haverem afirmado em parte alguma dos trópicos como bons colonizadores.

Muito menos capazes se revelariam de, encontrando em nossos trópicos uma colonização florescente, com a idade de um século, assimilá-la ou substituir os seus valores nascentes pelos valores culturais de que eram portadores. Se, por um lado, sua tarefa se facilitava pelo desbravamento já realizado e pelas lições de adaptação deixadas pelos portugueses, é certo que, por outro lado, ela se tornaria mais difícil pelo conflito entre as duas culturas alienígenas. Mais difícil sobre tudo em face dos objetivos ou do espírito meramente mercantis dos neerlandeses.

Veremos que não conseguiram realizar o enraizamento na terra, na sociedade, na economia encontradas. Ficaram na superfície ou na periferia. Não penetraram. Superpuzeram-se.

IV — SENTIDO URBANO DA COLONIZAÇÃO FLAMENGA

Haviam os lusitanos estabelecido um sistema de exploração agrícola. Sobre ele assentava a vida econômica e social da colônia. Sistema agrário feudal, embora de um feudalismo mitigado com senhores porventura menos senhores que os da Europa Medieval, nos séculos X e XI, mas com seu poderio apoiado no domínio da terra, com seus latifúndios, suas armas para a defesa, suas casas-fortalezas, seus capelões.

Desses elementos da vida rural devidos ao português ninguém nos dá idéia mais viva do que o sociólogo de "Casa Grande & Senzala": "Na zona agrária, desenvolveu-se, com a agricultura absorvente, uma sociedade semi-feudal — uma minoria de brancos e brancas dominando patriarcas, poligamos, do alto das casas grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha; vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão". E mais adiante: "A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a réde, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater familius, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcismo poligamo); de higiene do corpo e da casa..." "Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia..."

As atividades administrativas, antes da chegada dos batavos, são exercidas não apenas em função das rendas que a metrópole devia auferir, mas também das conveniências dos senhores rurais. "O governo da terra estava identificado com os interesses da nobreza agrária", como salienta o escritor de "Tempo dos Flamengos".

Essa estrutura econômica, social e política, o holandês, com seu mercantilismo e seu espírito urbanístico, não soube, não pôde, não possuía aptidões para preservar ou melhorar. Pelo contrário, durante a fase de seu domínio, assistimos a uma tendência geral no sentido do enfraquecimento desse sistema de economia e de civilização rural, oriundo da vocação lusitana para colonização nos trópicos.

Tem essa significação o deslocamento, então verificado, do eixo da vida da colônia, dos campos para a cidade. Era a perda de importância da vida rural em benefício da vida urbana.

Importa nisso, logo de inicio, o abalo sofrido pelos senhores de engenho em seu poder e em seu prestígio. Perderam, — com a qualidade de membros, que alguns possuíam, da Câmara de Olinda, — a possibilidade de influir sobre o governo em benefício das atividades rurais. Era o primeiro declínio. Outros se seguiram. Sofrem, mais tarde, restrições nos seus direitos relativos ao tratamento dispensado aos escravos.

Não é o mérito dessas medidas o que interessa apreciar. É a circunstância de implicarem em restrições ao poder, antes quase absoluto, dos representantes da economia agrícola. Criou-se, para eles, uma sujeição às autoridades que decretavam ordens de seus gabinetes nas cidades, em contraste com os métodos anteriores, de seus ascendentes ou compatriotas, os portugueses, sob os quais os donos de engenhos nos térmos de José Honório Rodrigues, "mandavam e desmandavam. O próprio clero se encontrava subordinado ao patriarcado rural. Eles absorvem toda a autoridade colonial. Os próprios delegados da autoridade central são incapazes de contrariar esse mando absoluto e autoritário".

Mesmo os fenômenos de superfície, os feitos militares, refletem a supremacia rural com os portugueses

e a maior importância urbana com os flamengos. Sérgio Buarque de Holanda faz a seguinte observação: — "enquanto no Brasil português a defesa urbana era por vezes um sério problema, devido à escassez de habitantes, no Pernambuco holandês deu-se exatamente o contrário". "De fato, comentou o nosso ainda pouco citado José Antônio Gonçalves de Melo, neto, pode-se comparar a rapidez com que foram ocupados Olinda e o Recife em 1630 e as dificuldades que teve o invasor de se apossar do interior, mesmo dos lugares mais próximos às cidades. E, em 1645, o contrário: os flamengos entregaram em poucos dias o domínio do interior — as derrotas foram em lugares próximos do Recife: Casas Forte, Tabocas, Guararapes — concentrando-se nas cidades".

A expressão mais visível do sentido urbano que os holandeses emprestaram a sua política de colonização reside no próprio engrandecimento do Recife, por eles realizado. Uma cidade nova iria surgir. "Já antes de Nassau — nota Afonso Arinos de Melo Franco, estudando o "Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil" — em 1636, a administração holandesa pedia ao Conselho da Companhia das Índias que, com os colonos esperados, remetesse materiais de construção: pedra, madeira e cal, pois tudo isso era escasso e caro no Recife. Manifesta-se já a tendência urbanística da colonização flamenga. Poucos colonos se dirigiam ao campo, pois eram, em geral, pobres e procuravam meio de vida na cidade. A instalação agrícola sempre custou caro".

Essa preocupação da grande "urbs", do enorme centro, com palácios sumptuosos, com ruas que foram calçadas até com tijolo da Holanda, com largos parques que foram arborizados até com planta já adulta, ia-se tornar mais característica ao tempo de Nassau. Era como se o êxito da obra colonizadora repousasse no fausto da vida urbana e não na faina criadora da agricultura.

mente formando grandes centros de consumo. Como não havia, nem podia haver, — dado o fundamento na monocultura da economia da colônia — uma base suficiente de culturas de subsistência, não se podiam deixar de agravar os problemas de abastecimento da população urbana em processo de rápido crescimento. O drama da fome vivido por essa população era uma consequência fatal da política urbanística da colonização holandesa.

Sob o clamor da falta de alimentos, apelam os flamengos para as medidas compulsórias e draconianas sobre o plantio da mandioca. E o fazem com Maurício de Nassau, o modelar. Essas medidas que alguns já elogiaram não parecem, entretanto, ter sido destinadas a diversificar as atividades agrícolas pelos males que a monocultura sabidamente acarreta para a própria economia rural. Parecem, antes, determinadas pela necessidade de abastecer o Recife, considerado por Joannes De Laet, a cidade brasileira mais carente de viveres, naquela época.

Tiveram esse fundamento os repetidos editais de Nassau obrigando os agricultores ao cultivo de certos números de covas de mandioca por negro cativo, sob pena de serem considerados inimigos do Estado, e estabelecendo o regime das fintas na proporção elevada de 50 por cento da farinha produzida. Agrava-se a coação dessas medidas pela forma como eram executadas, com grandes vexames e humilhações para os outrora poderosos senhores rurais, o que também está na lógica da hegemonia urbana dos flamengos.

Considera-se a irritação ocasionada no campo por medidas dessa natureza e seu efeito sobre os acontecimentos militares. Já observou Capistrano de Abreu que "entre os agravos dos Pernambucanos contra os Holandeses capitulava-se o de, por estes, terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca".

Manifestação, ao mesmo tempo, da tendência mer-



Mapa da planície do Recife — meados do século XVII — existente no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

E' sobretudo com Maurício de Nassau que os flamengos se tornaram, entre nós, os precursores da expansão artificial da vida urbana à custa ou em detrimento da economia rural. Interessa voltar ao cotejo com a orientação portuguesa: Um Duarte Coelho não teria despendido 600.000 florins na construção de um palácio monumental como o de Friburgo. O mais provável é que, possuindo tal soma ou contando com ela, a invertesse na instalação de novos engenhos, na formação de novos canaviais, enfim no desbravamento e ocupação econômica de mais terras para a agricultura, convencido que estava, e com acerto, de que, desta atividade, dependia o destino da empresa colonizadora.

Quanto não teriam feito os holandeses em favor das atividades agrícolas e reprodutivas com os capitais empregados em realizações muitas vezes sumptuosas, na cidade, se em vez da preocupação urbanística tivessem tido o sentido rural do colonizador português? Aqui reside uma das causas principais de seu fracasso no Brasil.

V — SUBORDINAÇÃO ECONÔMICA DA VIDA RURAL À VIDA URBANA

A questão da farinha de mandioca foi, de certo modo, uma manifestação do domínio da cidade sobre o campo. De crises agudas de abastecimento, tocando por vezes às raízes da fome como as que ocorreram ao tempo dos holandeses, não há notícia na fase anterior da colonização. E' preciso, por isso, relacioná-las ao vertiginoso crescimento urbano verificado sob os flamengos.

Parce que o colonizador da Holanda não se advertiu de que quem cria grandes cidades está concomitante-

cantil e da hegemonia da cidade sobre o campo na época holandesa foi a pressão que o comércio urbano exercia sobre os agricultores. Não consiste ela apenas nas margens de lucro provenientes da venda dos produtos importados da Holanda e necessários ao trabalho rural ou dos artigos que a companhia privilegiada trazia do Oriente. A exploração assume proporções asfixiantes no caso dos juros cobrados sobre os débitos, que, embora oficialmente limitados a 12 e 18 por cento, houve quem os contasse sob as taxas de 38, 40 e 42 por cento.

Com o preço do dinheiro exacerbado, não surpreende que as dívidas da lavoura dificilmente pudesssem ser resgatadas. Ao contrário, acumulavam-se constituindo encargo crescente para o qual eram insuficientes os lucros da produção açucareira, já comprometidos por outros fatores como a especulação no preço da mão de obra servil e a exorbitância da tributação.

Trata-se de uma forma de opressão que não podia deixar de determinar, a pouco e pouco, a debilitação da agricultura que continuava sendo, apesar de tão maltratada pelo invasor, o sustentáculo econômico da colônia. Além de produzir esse efeito, tal sufocação econômica era uma das principais fontes de irritação e revoltas, surdas a princípio, declaradas mais tarde. O que ainda melhor se comprehende ao se ter em vista que, na época, eram permitidas as prisões por falta de cumprimento das obrigações civis. Natural, portanto, que depois atuasse entre as causas da insurreição o empobrecimento geral dos senhores de engenho ocasionado pela avidez da finança flamenga e israelita, caracterizando-se o movimento também como uma revolta de

Pereira da Costa na Assembléia

ANDRADE LIMA FILHO

Ai fica, pelo menos, a sugestão.

Agora outra descoberta curiosa: Agamenon Magalhães foi, meus senhores, nesta Casa, o precursor da, sem dúvida, saborosa política aqui adotada hoje, par droit de conquête, pelo seu primo Metódio Godoi: política das professoras. E foi forte, nela. Abramo, ao acaso, os Anais. A página 149, correspondente à 42a. sessão ordinária, realizada em 15 de maio de 1922, vê-se, espremidinha, a seguinte emenda: "A crescente-se a terceira entrância a cadeira de segunda, da Colônia, município de Palmares. (a) Agamenon Magalhães". Na 47a. sessão, do ano de 1923, pede para ser contado "o tempo em que esteve em disponibilidade a professora Alexandra de Albuquerque Araújo". Dias depois, na sessão de 25 de maio, requer que se mande "computar na pensão da professora jubilada dona Joaquim Gomes Pereira Lira a gratificação de antiguidade e bons serviços".

Como se vê, quando se tratava de professora, Agamenon Magalhães estava sempre no pé da conversa. Exatamente como o Metódio. Mas, para não alongar demasiado essa digressão pelos caminhos do pitoresco parlamentar da época, deixemos para outra oportunidade o capítulo, também saboroso, das "subvenções e auxílios", por cuja revelação tanto se empunhou o nosso colega Elípidio Branco. E, como amostra, basta aquela ajuda de três contos de réis à matriz de São José, com essa justificativa de praxe: "para reforma da matriz"...

Decididamente, os antigos tinham razão: nada de novo sob o sol. Mas os tempos mudam. E o sr. governador, que ontem era deputado e hoje representa o Poder Executivo, já não vai muito, não, com essas coisas práticas que se chamam subvenções, auxílios, gratificações ou modificações de entrâncias.

As professoras, hoje, meus senhores, estão no topo sem cachorro. O seu mastim magnífico fez-se grande de Espanha...

UM DISCIPULO DE SENECA

NO MEIO de tantos ruidos, fluindo na correnteza dos acontecimentos como o óleo que não se dilui na água, Pereira da Costa continuava no seu canto, calado. Para ele, como para Seneca, "na grande turba inconstante das coisas, só é certo aquilo que passou". O "seu" Passado, sim, que ele trabalhava, mexendo nos papéis dos arquivos com a paciência de um monge medieval. A ele, deante dos fatos daquele mediocre cotidiano dos homens que o cercavam, com as suas paixões e as suas reviravoltas, arrastando-o também, por vezes, ao sabor das ondas, talvez se aplicasse, com exatidão, o pensamento de Pascal: "O presente de ordinário causa mágoa. Nós o escondemos de nossos olhos, porque ele nos aflige e, quando, por exceção, ele nos agrada, ainda mais o presente nos desconsola, porque o estamos sentindo fugir com rapidez". E Pereira da Costa, se não escondeu o presente, como fazia Pascal, dele se escondeu, fingindo-se no seu silêncio criador, na penumbra gloriosa de suas pesquisas, como a ostra dentro de sua concha.

De longe em longe, punha a cabeça de fora, como se para tomar ar. Era um projeto de auxílio ao funcionalismo, como aquele da sessão de 21 de março de 1922, que mandava estender à Sociedade Previdente dos Funcionários Públicos os favores concedidos, pela lei n.º 130, de 1919, à Cooperativa dos Funcionários Públicos. Ou uma emenda, como aquela, apresentada na discussão do orçamento de 1916, mandando acrescentar, no n.º 32 do art. 2º, no § 1º, "mais 305000 por metro correto de testada das casas térreas situadas na principal arteria comercial da cidade, da rua do Crespo à praça da Boa Vista, inclusive". Ou, para não fugir aos estípulos, uma moçambique de felicitações natalícias ao seu querido chefe Rosa e Silva, um voto de pesar pelo falecimento de Joaquim Nabuco ou uma comunicação de que, desincumbindo-se da determinação da presidência, "representaria a Câmara na procissão do Senhor Bom Jesus dos Passos".

Aliás, essa representação era muito importante e, segundo mesmo uma expressão de José Vanderlei, deputado da época, era "a mais importante da Casa". Por sinal, certa vez, sua designação ia dando, aqui, um bolo dos diabos, embora se tratasse de coisa pia. Isso porque se furtaram dumas feita alguns deputados, inclusive Joaquim Bandeira e Francisco Cabral, a fazer parte dela. A cosa esteve séria. O supracitado Vanderlei foi à tribuna e afirmou, indignadíssimo, que aquela recusa importava numa ofensa aos sentimentos religiosos do nosso povo. E, mais do que isso, numas desconsiderações ao "vulto mais eminente da humanidade".

— Que vulto é esse? — pergunta, ironicamente, Francisco Cabral. E quando Vanderlei responde que é Jesus Cristo, Cabral insiste nos seus motivos filosóficos, mas Joaquim Bandeira se apressa em esclarecer que "estava de viagem para o interior". E, assim, sem deixar de atender aos seus negócios, o bucélio cidadão conservava-se de boa amizade com o Senhor Bom Jesus dos Passos".

Pereira da Costa não era um político. E devia sentir-se enojado de suas tramas, de seus mexidos, de suas intrigas que, vez por outra, procuravam envolvê-lo, como os tentáculos de um polvo. O panorama, que ele lhe oferecia, talvez se lhe afigurasse, a ele, o espírito objetivo, o homem do documento, o apaixonado do problema, o pesquisador do fato, circunscreto dentro daquela moldura, dolorosa mas exata, em que o norte-americano Bryce, no seu livro "Os republicanos sul-americanos", nos colocou:

"São as intrigas pessoais que dominam a maior parte dos homens políticos do Brasil. Poucos são os que se mostram sensíveis à gravidade dos problemas que a nação deve encarar: centro de populações disseminadas, cuja coesão faz-se preciso acentuar; meios de comunicações que é necessário desenvolver; o crédito público a sustentar, rendas que é indispensável poupar escrupulosamente e aplicar em obras úteis, e, enfim, e principalmente, uma massa de índios e de negros que devem ser educados e civilizados. Em parte alguma do mundo se faz sentir com tanta urgência a necessidade de uma política avisada, que se aplique exclusivamente a construir".

Essa política não existia, como ainda não existe. O que havia, em torno dele, era a agitação estéril dos corrilhos. Como então esperar de um homem já dito se voltado para outros temas, interesse por uma tal política? Portanto, indiferente a tudo aquilo, Pereira da Costa exilava-se, cada vez mais, nos seus arquivos, para ai entabolar com o Passado o diálogo das nossas grandezas ancestrais. Porque "não é certo aquilo que passou".

Por outro lado, a Câmara já não lhe oferecia tranquilidade. Pernambuco não era mais um "remanso tranquilo". Estavamos agora naquelas agitadas dias de 22, da luta autonomista de Borba contra a petulância intervencionista de Epitácio, cujo "slogan" era o célebre grito de que "Pernambuco não se deixará humilhar". A Câmara, dantes reunida sob a bandeira do "Paz e Concordia" de José Bezerra — que foi, como diria Nestor de Sousa, o "vêu de Salambó" da época — entrava agora num período de luta acesa. Otávio Tavares, presidente durante várias legislaturas, e eleito sempre sob aquela sig-

OTÁVIO TAVARES, pois desejava na presidência um homem de confiança do Partido, um homem de luta, capaz de enfrentar a situação. Pereira da Costa, o presidente Pereira da Costa, diz a resenha da histórica sessão, afirma "não estar na ordem do dia a eleição para o cargo vago, mas consulta à Casa se a eleição deve ser feita imediatamente". A Câmara, incontinenti, se manifesta pela eleição imediata.

Que acontece, então? O velho Pereira da Costa, sem uma explicação, abandona a presidência e retira-se. Acompanham-no Souto e Bezerro Filho, assumindo a presidência Pedro Vello. E Mário Domingues é eleito, sob estrondosos aplausos das galerias, conforme reza a ata dos trabalhos da dia.

Mas não foi só. Daí por diante começa Pereira da Costa, já enfermo, a ausentear-se da vida parlamentar. Solicita licença, como se vê da leitura do expediente do dia 25 de abril, "por motivo de doença". E, no dia 22 de julho, é lido um ofício "do exmo. smr. dr. Francisco Augusto Pereira da Costa comunicando que, por incômodo de saúde, é assim impossibilitado de exercer o honroso mandado de 1º vice-presidente desta Câmara, vinha renunciar dito cargo". Depois disso, como se vê das resenhas, só volta a comparecer na sessão de 14 de outubro. Estava chegando ao fim o grande pernambucano.

A DIVIDA RESGATADA

AGORA uma revelação, senhores, que talvez vos surpreenda. E sobre os "Anais Pernambucanos". Aprovando o crédito para a publicação dessa obra ciclópica, a Assembleia Legislativa resgatou uma velha dívida para com a memória.



Desenho de BEATRIZ, aluna de arquitetura da Escola de Belas Artes da U. do R.

no de paz, renuncia à presidência desta Casa porque — diz ele — "a investidura, que recebi de todos, não devo exercê-la em nome de alguns somente".

Já velho e alegrebrado, Pereira da Costa via extinguir-se, assim, o doce remanso desta Casa, que tanto lhe agradava ao temperamento de retrair-se da agitação do mundo exterior. E tanta paz lhe deixava também para as suas buscas nos "cartórios da História". Mas, vice-presidente que era então da Assembleia, teve que enfrentar a situação. Fê-lo. Efêmera, porém, foi sua passagem pela presidência. Não de alguns meses. Nem de alguns dias, sique. Mas de alguns minutos. A maioria borbista, com o nome de Mário Domingues engatilhado, queria elegê-lo, imediatamente, substituto de

riado de Pereira da Costa e prestou, sem dúvida, um serviço inestimável à cultura brasileira. Mas — e ai vai a revelação — é engano manifesto imaginar-se que foi essa a primeira vez que esta Casa se ocupou do assunto. Mesmo sem contar-se com a tentativa frustrada do projeto Pedro Afonso, na passada legislatura, verificamos, compilando os Anais, que, na terceira sessão ordinária de 11a. legislatura, em 9 de março de 1922, o então deputado Souto Filho encaminhou à Mesa um projeto, que tomo o nº 1, e que estava assim redigido:

"Art. 1º — O governo mandará, com a possível brevidade, em comemoração do Centenário da Independência, fazer, por conta do Estado, uma edição de 1.000 e-

"exemplares da obra de autoria do dr. Francisco Augusto Pereira da Costa: Anais Pernambucanos".

"I. 1." — Desses exemplares, 100 serão entregues ao autor que deles disporá como "enterter".

"I. 2." — O governo fará distribuição gratuita de exemplares pelas Bibliotecas "Públicas e corporações científicas do país, segundo lista que lhe apresentará o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco".

"Art. 2." — É concedido ao dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, autor dos "Anais Pernambucanos", um prêmio de quinze contos de réis, que lhe será pago no entregar o manuscrito completo da obra para "impresso".

"Art. 3." — Revogam-se as disposições "em contrário".

O projeto, que era assinado por Faria Neto, Sobrinho, Ramos Valença, Gomes Pôrto, Rêgo Barros, Agamenon Magalhães, Armando Gaioso, Loio Neto, Carlos de Lima, Sabino Pinho, André Gomes, Manuel Ramos, Braz Bezerro e Mário Domingues, teve uma tramitação rápida. Ouvida a Comissão de Fazenda, sofre apenas uma modificação no artigo 2º, que fica assim redigido: "Fica o Governo do Estado autorizado a conceder ao dr. Francisco Augusto Pereira da Costa, autor dos "Anais Pernambucanos", um prêmio até quinze contos de réis, etc."

Aprovado, dessa forma, o projeto, em última discussão, na sessão de 23, segue, após a redação final, para o Senado. Convertido em lei, entretanto, depois disso não se ouviu falar mais nele. Somente dois anos mais tarde encontramos, num discurso de Souto Filho sobre a morte do grande historiografo, uma referência aos "Anais" como estando "em vias de publicação". E o silêncio do tempo caiu sobre o assunto, sabendo-se apenas que Pereira da Costa recebeu o prêmio de quinze contos e os "Anais" tiveram sua publicação obstada na época por motivo de um desarranjo nas máquinas da Imprensa Oficial.

Quiz, porém, um feliz acaso, que somente agora, justamente sob o governo do sr. Agamenon Magalhães, um dos sinatários do projeto Souto Filho, se renovasse a instância da generosa iniciativa e se saldasse, assim, essa indecidível dívida da posteridade para com a memória de Pereira da Costa, que é a publicação da obra em cuja feitura ele consumiu meio século de sua vida. E, na renovação dessa instância, a que o sr. Agamenon Magalhães ligava novamente ao seu nome ilustre, é de justiça salientar aqui o relêvo que deram à iniciativa, dessa vez vitoriosa, o sr. José Joaquim de Almeida, secretário do Interior e Justiça, o escritor Jofrônio Emerenciano, diretor do Arquivo Público, e os deputados Nilo Pereira e Diocleciano Pereira Lima, as duas brilhantes e poderosas vozes que aqui se ergueram para unir a Câmara em torno desse ato de verdadeiro desagravo histórico e cultural.

Ai está, afinal, os "Anais". São cinquenta anos de fadigas, de cansativas buscas, de tenaz esforço de pesquisa, em que esplende a maravilhosa humildade de um homem que se consumiu no estudo em holocausto à glória da sua terra e do seu povo.

Dizem que a justiça de Deus tarda, mas não faltou. Pernambuco tardou, sim. Mas também não faltou.

UM PAIS LEME NOS ARQUIVOS

ENCARANDO-SE Pereira da Costa, já agora no seu setor predileto — a História, verifica-se que, ali, sim, ele se realizou integralmente como um insuperável catalogador dos fatos do nosso passado. E nem sempre era um muasso. Vezes havia em que, temperamento frio e calmo, ele todo se encrespava, enchendo-se de sagradas iras. Pôssem tocar nos direitos de Pernambuco, por exemplo, para ver uma coisa. Ele virava brabo. E adquiria uma veemência surpreendente, inesperada.

E o caso da defesa que faz das nossas reivindicações sobre a Comarca de São Francisco: "Ah! os ingleses — dizia ele aos baianos — não defendem melhor as suas estultas pretensões de rapina e exploração das terras africanas, nem justificam melhor o seu direito sobre a posse e ocupação da nossa ilha de Trindade..."

Pereira da Costa inflamava-se. Porque pensava, sem dúvida, naqueles homens a quem, segundo a famosa carta do governador César Pinto de Miranda Montenegro ao ministro Visconde de Anadia, se pretendia privar do honroso nome de pernambucanos, que eles com tanta glória tinham herdado dos seus maiores". E também porque, para ele, não podia padecer dúvidas o nosso direito sobre o território contestado — direito que fazia remontar, com razão, aquela ordem remota de D. João III, no anno da graça de 1534, em que dnia El-Rei fez saber a Pernambuco "todo o dito rio São Francisco, entrando pelo sertão e terra firme a dentro, tanto quanto puderem entrar e fôr de minha conquista". As gentes da Baía — lembrava em outro trecho — sabem que, desde tempos imemoriais, não podiam entrar nos territórios da nossa capitania, nem mesmo "em perseguição e resgate dos índios", nem "licença dos Albuquerques de Pernambuco", conforme

REND A MENSAL

8, JUROS DE 04 % AO ANO

O BANCO HIPOTECÁRIO LAR BRASILEIRO tem o prazer de comunicar que, em virtude de terem sido totalmente subscritas as Série A e B, no valor de 200 milhões de cruzeiros, já se acha à venda a terceira Série C de suas debentures, do valor nominal de Cr\$ 1.000,00 cada, cuja subscrição está aberta ao público.

INFORMAÇÕES:

NA AGÊNCIA DO BANCO - AV. GUARARAPES, 86 - Loja 7 - Fone 7352

Grandes Moinhos do Brasil S. A.

MOINHO RECIFE

Farinha de Trigo

OLINDA

*

Farelo de Trigo

Rações Balanceadas

ADEVITA

BOVINOVITA

EQUINOVITA

SUINOVITA

RECIFE

PERNAMBUCO

Lojas Paulista

TECIDOS RESISTENTES A' TODAS
AS PROVAS



Preços fixos

Côres Que Não Desbotam

Atualidade Da Inconfidência (*)

Amaro Quintas

ENVADECIDO me sinto desta oportunidade que me ofereceu a direção do Colégio Alfredo Dantas, a cuja frente se encontra o Prof. Severino Loureiro, de entrar em contacto com esta bela e admirável terra paraibana, com esta bela e admirável cidade serrana tão conhecida e elogiada pela amenidade de seu clima, pelo encanto de seu panorama e pela intrepidez de seus filhos, que a conseguiram transformar não só num dos mais encantadores recantos do Brasil, como também num dos mais importantes e movimentados empórios da nossa pátria. Agradeço, também, à Associação dos Professores do Ensino Secundário de Campina Grande, liderada brilhantemente pelas figuras de Milton Paiva, Dumerval Trigueiro e Normano Feitosa, a colaboração e participação direta no convite que me foi feito de vir ao vosso convívio falar-vos no dia de hoje.

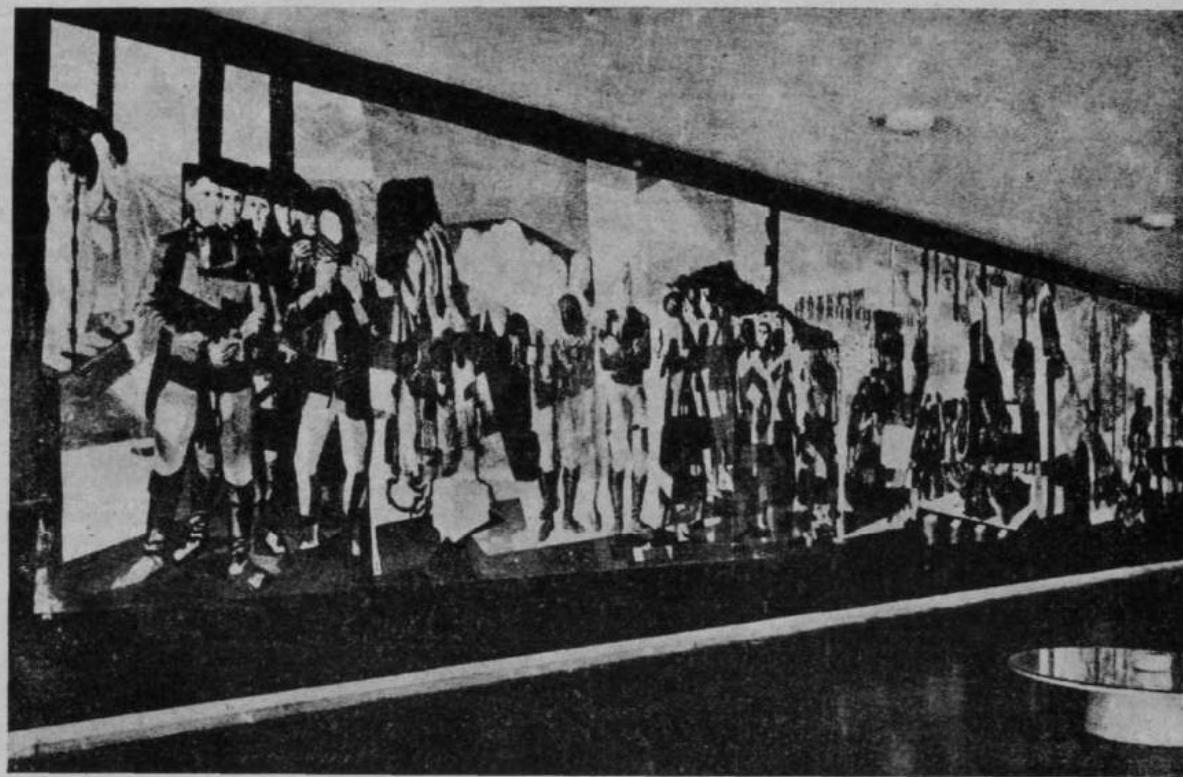
tual que a nossa evolução política apresenta. O jornalista do «Typhis Pernambucano» foi o preparador ideológico de todo o movimento. Ouçamos o que ele nos diz, no seu *Itinerário*, quanto à sua estada nesta cidade:

«No dia 12 fomos jantar em Campina Grande, 4 legoas de distância; nesta villa fomos visitados pelo Pita, e mas outras pessoas do patriotismo, e sentimento liberto, que nos mostraram extreitamente consternar-se com a nossa sorte, entre os quais foi hum pardo chamado Manoel Alexandre, cuja generosidade nesta ocasião não podemos deixar de mencionar, porque... vendo-me, e ao padre Merece, faltos inteiramente de vestuários, dois que apenas possuímos huma camisa, e huma calça, e veste já rota, que trazia-mos vestidos (pois que toda a nossa fateota tinha sido carregada pelos carambolas nas car-

destacados líderes o paraibano Antônio Borges da Fonseca, vocação perfeita de condutor de homens e que deu ao movimento de 48 um conteúdo doutrinário baseado nas idéias de reforma social que o socialismo romântico dos *quarante-huitards* estava propagando pelo mundo e que iria expandir-se impetuosoamente dos «centreviros» do 24 de Fevereiro. Foi esse paraibano generoso e entusiasta, ardoroso e idealista, uma das mais completas formações de revolucionário que a nossa história apresenta. Homem de gabinete e homem de ação. Capaz de inquirir, cuidadosa e argutamente, nos livros, das possibilidades teóricas de solução dos problemas sociais. Mas capaz, também, de morrer numa barricada em defesa de seus ideais. Dêle disse Nabuco ser «um revolucionário em disponibilidade» e que figurava «na galeria dos nossos tribunos repu-

tes episódios da história de nossas campanhas libertárias.

O século XVIII não foi somente uma etapa marcante na história do Ocidente europeu. O século das Luzes e da Ilustração projetou o seu espírito aqui na América e aqui no Brasil. Quando o Iluminismo na França e o Aufklarung na Alemanha, baseados no racionalismo que o criticismo filosófico, espalhado pela filosofia inglesa, especialmente por Locke, vulgarizou, vieram a tornar-se a tendência dominante no oitocentos, um sopro de transformação, de renovação se manifestou. O movimento da Encyclopédie ia ser a expansão desse espírito. Se esse espírito de reforma já se revelara com Lutero e o livre exame e depois com a dúvida cartesianiana, vai ser todavia na época da Ilustração que ele se expressará num sentido político e social. Não foi exageradamen-



Painel «Tiradentes», de Portinari, no Colégio Cataguases — Minas

Coincidência feliz veio trazer-me à vossa presença numa data histórica que se para todos os brasileiros é motivo de glória e de respeito, ainda o deve ser em maior dose para nós, paraibanos e pernambucanos, que possuímos uma sangrenta e honrosa tradição de luta pela liberdade. Nos fastos da nossa história política estivemos sempre irmados nas mesmas preocupações, nos mesmos anseios e nas mesmas aspirações libertárias. Foi na Revolução de 1817, «a mais pura e a mais idealista de nossas revoluções», no dizer de Oliveira Lima. Foi na Confederação do Equador, esse movimento de tão alto sentido liberal e republicano e onde certos «bien-pensants» querem enxergar tendências separatistas. Ainda me parece estar ouvindo o senado da câmara de Campina Grande, reunido em vereação em 22 de abril de 1824, declarar «suspeitos de lusitanismo» o presidente da província e o seu secretário Augusto Xavier de Carvalho «e resolver que «estando o povo altamente desgostoso com a dissolução da Constituinte e com a substituição da Junta Governativa, não podiam convir os enviados régios, que não tinham opinião por terem vindo da corte e serem portugueses» (1). Aqui na vossa cidade esteve preso, quando do malôgo da revolução de 1824, o nosso Frei Caneca, uma das mais idealistas e generosas figuras de revolucionário intelec-

gas que nos roubaram na decida da pedra lavrada) correu a sua casa, e trouxe para cada um de nos duas calças, lenços, e hum corte de veste, que nos apresentou vertendo lagrimas, e pedindo-nos lhe houvesse de perdoar aquela pequena offerta, que nada mais podia atendida a sua pobreza, mas, que no Céo era testemunha dos sentimentos internos de seu coração, e do quanto desejava ter naquela ocasião para offertar-nos, pois que lhe causava a maior compaixão possível o ver em semelhante estado aos verdadeiros filhos da Pátria. Aqui em Campina Grande, o nosso condutor o Major pastorinha, portou-se com nosco malissimamente, pondonos sentinelas na porta da cadeia, em que nos meteu, e ate dando ordem de não consentir sobr la gente, e separando-se do nosso rancho para hir jantar como lord, em casa do comandante, e mandando-nos o jantar, como por desprezo para comer-mos sobre o xão, cujo jantar foi por nós todos repudiado, porque inda, que prezo não tínhamos perdido os sentimentos de homem de bem, para nos sugeirmos a indignades, e vilezas. Passamos poia sem jantar, tomado unicamente huma pequena refeição de bolachão, queijo e vinho, que alguns companheiros mandarão comprar, e com isto nos contentarmos» (2).

Foi assim, também, na Revolução Praieira que teve como um dos seus ma-

olicanos como o que mais distintamente possuia a envergadura revolucionária» (3). E ainda o cognominou de «Rienzi Brasileiro» a imaginar-se «investido de uma espécie de realeza tribunica» (4).

A vibração que se manifestava na Paraíba era tida em favor dos combatentes da Praia. O exemplo de Areia não iria ser um caso isolado. Disse muito bem João de Lyra Tavares: «Parece indiscutível que, à morte de Nunes Machado, em 2 de Fevereiro, no ataque ao Recife, se deve principalmente atribuir não se haver generalizado a rebelião na Paraíba». Adianta mais além: «Se antes do ataque ao Recife os praleiros viessem à Paraíba, não há dúvida que teriam conseguido com facilidade o levantamento de muitos municípios e a conflagração desta província seria então completa» (5).

Irmados, assim, pelos mesmos ideais, ideais cimentados no sangue e no sacrifício de nossos mártires, nós, pernambucanos e paraibanos, apresentamos um passado comum de lutas em favor dos princípios democráticos e encenamos muitas e preciosas páginas da História do Brasil com o nosso «penache» de combatentes da Liberdade. Daí ter-vos dito, no inicio desta minha palestra, o que para nós representa de importante e significativo o dia 21 de abril. É um dia que rememora um dos mais empolgantes e significan-

te que Maratianos nos apresentou os «três reformadores»: Lutero, Descartes e Rousseau. Objeto-se-á, talvez, contra a colocação de Rousseau na corrente do iluminismo. Diz-nos com razão Ernst Cassirer: «Rousseau não destruiu o mundo da Ilustração senão que despregou seu centro de gravidade. Com esta façanha intelectual preparou, como nenhum outro pensador do 18, o caminho de Kant... Porque Rousseau é um autêntico filho da Ilustração quando a combate e supera» (6). Sente-se, nessa fase histórica do aparecimento do enciclopedism, uma ânsia de mutações, uma intensa preocupação de reformas. Quer no espírito demolidor de Voltaire, quer na orientação de Montesquieu com o seu *Espírito das Leis*, quer, principalmente em Rousseau com a sua tese da bondade do homem primitivo e do contratualismo, ou em D'Alembert ou em Diderot, em todos eles existe uma mentalidade nova a fazer da razão o primado de todas as coisas. Idéias de reforma se apresentam. No terreno literário com o surgimento do romantismo. Se o *Sturm und Drang* representa uma espécie de reação ao Aufklärung, essa reação é, todavia, uma como que continuação daquele. No terreno económico o *laissez faire* substituiu as tendências do dirigismo e do corpora-

ATUALIDADE DA INCONFIDÊNCIA

(Continuação da pág. 5)

tivismo medieval, preservando a escola de Manchester. No terreno político e social é onde mais se fixará esse sentido reformista. A teoria dos poderes públicos, antevista por Aristóteles, é agora definida por Montesquieu. A conceituação da soberania oriunda do povo em oposição ao lema cesarista da teoria do direito divino, que serviu de base à tese do absolutismo, vai ser explicada pelo autor da *Nova Heleloia*. E vão assim surgindo os princípios que irão informar o conteúdo ideológico da Democracia, do Liberalismo, do Constitucionalismo. Os direitos naturais do Homem emergirão como a fórmula consubstancial da efetivação desses princípios. «Constituem o centro espiritual — afirma Cassier — em que convergem os esforços mais vários por uma renovação moral por uma reforma política e social, e donde encontram sua unidade ideal» (7). Sustenta Jellinek no seu livro *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* a tese da nula influência dos idéias filosóficos do século XVIII na célebre *Declaração*, antes modelada nos *Bills of Rights* americanos, de preferência na Declaração de Direitos do Estado Livre da Virgínia de 12 de Junho de 1776. Mesmo aceitando-se essa hipótese poderá perguntar-se: e não foi a Revolução Americana uma realização prática daqueles princípios que a filosofia dos séculos XVII e XVIII vinha divulgando? Não vemos nas idéias dos seus criteiros a difusão do espírito que a França ia expandindo por intermédio dos pensadores do Iluminismo?! Assegura-nos Casácer: «as próprias declarações norte-americanas se acham sob a influência dominante do novo espírito júnaturalista» (8).

Os princípios doutrinários que Jefferson e Franklin defenderam e propagaram tiveram a sua gênese na ideologia dos grandes vultos da época da Ilustração. Há um ponto de ligação entre as duas tendências que representam, todavia as duas, o fenômeno da revolução no Estado Moderno.

O Brasil não poderia deixar de receber a influência dessas idéias, idéias que significavam os mesmos anseios e as mesmas aspirações que tinham levantado os nossos irmãos da América Setentrional contra a dominação inglesa.

Nas Minas Gerais existia um ambiente próprio ao desenvolvimento e expansão dos ideais nativistas e emancipacionistas. Um ambiente de letreados e intelectuais embreditos nos ensinamentos dos enciclopédistas. Nos ensinamentos dos mestres do liberalismo e da Democracia, sobretudo da Democracia americana firmada na Convenção de Filadélfia. Declara-nos Afonso Arinos de Melo Franco: «... no Brasil as idéias revolucionárias da geração francesa da Encyclopédie já entraram prestigiadas e engrandecidas pelo sucesso da sua prática vitoriosa, na Revolução Americana» (9). E o que também encontramos em Charles Ribeyrolles: «...duas grandes torrentes golparam sobre a terra, uma que vinha da Europa, outra da América do Norte. Além disso: consciência livre, idéia livre, direitos do homem e do cidadão. Aqui pregavam: liberdade das colônias, independência das nações, soberania dos povos. Palavras novas no mundo novo... No fim do século XVIII, o Brasil havia recebido algumas confidências da revolução. Mas, o que penetrou fundamentalmente no âmago dos sertões foi a boa nova da América do Norte. As colônias inglesas tinham se libertado. Os Estados Unidos estavam constituídos» (10). Declara Norberto de Souza: «... os brasileiros consideravam a revolução norte-americana como precursora da que eles desejavam» (11). Informa ainda o mesmo Norberto de Souza: «Nenhum conhecimento tinha o Tiradentes das línguas estrangeiras, mas... muniu-se por empréstimo ou compra de alguns livros franceses e ingleses sobre as leis e a história dos Estados Unidos, e andou pelas casas das pessoas que conhecia a lhes pedir que traduzissem certos pedaços que lhes marcava de antemão como quem tinha necessidade de integrar-se da matéria para a qual nenhum habilitação possuía... Apresentou-lhe o Tiradentes (a Francisco Xavier Machado) o livro, que não era mais do que a coleção de leis regulamentares dos Estados Unidos, e pedindo-lhe que traduzisse um capítulo, que trazia marcado... Visitar o alferes ao sargento-mor Simão Pais Sardinha, morador à rua do Rosário, o qual conhecia perfeitamente a língua inglesa. Começou o Tiradentes a ocupá-lo

em traduções verbais de obras escritas em inglês sobre as coisas da América do Norte» (12).

Essa influência norte-americana, aliada à francesa, patenteia-se de modo considerável na elite intelectual que preparou a revolta. E até mesmo, como já vimos, num homem de poucas luces como foi o Tiradentes. Lúcio José dos Santos revela-nos que «a independência da Norte América era o assunto favorito dos Inconfidentes; era, como se dizia, «o fraco do Cónego Luiz Vieira» (13). Quase todos eles conheciam, até mesmo de cor, a Constituição Americana de 1776. Não passava o fato despercebido a Richard Burton quando no seu *The Highlands of Brazil*, situa a Inconfidência, como subordinada às idéias da Revolução Americana e da Encyclopédie Francesa. E' aliás, um fatto interessante o de observar-se como o devaneio romântico dos inconfidentes — romantismo que foi tão realisticamente salpicado com o sangue de um mártir e com o degrado rigoroso de outros — impressionou escritores estrangeiros. O primeiro intelectual a referir-se ao movimento de 1789 foi o inglês Robert Southey. Nem Aires do Casal, nem Pizarro, a él se referiram. «Foi preciso — disse Afonso Arinos de Melo Franco — que um estrangeiro, Southey, rompesse o mistério e resselves algumas páginas da sua História à Inconfidência, para que os escritores nacionais com ela começassem a se ocupar» (14). O historiador inglês, figura de saílencia do romantismo britânico, filiado ao chamado movimento dos poetas *lakistas* onde formava com Wordsworth a dupla mais destacada da corrente, sentiria, mal de que nenhum outro, com a sua acurada sensibilidade de poeta romântico, a beleza e o lirismo do sonho dos republicanos de Vila Rica. Antes que os nacionais com ela se preocupassem foi ainda outro estrangeiro, o francês Saint-Hilaire, na sua *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*, quem se manifestou sobre a Inconfidência. E ainda o francês Ribeyrolles, o republicano de 48, com orientação marcadamente esquerda, que depois do «18 de Brumário» de Napoleão III buscou refúgio no nosso país. E o inglês Burton.

De todas as figuras da conjuração aquela que mais se projeta pela dignidade de sua atitude e pela magnitude de seu sacrifício foi, sem nenhum favor, Tiradentes. Enquanto os outros ficaram no terreno das tertúlias literárias, onde se limitavam a pôr em ação o brilho de sua inteligência e o fulgor de sua cultura, o Alferes ia para o terreno prático da preparação psicológica da insurreição e para o plano do golpe de Estado. Não era ele um homem vulgar. A sua capacidade de liderar o situou no rol dos nossos grandes revolucionários. Ribeyrolles o considera como «bravo, inteligente, patriota». E ainda dêle pinta esse perfil: «Tiradentes, homem de ação, percebeu que as tendências eram fáceis, e correu as casas e as choupanas, semeando em toda a parte o medo, inflamando as cóleras, conclamando as forças e as almas. Velava noite e dia. Auscultava o proprietário mediocre, o operário, o soldado, hábil na sedução, falando em todas as linguagens» (15). Ouçamos, também, a opinião de Lúcio José dos Santos. Referindo-se à leitura da comutação da pena última dos implicados, exceto de Tiradentes, conta-nos o historiador mineiro como se comportou o mártir:

«Não o tocou a inveja nem o entristeceu neste lance a sua desgraça. Debaixo de um ar sincero e moderado, fez aparecer a sua alegria, e do seu lugar deu os parabens, que poude, como se não tivesse de si lembrança alguma. Sentado tranquilo, testemunhou toda essa cena, toda essa metamorfose dos seus companheiros, dizendo ao seu diretor espiritual, que confortava, que agora morreria cheio de prazer, pois não levava após si, tantos infelizes que arrastara; esse sempre o seu desejo, todas às vezes que fôra à presença dos ministros, pedindo que fizessem dele a única vítima da lei». E conclui o autor de *A Inconfidência Mineira*: «Evidentemente, não era esse um homem banal!» (16).

Diogo de Vasconcelos, que considera a Inconfidência como «o fato culminante de nossa história», faz-nos, em sua *História Média das Minas Gerais*, a seguinte apreciação sobre Tiradentes, destacando-o em frente à fraqueza de ânimo demonstrada por vários inconfidentes: «Entretanto,

nos depoimentos e nas expressões allunde do Tiradentes, nada disto se encontra. As rajadas do furacão poderiam arrancá-lo das raízes mas não o nunca vergá-lo. Em seus depoimentos negou sempre, e a pé juntos, a cumplicidade de seus companheiros; e só depois que, interrogado duas vezes, e acareado com outros, sobre a conjuração, reconheceu e viu que, sendo inútil obstinar-se, a confessou; mas, ainda assim, para chamar a si todo o peso da responsabilidade e o fundo criminoso dela, atenuando quanto lhe foi dado a culpa dos consócios. E' a parte bela de seu caráter, foi a sua glória... Ao confessor, que o assistia, declarou que morria satisfeito, por ir só sem levar atrás de si tantos infelizes; pois sempre havia reclamado para si todo o peso da lei» (17).

E a lembrança do sacrifício, cruento dêsse autêntico mártir das idéias libertárias em nossa terra que nós hoje, aqui, reverenciamos. Vendo nêle, não um vulto inexpressivo e mediocre como muitos o apresentaram, inclusive o historiador Norberto de Souza, mas sim um patriota sincero e idealista, com qualidades apreciáveis de condutor de homens.

Não podemos deixar no olvido a memória daqueles que tudo deram, inclusive a própria vida, para a obra de construção de um Brasil independente e democrático. No dia de hoje, dia escolhido como símbolo do sacrifício dos nossos avoengos em prol da nossa emancipação política, projecta-se no nosso espírito a visão daqueles sonhadores da Inconfidência, desde aquêle José Joaquim da Maia que concebeu o projeto audaz de conseguir junto a Jefferson, lá nas ruínas romanas de Nîmes, o apoio dos Estados Unidos para a nossa Independência. Depois perpassam os poetas da chamada Escola Mineira. Ainda parecemos ouvir Tomaz Antônio Gonzaga, o Demembargador e poeta, exclamar na prisão de Fortaleza da Ilha das Cobras para a sua Marília:

Vem um tabuleiro entrando
De vários manjares cheio,
Põe-se na mesa a toalha
E eu pensativo passeio;
De todo o comer esfria
Sem nêle poder tocar.

Chegam as horas, Marília,
Em que o sol já se tem pôsto;
Vem-me à memória que nelas
Vi a janela o teu rosto;
Reclinô na mão a face
E entro de novo a chorar.

Vem o forçado a acender-me
A velha, suja candela;
Fica, Marília, a masmorra
Inda mais triste e mais feia.
Nem mais canto, nem mais posso
Uma só palavra dar.

Sem que chegue o leve sono,
Canta o galo a vez terceira;
Sem deitar-me a noite inteira...
Faço mimos e promessas
Para ele me acompanhar.

Ou então ouvimos Alvarenga cantar para Bárbara, a infeliz Bárbara Heliodora:

Bárbara bela
Do norte estréla,
Que o meu destino
Sabes guiar;
De ti ausente
As horas passo
A suspirar.

Tu entre os braços,
Ternos abraços,
Da filha amada
Podes gozar;
Priva-me a estréla
De ti e dela;
Busca dois modos
De me matar.

Deixando extravasar toda a amargura de separação, lamenta-se Alvarenga nesse terceiro final de seu soneto:

Esses males não sinto, é bem verdade;
Porém sinto outro mal inda mais
(duro);
Sinto da espôsa e filhos a saudade!

Admiráveis poetas, precursores do nosso Romantismo, e que sonharam, na sua imaginação ardente e patriótica, com um Brasil independente, igual às outras nações livres, e integrado nas idéias que o liberalismo da Revolução Francesa tinha lancado aos quatro ventos, e com os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que os soldados — cidadãos de Valmy e Jemmapes tinham

transportado nas suas mochilas e nas suas patrões, através da tóda a Europa, na época agitada da Convenção.

Hoje que estamos vivendo duros tempos, quando o espírito de intolerância avassala a terra e quando sentimos ameaçados os princípios que são a garantia de respeito à pessoa humana, é que ainda mais compreendemos a necessidade de voltarmo-nos para o exemplo dos nossos mártires, dos sacrificados pela fidelidade a um ideal nobilitante.

O seu sacrifício enrije-nos e fortalece-nos nesses tempos de incompreensão e de ameaça para a persistência dos direitos do Homem. Vem-nos à mente a incisiva resposta do Padre Koruga, uma das mais impressionantes figuras desta visão de uma época inquieta e trágica, que é A Vigesima Quinta Hora: «Aquêle que não liga importância a um homem não pode pretender que luta pela Cruz... Mesmo o mais nobre ideal, nacional, social ou religioso, não pode desculpar a injustiça feita a um só homem».

Impõe-se, todavia, hoje uma percepção mais ampla dos direitos do Homem. É a de não ficarmos adstritos somente aos direitos políticos e alcançarmos, também, os sociais. Dentro daquele sentido de «humanismo heróico» que forma o característico básico da democracia, como quer Maritain (18), precisamos compreender a necessidade de fazer o que aconselha Georges Gurvitch: «compléter la Déclaration des Droits Politiques par une Déclaration des Droits Sociaux» (19).

E fizés ao sonho e ao ideal de Tiradentes nós devemos batalhar para que venha a tornar-se uma realidade o mundo que ele e os seus companheiros imaginaram. E que, talvez, possesse ser enquadrado na visão admirável das quatro liberdades proclamadas pela maior figura do século XX: Franklin Delano Roosevelt. O grande estadista americano bradara a um mundo convulsionado e trágico os seus quatro pontos: «1.) Liberdade de palavra e expressão por todo o mundo; 2.) Liberdade de cada pessoa para adorar Deus segundo sua maneira própria por todo o mundo; 3.) Liberdade da necessidade, a qual, traduzida em termos comuns, quer dizer acordo econômico que assegure a cada nação uma vida pacífica e próspera para seus habitantes, por tóda a parte; 4.) Liberdade do medo, a qual, traduzida em linguagem vulgar, quer dizer uma mundial redução dos armamentos a tal ponto e numa tal maneira que nenhuma nação estará em posição de cometer um ato de agressão física contra nenhum vizinho em qualquer parte».

Defendendo êsses princípios sagrados que protegem e garantem a manutenção dos direitos do Homem, nós estaremos sendo fiéis aos mártires dos nossos movimentos libertários, das nossas campanhas emancipacionistas. E somente, assim, poderemos ter certeza da verdade daquela expressiva frase de Charles Ribeyrolles, o francês exilado em nossa terra pelo golpe ditatorial de Napoleão III: «o sangue de Tiradentes não foi de todo perdido. O princípio germina» (20).

(1) — Ulisses Brandão — *A Confederação do Equador*, pág. 299.

(2) — *O Annunciant*, n.º 7 de 4 de Setembro de 1846, pág. 3 e 4.

(3) — *Um Estadista do Império*, t. I, pág. 272 e 278.

(4) — Ob. cit., t. I, pág. 277.

(5) — *Estudo sobre a Revolução Praileira*, pág. 68 e 69.

(6) — *Filosofia da Ilustración*, pág. 260.

(7) — Ob. cit., pág. 238.

(8) — Ob. cit., pág. 238.

(9) — *Terra do Brasil*, pág. 53.

(10) — *Brasil Pitoresco*, 1.º vol., págs. 48 e 49.

(11) — *História da Conjuração Mineira*, tomo I, pág. 50.

(12) — Ob. cit., t. II, págs. 19 e 20.

(13) — *A Inconfidência Mineira*, pág. 540.

(14) — Ob. cit., pág. 12.

(15) — Ob. cit., 1.º vol., págs. 51 e 52.

(16) — *A Inconfidência Mineira*, pág. 781.

(17) — *História Média das Minas Gerais* — pág. 413, 414.

(18) — *Christianisme et Démocratie*, pág. 98-108.

(19) — *La Déclaration des Droits Sociaux*, pág. 57.

(20) — *Brasil Pitoresco*, 1.º vol., pág. 96.

(21) — Discurso pronunciado em Campina Grande dia 21 de Abril de 1932 a convite do Colégio Alfredo Dantas e da Associação dos Professores do Ensino Secundário da maia cidade.

Homenagem A Fernando Mota

Gilberto Osório de Andrade

"Eu não afirmo nem nego — dizia, certa vez, o Egas de Queiroz, em carta dirigida a Mariano Pina — eu não afirmo nem nego a influência literária das Academias, e a sua utilidade na vida pensante duma nação. Sem Academias, a Inglaterra produziu, produz, uma literatura de incomparável nobreza e originalidade. Mas, no dizer de dois mestres, Sainte-Beuve e Renan, à Academia deve a literatura francesa aquelas qualidades perfeitas que a tornaram em todos os tempos e em todos os gêneros um modelo, e que no século XVIII fizeram dela o mais persuasivo e efetivo agente da civilização que houve na Europa. Por outro lado, nos países do sul, a Espanha tem uma Academia muito pomposa e uma literatura muito mediocre.

"Em todo o caso, concedo que, se a uma literatura faltar, sempre presente e sempre ativa, uma consciência literária, representada por uma Academia que dê a regra e o tom, essa literatura pode por vezes cair na extravagância — sobretudo se nela abusam os gênios veementemente energicos, e sinceros apaixonados, como na literatura inglesa".

Mal se resiste a desvendar, nestas linhas do autor das "Notas Contemporâneas", a solerte malícia dos conceitos. Se as Academias são "uma consciência literária", tanto se pode delas prescindir, como no caso da Inglaterra, quanto é possível tê-las para coisa alguma, como ocorria com as letras espanholas.

Por outro lado, a extravagância endémica onde não houve a Academia não impediua a "incomparável nobreza e originalidade" duma literatura. Que papel, que função, que valor permanente representam, dessarte, as Academias para o desenvolvimento e o êxito das literaturas?

Seriam acaso fruto natural dêsse espírito conservador, misóneico, que subconscientemente se mantém, ora mais, ora menos atuante, no fundo da psique coletiva? Mas, nesse caso, porque não as teve o inglês, maugruido fosse um povo estranhamente conservador e exageradamente capaz de guardar intangíveis, na sucessão dos séculos, ciosos paradigmas de convivência humana?

Tenho para mim que, na verdade, o valor da Academia é resultante, e não fator, da validade duma literatura. Isso pode parecer subestimá-la, mas, realmente, a desculpa. A literatura pode existir e ser valiosa e grande, sem espelhos que lhe retratem ou lhe procurem retratar, num dado instante ou permanentemente, o equilíbrio, a pujança e o bom gosto. E, todavia, historicamente útil que os haja, para que se possam fixar, catalogar e seriari as etapas contínuas — ou descontínuas — duma evolução literária.

Não me atrevo a negar, aqui, as influências que porventura a Academia — como, de resto, toda a forma de emulação literária — possa exercer no sentido duma generalização de padrões estéticos. Estes, porém, só se farão comuns se existirem. As Academias não os criam, não os engendram, não os decretam, não os põem em curso. Atente-se para os cenáculos da era colonial. Elas têm hoje, tão só, o valor de registos, de elementos, de dados para a história das luzes e da mentalidade do seu tempo.

Citil, portanto, porém, não necessária. Nem necessária, nem determinante. Tanto que as escolas se podem desenvolver e prosperar à margem dela, contradizê-la e superá-la. O que sempre acontece, de resto, e comumente. Porque a idade de algumas poucas gerações é, hoje em dia, um tempo cada vez mais demasiado longo para fixar as imprevistas e atropeladas transformações do espírito.

De qualquer forma é uma honra fazer parte delas, das Academias. Ganha-se, na pior das hipóteses, o direito a uma menção histórica. O que não se ganha necessariamente é um lugar destacado e inconfundível na memória das letras, propriamente dita. Isso não é com as Academias. Isso é com o literato.

Nesta altura, já é tempo, talvez, snr. professor Fernando

de Oliveira Mota, de estardes achando um tanto melancólica e desencorajadora a saudação de que fui incumbido. Na verdade, porém, não subestimo, não desdenho, não desfaço das Academias. Desculpo-as, elas tudo. E desculpo-as porque, infelizmente, nestes tempos que correm, a vida de um homem, a vida dos homens é exageradamente comprida face a um tropel de mutações tão excessivamente rápido. E vés subeis, decerto, que a condição de membro desta Academia é a vitalícia.

Vós mesmo habeis de ver, como o correr dos anos, no ilustre convívio desta augusta assembleia, que muitas coisas somente hoje capazes de provocar-vos um riso interessado e tolerante, uma curiosidade arejada e ferunda, causar-vosão espanto e agastamento no futuro. Assanhando-vos os melindres e arrapando-vos o bom gosto. Ah! Mas não culpeis, então, a Academia. Culpei a vós mesmos, que ficastes mais velho, e confiei a mim as vossas amarruguras, o vosso desalento, o vosso achar que, ante o que de estapafúrdio e despropósito nos pareceu estar ocorrendo lá fora.

E nós, juntos, lamentaremos que tudo estará perdido. Que conoscemos, com a nossa geração já avançada em anos, perdeu-se a florada do gosto literário, bestializou-se a poesia, abastardou-se a prosa. Olharmos de esguelha, chocados e severos, para os que não se lembram deste nosso cenáculo, tão prudente, tão exato, tão austero, e passsem por cima de nós a passo acelerado, tentando novas fórmulas de expressão literária e partindo, como temos Colonos mentecaptos, em procura de insuspeitados horizontes de estética.

Que culpa terá tido a Academia? Que culpa teremos nós? Se aqui nos introduzimos para ganhar uma pauta ilustra na ilustração dos acadêmicos, nada nos deva a Academia. Nós é que devemos ao tempo a nossa idade.

Agora, véde: nesse interim, valores novos e atrevidos ousaram proclamar-se. Novas floradas literárias desbarataram após ano. Mas, que podemos fazer? Duramos muito. Duramos mais, até mesmo, do que ésses movimentos. E não haverá sempre vários lugares aqui dentro.

Então dir-se-á que somos, eu e vós, atrazados, escleróticos e obsoletos. Dos que clamarem assim, lá fora, muitos não passarão de turbulentos, que a memória das letras não guardará nem um pouquinho. Outros, contudo, haverão com certeza que estarão descerrando caminhos novos e claros à literatura. Assim como os excessos do dadismo puderam resultar novos mundos poéticos, novas órbitas de sensibilidade e de beleza; assim como do naturalismo, de que a pachorrinha e leimosa Lisboa do Egas, sonorada à beira do Tejo, diária não ser mais do que "grosseria e sujidade", pôde surgir um realismo, às vezes inconfortável, mas quasi sempre oportuno e suscetível de dar a conhecer o homem a si mesmo — assim do que nós vimos, portentos agastados e contrateitos, nesses tempos futuros, poderão surgir coisas triunfantes, a despeito de nós e da Academia.

A Academia retém o homem de letras que passa, segura-o, fá-lo sentar-se e mantém-no consigo. Não propriamente o homem, mas a obra, a bagagem, o conceito que ele arrasta apesar de dificilmente fugirá ele já agora à grata sensação dessa imortalidade, mesmo estatal. Se lhe escapa, por vezes, matreiro, e um tanto cético, poderá conquistar ainda algum dia um lugar na memória literária, se já o não tinha dantes. Porém se não o tinha e se detém, terá logrado apenas um registo cronológico, um lugar no egípcio catálogo das letras.

Eis por que a Academia, snr. Fernando de Oliveira Mota, não vos dará o que não tiverdes. Salvo ensejos, talvez, de emulação, que igualmente podreis ter lá fora, em outras companhias. Ou oportunidades de participação em movimentos que, nada obstante, tendem sempre a se conservar potenciais, desde que as Academias, honestamente fiéis à consciência de sua dignidade e de sua importância, se academizem.

Porque o academicismo, nas letras como nas artes, é um inevitável desfecho das escolas. A ele propendem todas, quando depois de superar as incertezas dos experimentos e a resistência dos estabelecidos.

tência dos estabelecidos, firmam-se, estabilizam-se, predominam e se sentem senhoras de si mesmas. A menos que não tenham o que deixar cristalizado e expresso, como canônico artístico ou literário.

Mas, já aqui, direis, com enfado e com razão, que as vossas letras, as letras com que destes entraida nesta confraria, não são literatura pura e simples, literatura pela literatura, mas letras de ciência, de pesquisas, de ensino. E que se os estilos se substituem, se as formas literárias se desgastam, caducam e se eliminam, a substância cultural — essa tende somente a evoluir, a cada passo cimentando andares do interminável edifício do conhecimento humano.

Tereis razão, por certo, mas não tódia. Benedetto Croce, examinando criticamente a opinião de que a Estética nasceria apenas entre os séculos XVIII e XIX, salienta como, em verdade, o que se tornara eventualmente de interesse era saber "a missão que a poesia, a arte e a fantasia exercem na vida do espírito, e, desse modo, a relação da fantasia com o conhecimento lógico e com a vida prática e moral". Mas, ao mesmo tempo, propunha-se daí uma pergunta inversa, "sobre a missão do conhecimento lógico e da vida prática e moral, isto é, do espírito, relativamente à dialética de todas as suas formas. 'Fazer o inventário do espírito humano', era adivisa da nova especulação".

E, se é "impossível tratar a fundo as qualidades da poesia ou da criação fantástica sem trair, também a fundo, todo o espírito", é igualmente impossível "edificar uma filosofia do espírito sem Estética, a cuja necessidade nenhum filósofo moderno soube subtraí-la".

Ora, snr. professor Fernando de Oliveira Mota, da vossa obra, variada e abundante, são precisamente os vossos estudos filosóficos o que mais particularmente impressionam. A vossa "Compreensão de Farias Brito", de 1943, e, sobretudo, a tese que especulações sobre o "Problema do Conhecimento", cinco anos depois, impõem-vos aquela responsabilidade estética que toda a filosofia do espírito implica, a menos que se tratasse dum pseudo-filosofia, o que vale dizer, dum pseudo-Estética.

Não cabe aqui, nas dimensões deste discurso de saudação e parabéns, um sumário, sequer, do vosso pensamento, da constância do vosso pensamento, tal como éste vem ordenado e expresso nesses livros. Fôssem vós um poeta ou um ficcionista, e bastaria citar-vos algumas versos, identificar-vos umas formas de sensibilidade, resumir-vos um pouco da técnica literária e dos valores estéticos em causa. Mas, sois dumra outra estirpe intelectual. Sois daqueles de que nos fala Croce: os que fazem o inventário do espírito humano através da filosofia do espírito; os que não fazem o belo pelo belo, mas procuram a verdade na beleza. Assim a vossa "Antologia". Assim a vossa pesquisa sobre "Aspectos linguísticos do Nordeste". Assim a vossa companhia familiar de Husserl, de Hartmann, de Siches; e de Gilson, Bergson e Shelley. Assim o vosso retrocesso aquelle Emmanuel Kant, não apenas da crítica da razão pura e da crítica da razão prática, mas também do terceiro critério, do juizo estético e teórico, suprimido da lacuna grave, érrma de transcendência e conteúdo, que se fizera como uma debilidade na doutrina do mestre.

A menção que aqui faço, nestes termos, tem somente um intuito de argumento, não de demonstração. O argumento de que, por não serem vossas letras puramente letras, mas letras de ciência, de pesquisas, de ensino, nem por isso estarem menos sujeitos áquelas contingências já apontadas, e que decorrem da eva de academicismo que aqui, como alguns, tende sempre a conquistar, no transcurso dos prazos hoje comumente breves, as manifestações mais incontidas e menos pragmáticas do espírito humano.

Porque, como diz ainda Croce, sempre há de chegar "um tempo para o qual a idade em que vivemos, que hoje tão luminosa nos parece, estará representada em seus limites, porque a terá sobrepujado uma outra idade. A realidade do porvir, portanto, não é a realidade do presente". Mas, consolemo-nos amigos, console-se também a Academia. Porque, "sem recorrer à idéia de outra idade distante da atual em séculos e milénios, podemos ver a cada instante em nós mesmos, em nossa quotidianas progressões mentais, como outros pensamentos mais amplos incluem e sobrepassam os do ano, do dia ou do minuto anteriores, e como em cada minuto, dia e ano somos mais coerentes connosco mesmos e estamos satisfeitos com essa coerência e essa satisfação, que está e não está em cada ato da vida".

Cumpre olhar-vos contudo, um pouco mais de perto. Um pouco mais pessoalmente, talvez diga melhor. A vossa inteligência se exerce na magistério e na imprensa. Isto vale dizer, antes de tudo, que se exige de vós uma dupla missão. Dupla, não apenas por ser de duas técnicas. Mas dupla, sobretudo, por exigir de vós a conciliação de dois modos de viver.

No jornalismo, a objetividade, a temporadade do comentário e da crítica, o apanhado do fato, não como fato em si mesmo, mas em função do momento e do meio, do interesse relevante e da oportunidade. No ensino, a desinteressada especulação, o conhecimento pelo conhecimento, a norma, a causa, o porque dos seres e dos atos.

Isto vos indispõe, antes de mais nada, com o praticismo reflexo, conformado, que na acepção hoje corrente do trato corriqueiro de interesses comuns, cifra-se no ceticismo, na aceitação pacífica do que há, na dócil acomodação a quanto se corrompe, se deteriora e involvi. Implicando tão só um processo de adaptações darwinianas, a que cada um se ajusta convenientemente, para não fracassar, não perecer.

Se a imprensa vos dá, no dia a dia, a objetividade crua do que existe, do que se faz, do que se espera, o vosso estudo sério e o vosso comedido idealismo contrapõem, a todo quanto a flângida das coisas tem de impuro, desvirtuado e inepto, a vossa "Introdução à Sociologia", as vossas "Afirmações Brasileiras", ou as "Variações sobre a Carta de Teresópolis", que tão lucidamente modulavam.

Se o jornalismo, em suma, vos reclama para a realidade temporal, nem por isso perdeis vosso contacto com as transcendentias éticas e estéticas que a vossa formação e a vossa inteligência consideram e avaliam.

Não é, portanto, em função tão apenas das qualidades das suas vossas letras que esta Academia vos festaja e recebe. E também, com certeza, em função das vossas qualidades mesmas, desse valor humano de que vos investe como um mestre inquieto mas severo: dumra inquietude que vos faz dextro e hábil às indagações mais altas e às pesquisas do espírito, dumra severidade que vos faz granger, tão mentalmente probro e fiel a vós mesmo, a admiração e o respeito dos contemporâneos.

Senhor professor Fernando de Oliveira Mota: a Academia Pernambucana de Letras tem a grata satisfação de receber-vos. E a vossa admissão neste convívio é um ato tão só declaratório, e não atributivo, das vossas credenciais acumuladas num peritíz trabalho honesto de inteligência e de cultura.

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Literatura - Livros escolares, técnicos e científicos

Livraria DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

RUA DA IMPERATRIZ, 43 — TELEFONE. 2726

ATENDEMOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO

RECIFE

PERNAMBUCO

A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

ESTEVÃO PINTO

Devo começar pedindo-vos desculpas pela ousadia de vir falar-vos de um assunto no qual muitos de vós sois realmente mestres. E faço-lo em francês, neste escola considerada, com justiça, uma das mais importantes da Sorbonne — já atingiu as raias da temeridade. (*) Consola-me, todavia, recordar que, quando o grande historiador brasileiro Oliveira Lima, quase em idênticas condições às minhas, foi assaltado por iguais temores, desculpou-se das falhas do seu francês lembrando aquela personagem do romancista português Eça de Queiroz. Essa personagem adotava o critério de falar patrioticamente mal a língua estrangeira. Nesse sentido, podeis estar certos do meu patriotismo, o que já constitui uma compensação para qualquer desvantagem.

Desejo ainda agradecer ao eminent professor Lucien Febvre e iniciativa do honroso convite e o seu generoso acolhimento. Conheço, de longa data, a vasta obra do professor Lucien Febvre, a quem a Universidade do Recife, que no momento represento, ainda recentemente teve a satisfação de receber em um dos seus salões.

Histórico dos estudos e ensaios antropológicos, de interesse para o Brasil — eis o tema da minha palestra. Devo, porém, advertir-vos que, nessa denominação geral, pretendo abranger os estudos de antropologia lato sensu, isto é, tanto os estudos de antropologia física como os estudos de antropologia cultural. Adoto, pois, a orientação do professor Arthur Ramos, que aqui faleceu, não faz muitos anos, quase repentinamente. Para Arthur Ramos, o homem físico não se podia separar do homem cultural. Tal o critério também adotado por outra autoridade americana, não menos notável, Alfred Kroeber, professor, há cinquenta anos, na Universidade de Califórnia, na opinião de quem a antropologia não se deve contentar com o estudo do ótico mongólico, ou com o nanismo do negrito, do contrário teria essa ciência tanta importância quanto a trapeira de um antiquário. Malinowski vai mais além ao afirmar que o verdadeiro campo da antropologia é o estudo científico da cultura. Quando o especialista da raciology (acrescenta o eminent antropólogo inglês) reconhece ser a raça o que a raça faz, admite, também, a inaplicabilidade das medidas, das tábuas de classificação e das descrições somáticas, — exceto se pudermos relacionar o tipo físico com a faculdade criadora da cultura". Daí dizer o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que conhece tão bem a antropologia, hoje em dia, mais um estudo de campo, intenso e difícil, do que mesmo um estudo de museu, ou de dissecação de cadáveres. Do que mesmo um simples estudo de pre-história ou de culturas mortas, no qual se regalaram muitos abades gordos e simplórios, embora fosse um abade dessa ordem que revolucionaria a genética: Mendel. No estudo da antropologia (conclui Gilberto Freyre), sempre nos deparamos com os três elementos, raça, língua e cultura. Ora, quase sempre a antropologia pende para a exaltação ou o exagero de um desses três elementos, embora nem o critério cultural, nem o linguístico, nem, tampouco, o racial bastasse para explicar, por si sóis, o desenvolvimento humano dentro da antropologia. A antropologia deve concorrer para que esses três critérios, em vez de se tornarem rivais, cooperem entre si e reúnam os resultados de suas pesquisas, "sem prejuízo, é claro, das especializações cada vez mais necessárias".

Uma autoridade como Alfred Métraux já fez ver que as melhores fontes para o conhecimento das crenças religiosas dos tupinambás são os livros de Thevet (4). E, do mesmo modo (acrescentarei), são as obras de Thevet as melhores fontes para o estudo das operações béticas e das práticas mortuárias dos referidos índios. Isso sem falar na matéria de outra ordem — as informações sobre animais e plantas nativas do Brasil. Foi Thevet, por exemplo, um dos poucos — e, em alguns casos, o primeiro — a descrever a cutia, a preguiça e o tucano (conhecido por seu bico monstruoso). Entre as plantas divulgadas inicialmente pelo frade, figura o agahy, também vulgarmente chamado chapéu-de-napoleão, motivo pelo qual a apocinácea tomou o nome de *Thevetia ahouai*, D. C.

Essa aptidão para fixar as características mais importantes da flora e da fauna brasileiras parece ter sido aproveitada por um escritor intelectualmente superior ao crédulo frade e, como ele, companheiro de Ville-gaignon. Trata-se do calvinista Jean de Léry, a quem se pode considerar, ao lado daquele frade, também um dos precursores dos estudos antropológicos mais ou menos ordenados (repito), de interesse para o Brasil.



Cabeça de Gê, ou "tapuia" do Nordeste do Brasil, com a sua cabeleira característica em forma de prato, que lembra a tonsura circular dos franciscanos. Segundo um desenho antigo, de origem holandesa.

Observa o escritor brasileiro Almir de Andrade (1) que, na *Histoire* (2) de Léry, publicada cerca de vinte anos após a de Thevet, não é a quantidade do material recolhido o que impressiona, mas a sua qualidade. Ou melhor, a precisão das observações, a justeza dos comentários e a objetividade dos juízos. Conta o exaltado missionário que, falando a um velho índio da existência de ricos negociantes em França, açambarcadores e compradores de todo o pau-brasil, que carregavam os navios europeus, indagou o selvagem, cheio de passmo, se tais negociantes não morriam, como os demais mortais, e, se morriam, para quem deixavam tantas riquezas. Ao que, informado de tudo, — que deixavam os seus bens para os filhos ou, na falta destes, para os parentes mais próximos, — replicou o velho: "Na verdade, agora vejo quanto vós, franceses, sois uns loucos, pois atravessais os mares e sofreis tantos incômodos sómente com o objetivo de amontoar riquezas em benefício dos filhos. Não será a terra, que vos nutriu, suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos, a quem amamos; mas estamos certos de que, após a nossa morte, a terra, que hoje nos sustenta, de igual modo os proverá de tudo. E, por isso, vivemos sem nenhum cuidado".

Documento importante da mesma época, para o estudo da sociedade tupinambá dos primeiros séculos da colonização, é o conhecido livro de Hans Staden, publicado no mesmo ano do de Thevet (1557) (1). Trata-se de um arcazeiro e artilheiro alemão, que viveu alguns anos no litoral sul do Brasil. Mais ou menos contemporâneo aos dois cronistas franceses são as cartas, narrativas, relatórios e ensaios deixados pelos jesuítas portugueses (Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Fernão Cardim, etc.), por Pero de Magalhães Gondavo e pelo senhor-de-engenho da Baía, português de nascimento, Gabriel Soares de Sousa (2), — fontes, da mesma forma, de máximo valor para o conhecimento

das populações primitivas do Brasil. Nóbrega, por sua bela monografia a respeito dos botocudos (1) e Martius, cognominado o "pai da etnologia brasileira", exemplo, revela a flexibilidade e a compreensão do seu espírito, quando, em carta ao superior da ordem, indaga se podia "cantar cantigas de Nosso Senhor" na língua dos selvagens, pelo tom da música indígena e com os seus maracás; ou se lhe era permitido pregar aos ditos índios à sua maneira, isto é, "andando, passeando e batendo nos peitos"; sem as suas informações, seria fática a reconstituição do caráter do *páge*, esse homem-deus, que foi objeto de uma excelente monografia de Alfred Métraux (1). A Anchieta devemos as primeiras notícias a respeito do sistema classificatório, parental, dos silvícolas. Em Cardim quase que não se sente o missionário, mas antes o que um crítico chamou o paisagista dos quadros amplos, traçados a grandes pinçadas, com as cores dos nossos céus e a sonoridade das nossas selvas. Cardim era um profundo conhecedor do "gentio" que, ao seu tempo, frequentava o litoral brasileiro; as cenas que descreve, da antropologia ritual dos tupinambás não têm rival na literatura dos cronistas contemporâneos. Pero de Magalhães Gondavo deixou-nos uma resenha geral dos costumes indígenas e parece ter sido ele um dos primeiros a notar a prática da saudação lacrimosa, tão difundida entre os nossos índios. A obra de Gabriel Soares de Sousa é uma espécie de encyclopédia do Brasil quinhentista; nela encontramos um admirável espírito científico.

Completam as fontes primárias sobre a sociedade tupinambá os livros de outros dois missionários franceses, que, a exemplo dos anteriores, fizeram parte da segunda expedição colonizadora francesa — os capuchinhos Claude d'Abbeville (2) e Yves d'Évreux (3). Da mesma época são os *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1818).

Claude d'Abbeville foi o primeiro autor a dar atenção ao estudo da astronomia e da cosmogonia dos índios do Brasil, só mais tarde objeto de pesquisas por parte de Lehmann-Nitsche (Guaranis), Tastevin (Mura), K. von den Steinen (Bacairi) e outros mais. Também foi esse capuchinho o primeiro a revelar-nos, com pormenores preciosos, as migrações coletivas dos tupinambás, de caráter místico, em busca da "Terra-sental" ou da "Terra-onde-não-se-morra" — migrações provocadas, em regra, pelos páges ou feiticeiros e que foram, em data recente, exaustivamente estudadas por Curt Nimuendaju e por Alfred Métraux. Se Claude d'Abbeville apresenta-se, assim, tão rico de informes, o mesmo não se pode dizer de seu companheiro de doutrinação, Yves d'Évreux. Faltava ao segundo o que sobrou no primeiro — a compreensão, a objetividade e a ausência de preconceitos. Mas, nem por isso podemos desprezar as suas informações, algumas das mais importantes, como, por exemplo, as que se referem a certas práticas mágico-religiosas e à organização social, por classes de idades, dos tupinambás do Maranhão. Os *Diálogos* parecem que foram escritos por um fazendeiro ou açucareiro da Paraíba, do espírito culto e inteiramente voltado para os interesses do Brasil. As informações etnológicas são um tanto escassas, mas, quase todas, confirmadas pelos demais documentos.

O século XVII — à exceção dos dois já citados missionários capuchinhos e do autor anônimo dos *Diálogos* — foi, de certo modo, pobre de estudos etnológicos propriamente ditos. É nesse período, entretanto, que se inicia a elaboração linguística, com Montoya (1), Figueira (2) e Mamiani (3). Sabe-se quanto eram difíceis os trabalhos dessa ordem, cheios dos embarracos que só inteligências, como a de Capistrano de Abreu, conseguiram vencer (4).

O exemplo típico é o do índio Kraô, de que nos fala um tupinógrafo brasileiro de primeira qualidade, Teodoro Sampaio, o qual índio traduziu a frase o papagaio que fala por papagaio hom, pois, segundo o mecanismo do seu pensamento, papagaio bom é o papagaio que fala (1). Em compensação, alguns letreados, atraídos ao Brasil pela ocupação holandesa do nordeste, deixaram uma iconografia valiosa (os desenhos do pintor holandês Albert Eckhout e os de Zacharias Wagner, por exemplo) e as descrições referentes às populações nativas daquela região brasileira (2). Pouco importante, sob esse ponto de vista, foi também o século seguinte, o XVIII, muito embora pertençam a tal época as monografias de Francisco Rodrigues do Prado (3) e José Sánchez Labrador (4) (ambas referentes aos índios Gauycuru). Como também são do mesmo período as memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira (1), cujas coleções, remetidas aos museus de Lisboa e de Paris, perderam-se em parte.

O século XIX iniciou, no campo da antropologia brasileira, os trabalhos científicos propriamente ditos. Já não são apenas os missionários ou colonizadores, mas ou menos profanos, que se ocupam das populações indígenas. Falam agora os cientistas e os entusiastas no assunto. O príncipe de Wied-Neuwied deixou-nos

(Continua na pág. 12)

Poemas de FELIX DE ATAYDE

Soneto do Atlântico

Egresso de países indistintos
sou nauta que te fita, e te possui
para levar-te pelos labirintos
do verso que me cria e me conclui.

Secaste em meu olhar angustiado
na dor em que existo e contribui
pra te fazer mais meu, transfigurado
no amor que me enfeitiça e me dilui.

À repouso de águas indormidas,
mistérios de sereias e jangadas
e de um possível mundo submerso!

Colho-te as algas com as mãos feridas,
e vendo minhas fontes represadas
me afogo em ti pra acontecer no verso.



Primeiro Soneto do Trapézio

Os teus olhos no espaço, sou palhaco,
me equilíbrio no fio que se sustém,
por teu olhar parado no espaço,
fito somente em mim e em mais ninguém.

Te vejo me pedir um só momento
de amor e de ternura, mas convém,
que te assemelhes à dor, meu intento
é te fazer sofrer por mim também.

Existo em teu aplauso e me preparam
pra executar o salto decisivo
que tu assistes com espanto raro.

Me olhando em teu olhar, o circo inteiro
me vê mais que humano e em teu sorriso
o meu corpo boiar no picadeiro.



Soneto do Vermelho e do Preto

Para Olimpio Bonaldi

Vou me perder entre o vermelho e o preto
antedecido à lua e à madrugada
quando a aurora cair sobre a calçada
vai me encontrar ausente do soneto.

Das ausências do azul eu te remeto
o segredo da noite antecipada
ao teu olhar de oceano e luz ilhadá;
em península da dor te submeto.

Mergulho nas cacimbas do teu pranto,
e volto marginal para ofertar-te
em vez da flor, o líquido acalanto.

Entre o vermelho e o preto, o olhar alheio
recuperando-te em alguma parte,
destino-me ao exílio do teu seio.

O SONETO

Fica assim imóvel
eu vou começar
meu canto de amargura
nada te pertube
fica assim imóvel
junto à fonte pura.

De muitos caminhos venho
(meu sonho cria caminhos)
adventício que sou
dentro do meu sonho tenho
rosas espinhos
cais que naufragou.

Homem sem ritmo peço
ao sonho a vida de fóra
que a que tenho comigo
quando dela regresso
esqueço o amor, a aurora,
a amizade do amigo

Não me acho na distância
da rosa à noite que desce
na ilha de Singapura.
eu não desejo a infância
suave como uma prece
ontem pura, sempre pura.

sou feliz no meu pecado
já pequei por todo mundo
inda hei de pecar mais,
mas o resto do passado

adormecido, profundo
muito mais triste me faz.

Já tive tudo no sonho
o reino das sete luas
as luas dos sete reinos.
Já fui triste, fui risonho
já tive mulheres nuas
e o segredo do gesto

agora sou o meu canto
sem palavras, nem atitude
neutro no ritmo e na dôr
mas por provar teu encanto
por isso meu verso mude
em lírico verso de amor.

fica assim imóvel
deixa-te penetrar
meu canto de amargura
somos um no sonho.
pois só nós sabemos:
para o sono fômos feitos
adormecidos vivemos
fabulosos em nós mesmos
somos apenas um cacto.
sim, porque o sono
nos prepara para à morte.
ó no sonho amemos
que o sono é
a vida que não tivemos.



Soneto para Joaquim Cardozo

«Eu vi nascer as luas fictícias,
quando fui me encontrar em Tramataia;
só chegava a mim vagas notícias
da presença de um mar ou quase praia.

No refúgio das tardes madrugadas
eu me banhei nos baldes cristalinos
das águas que lavaram as madrugadas
anunciadas perto pelos sinos.

Sou cúmplice do verso e me embarco
ilimitado e anônimo às distâncias
para plantar a flor em pleno charco.

Nos viveiros os rumos estagnaram
e deixaram no meu corpo as infâncias
das luas fictícias que passaram.



Recordação de Willy Mompou

Para Carlos Moreira

O triste e doce Willy, antecipado
aos mistérios da morte e da magia,
anticipasse a própria poesia
nos braços sensuais de um moço alado.

Willy Mompou, o triste adolescente,
em avenidas líquidas chegado,
senhor de um mar, de um peixe, amargurado,
o verso possuiu — integralmente.

Ouço teu canto antecipando a aurora
e regando os gerânios que plantaste,
que teu corpo de cão cobrem agora.

eu sei que a eternidade te completa
e sempre entregue ao sono sonhaste
foste mais do que nós, fôste poeta.



Segundo Soneto do Trapézio

Para Mauro Mota

O meu corpo varado, o picadeiro,
teu corpo sobre mim — estranha pluma —
há de ficar em ti o derradeiro
soluçô que perfuma a noite e a bruma.

Surge o mar do teu olho feiticeiro
que me cobre de algas e de espuma,
o aplauso suspenso e no terreiro
a face morta sem lembrança alguma.

Só restam no soneto teus soluções,
e quando me estendi morto, de bruxos,
consegui decifrar teu sobressalto.

Agora em que me extingo inopinado,
em tua insônia há de ficar meu salto
como a fuga de um homem inacabado...



A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

(Continuação da pág. 10)

coordenando todo o material até então disponível, deu-nos a primeira classificação etnográfica das tribus brasileiras (2), logo em seguida corrigida por Jules Creveux (3), Lucien Adam (4), Paul Ehrenreich (5), Karl von den Steinen (6) e outros.

Anteriormente a Martius, julgava-se que os indígenas brasileiros constituíam uma só família, dividida em tribus aparentemente diversas, representando os tupis, na frase do historiador brasileiro João Ribeiro, a exemplo dos hebreus, o povo cosmogônico, a que todos os mais se reduziam. Contribuia para isso o fato de ser o nosso país uma única unidade política, de modo que nos acostumamos a ver debaixo do Brasil português

procuraram a origem ou a difusão de determinados elementos culturais. A propósito de Alfred Métraux, cabe-me lembrar que esse americanista modificou o quadro tradicional da escola etnográfica alemã, mostrando que os tupi-guaranis constituem um grupo, cuja cultura se compunha de elementos, tendo por centro de dispersão a área limitada ao norte pelo Amazonas, ao sul pelo Tapajós, a este pelo Tocantins e a oeste pelo Madeira. Tais elementos, entre outros, eram a maloca (geralmente quadrangular), a rèle de algodão, o escabelo de madeira, o pau de cavar, a clava, as armadilhas, a pesca com o empregado do veneno e da barragem, a flecha-arpa, a moquém, a tatuagem, o estojo peniano, o bone e



Dança dos "tapuias" do nordeste do Brasil. Segundo um quadro do pintor holandês Eckhout.

um só Brasil indiano: a "pre-história devia subordinar-se à história" (1).

Ainda a propósito de Martius, convém observar que esse sábio germânico conheceu apenas tribus diferenciadas pelo comércio dos elementos alófios e, por isso, rebaixou demasiadamente o grau cultural dos aborigens, gente, no seu entender, decadida ou involvida. Em parte, como diz o prof. Herbert Baldus, esse mentalidada era a da burguesia alemã da época do romantismo, — a casa de um farmacêutico em Erlangen, diversa do castelo de Neuwied, onde se criara o etnólogo dos botucudos (2). O sistema empregado na classificação foi o linguístico, pois, na opinião de Ehrenreich, era duvidoso que alguma tribo brasileira, esparsa e por sua natureza inculta, pudesse impor a própria língua a qualquer outro grupo estranho. K. v. d. Steinen mostrou, ainda, a importância dos nomes das partes corporais, de alto valor determinativo, assim como os termos que serviam para designar as relações de parentesco e indicar os fenômenos naturais. Cumpre notar, entretanto, que esses dois últimos etnólogos alemães ainda estavam influenciados pelas fórmulas evolucionistas, pois falavam do animismo como o mais baixo estágio da vida religiosa e consideravam os fenômenos culturais (a origem do fogo, a orária, o desenho, as máscaras, etc.), estudados entre os índios do Xingu, o campo propício para resolver o problema do desenvolvimento linear progressivo da civilização. Ao lado desse conjunto de cientistas estrangeiros, podemos emparelhar os nomes de Couto de Magalhães, Gonçalves Tocantins, Telêmaco Borba, Barbosa Rodrigues e João Batista de Lacerda (1).

As expedições de K. v. d. Steinen às cabeceiras do Xingu (2) marcam o primeiro contacto de um etnólogo de nomeada com tribus brasileiras, que não tinham tido, até então, nenhuma relação, direta ou indireta, com os brancos. Representam o inicio de uma série de viagens e pesquisas, por parte dos maiores cientistas europeus, as quais atingem o apogeu no primeiro quartel do século XX. Entre tais cientistas não podemos esquecer os nomes de Fritz Krause (3) e Koch-Grünberg (4), cujas colheitas enriqueceram os museus de Leipzig, de Stuttgart e de Berlim. Nem esquecer, tampouco, o nome de Curt Nimuendaju, nascido em Jena mas naturalizado brasileiro, tendo adotado mesmo um nome indígena. Curt Nimuendaju conviveu longos anos entre as nossas populações nativas e seus estudos a respeito dos Canela, dos Xerente e dos Apinayé assinalam uma nova fase na história da antropologia brasileira (5). Robert H. Lowie, que teria contribuído muito para a nova orientação, dada por Curt Nimuendaju a seus estudos, também influiu bastante na tese, bem valiosa, de Paul Kirchhoff, referente à organização parental dos silvícolas sul-americanos (6). E' verdade, entretanto, que o primeiro pesquisador de índios, no Brasil, merecedor do nome de etno-sociólogo — tal a opinião de Herbert Baldus — é o padre Antônio Colbacchini, autor de hoje bem conhecida monografia sobre os Bororós Orientais (1).

E' de notar que todos esses estudiosos de antropologia brasileira, — inclusive Roquette-Pinto, que nos deu um livro, hoje clássico, a propósito dos Parássi e dos Nambikuaras da Serra do Norte (2), — não encararam, em suas monografias, todos os aspectos físicos e culturais das tribus por elas estudadas. Alguns se preocupavam, de preferência, pela ergonomia, outros pela mitologia ou pela linguística. Houve mesmo os que, orientados pelos métodos da escola histórico-cultural, realizaram a localização geográfica dos certos elementos culturais, a exemplo do que fez Hermann Meyer a respeito da distribuição dos tipos de arcos e flexas (3). Ou os que, como Erland Nordenskiöld (4) e Alfred Métraux (5), seguindo orientação mais ou menos semelhante,

possibilidade para a criação de condições de auto-defesa em favor da personalidade injuriada.

Uma das explicações de tal fenômeno encontra-se no poder de miscegenação do elemento português. Exemplo que talvez tenha contaminado outros elementos de menor densidade demográfica, — o espanhol, o italiano, etc., inclusive o francês. Quanto ao francês, — que se mostra, em alguns casos, menos propenso à miscegenação, recordo que o historiador Capistrano de Abreu afirmava ser o número de pessoas de cabelo louro, no nordeste brasileiro, reveladora da "possância da mesticagem brasílio-galiana". E muito antes de Capistrano de Abreu, já Gabriel Soares de Sousa, senhor-de-engeho do século XVI, informava que muitos franceses se amancebaram, na terra, com as indias, deixando uma grande descendência de mamelucos. A mescla entre as nativas e os filibusteiros franceses, parece, realmente, ter desenvolvido, em maior escala, primeiramente em Pernambuco e em Itamaracá, para, a seguir, espalhar-se pela Paraíba e pelo Rio Grande do Norte (1). O Recife ainda era uma praia de pescadores, com os seus devotos de Sant'Elmo, quando os franceses já andavam nele, de litoral acima, pau-brasil, peles, óleos, papagaios, tucanos, maracajás e saguis, — para isso instalando, naquelas regiões, as primeiras feitorias. As feitorias, como se sabe, eram verdadeiros blockhouses artilhados, que se destinavam à guarda e defesa das mercadorias coloniais.

Já agora estamos no campo dos estudos gerais, em que se destacam Oliveira Viana (2) (que tentou determinar a psicologia racial do nosso povo) e Roquette-Pinto (3) (que procurou criar uma terminologia científica para as expressões como branco, mulato e outras, consagradas pelo uso popular).

* * *

As pesquisas de ordem propriamente arqueológica ou paleontológica, entre nós, também deram a sua contribuição aos problemas da antropologia brasileira. O vale do Amazonas — arquipélago Marajoara, Maracá, rio Calsoene, para citar apenas as jazidas mais importantes — é o mais rico de material etnográfico (cemitérios e mounds, célebres por sua cerâmica variada, suas urnas funerárias, seus ídolos, seus maracás). Betty J. Meggers fez, recentemente, um apanhado geral do assunto (1); a literatura clássica inclui, entre outros, os nomes de Ferreira Pena (2), C. F. Hartt (3), Emilio Goeldi (4), E. Nordenskiöld (5) e Heloisa Alberto Torres (6). São típicas as tangas de barro, folium vitis, adornadas de desenhos, a que alguns autores atribuem caráter ritual ou propiciatório.

Outras jazidas arqueológicas importantes são ainda os sambaquis (correspondentes aos que, em inglês, se denominam shellheads, alguns da natureza típica do kjökkenmödding dinamarquês); as estearias (estudadas pelo etnógrafo brasileiro Raimundo Lopes (7) e equivalentes às aldeias lacustres da Europa); e, finalmente, as inscrições lapidares ou rupestres (os piedras pintadas dos espanhóis), tão esplendorosas em todo o Brasil e das quais Alfredo de Carvalho deixou-nos um exaustivo estudo (8). Alguém já chamou a atenção para o fato de ser o instrumento lítico americano mais propriamente aliado do que polido, uma vez que o calhau se oferecia ao operário indígena já arrundado, — observação essa que deu ensejo de dizer-se que, apesar de sua analogia com os objetos neolíticos do Velho Mundo, não se presta o nosso material de pedra a nenhuma base para classificações cronológicas ao gosto da arqueologia clássica. Quanto a Alfredo de Carvalho, queremos salientar que, além de historiador e etnólogo, era ele um erudito, tendo vulgarizado, no Brasil, numerosos estudos alemães e holandeses de interesse para a antropologia física e cultural do Brasil, entre os quais o de Georg Friederici sobre a eficácia do arco indígena (2). Materiais arqueológicos também de valor insuperável têm sido recolhidos nas lapações do Estado de Minas Gerais, entre os quais se destacam os fósseis das cavernas do vale do rio das Velhas, afluente do São Francisco, na região genericamente conhecida pelo nome de Lagoa Santa. Foram descobertos e estudados, como se sabe, pelo dr. Peter Lund. A obra de Lund, paralisada, por muito tempo, após a sua morte, prosseguiu recentemente com os trabalhos de Aníbal Matos, Arnaldo Cathoud e Harold V. Walter (3). Em 1935, após algumas escavações, encontraram-se, na chamada lapa de Confins, os restos incompletos de um esqueleto humano; cinco anos depois, outro esqueleto humano foi descoberto em Lagoa Funda, próximo da cidade de Pedro Leopoldo. Walter é de parecer que ambos os crâneos — o do Homem de Confins e o do Homem de Pedro Leopoldo — exumados dentro de depósitos pleistocénicos e associados com vários espécimes da fauna fóssil (entre os quais figura o tatu gigante), embora semelhantes aos da Lagoa Santa, apresentam características consideradas primitivas, tais como, prognatismo, testa baixa, ossos cranianos espessos, mandíbulas fortes com ramos muito largos e buraco mentoniano mais atrás (no Homem de Pedro Leopoldo) (1). O antropólogo argentino S. Canals Frau atribui ao Homem de Confins uma antiguidade de dez mil anos (2). Acha Walter que os dois achados se prestam a interessantes e valiosas contribuições ao problema do povoamento primitivo da América. Os trabalhos prosseguem e só os acontecimentos futuros poderão esclarecer melhor o assunto.

As descobertas de Lund vieram alentiar os defensores

(Continua na pág. 13)

A Antropologia Brasileira

(Continuação da pág. 12)

res da teoria do antoconismo americano, entre os quais figuravam cientistas franceses de estatura de Agassiz e de Mortillet. Hrdlicka, porém, chegou à conclusão de que os índios americanos formam uma raça única (*American Homotype*), de origem mongólica, vindas através do estreito de Behring. A teoria de Hrdlicka foi muito criticada por se terem encontrado conexões do homem americano com tipos e culturas de outras procedências (australianos, melanesianos, polinesianos, etc.). A figura principal desse grupo divergente é o eminentíssimo antropólogo francês Paul Rivet (3), que se levantou, assim, contra aquela tese exclusivista; a tese de Paul Rivet foi refundida, em parte, por J. Imbelloni (4). Todas essas discussões interessam também de perto os problemas da antropologia brasileira.

* * *

O décimonono século não se caracterizou apenas pelo inicio, no campo da antropologia brasileira, como já se disse, dos trabalhos científicos propriamente ditos. Characterizou-se, ainda, por uma nova orientação nos estudos dessa ordem. Isto é, os negros começaram a chamar a atenção dos visitantes e, com os negros, o variado estoque das populações mestiças.

Raimundo Nina Rodrigues foi o primeiro cientista brasileiro que realizou o estudo sistemático do nosso negro. Embora influenciado pela escola antropológica italiana, nem por isso sua obra deixa de ser, ainda hoje, indispensável aos interessados no assunto (1). Com sua morte (1906), os estudos dessa espécie foram interrompidos, pois havia, no Brasil, por parte dos intelectuais, como que um preconceito (scotoma) a respeito do povo negro. Apesar disso, se preocupou com o assunto Manuel Querino, que deixou vários trabalhos sobre os costumes, o folclore, as sobrevivências sociais e a culinária dos negros brasileiros (2). Vinte anos após a morte de Nina Rodriguez, Arthur Ramos começou a reunir material para o estudo do negro brasileiro, tornando-se, em pouco tempo, a maior autoridade no assunto (3).

No Recife, um grupo de estudiosos, incentivados pelo psiquiatra Ulysses Pernambucano, pôs-se a pesquisar as seitas e práticas religiosas de origem africana. Surgiram, então, vários trabalhos de valor, que culminaram com a realização, em 1934, do 1.º Congresso Afro-Brasileiro. A iniciativa desse congresso coube a Gilberto Freyre, sociólogo de renome universal e antropólogo de não menor valor, autor das obras *Casa-Grande & Senzala* (1) e *Sobrados e Mucambos* (2), capitais para o estudo do problema da miscigenação (processo biológico) e da aculturação (processo social) do negro no Brasil. Pouco depois teve lugar o 2.º Congresso Afro-Brasileiro, na Baía, tendo à frente Edison Carneiro (3). Os ensaios mais importantes desse período, no que diz respeito à antropologia física propriamente dita, são os de Bastos de Avila (4), Abelardo Duarte (5), Geraldo de Andrade (6), Leonídio Ribeiro (7), Gilberto Freyre (8), Ulysses Pernambucano (9) e A. Austregésilo (10) etc. O prof. Roger Bastide publicou, há poucos anos, na *Revue Internationale de Sociologie*, uma resenha do estado atual dos estudos afro-brasileiros (11). A literatura moderna abrange ainda os nomes de Renato Mendonça (12), Gonçalves Fernandes (13), João Dornas Filho (14) e Costa Eduardo (1). São dignos de nota, também, os trabalhos de Ronald Pierson (2). Pierson está dirigindo uma "Biblioteca de Ciências Sociais", editada em São Paulo, na qual já foram publicadas várias obras de interesse para a antropologia em geral.

Os estudos sobre as populações negras tornaram-se, para alguns pesquisadores, mais importantes que os estudos sobre as populações indígenas; o aborigen foi relegado a um segundo plano. Nos últimos anos, todavia, os problemas relacionados com os núcleos indígenas vêm, novamente, despertando a atenção dos antropologistas.

A assimilação, por parte das populações alienigenas brasileiras, dos elementos culturais nativos, foi mais importante do que geralmente se pensa.

Saliente o sociólogo Gilberto Freyre que da cunhã, isto é, da mulher gentia, herdamos o que havia de melhor na cultura indígena (o asseio corporal, por exemplo, que faz do brasileiro de hoje ser tão amante do banho, do pente, do espelinho de bolso, do cabelo brilhante de loção ou de óleo de côco). A rende — a ini dos tupis — ainda existe em quase toda a casa do nordeste brasileiro, servindo até, no interior, de esquife para os mortos. Até nos meados do século XIX, muita gente só viajava em redes — as chamadas tipóias.

Uma infinitade de conhecimentos devemos aos nossos índios: os instrumentos e processos de caça e pesca (o mundéu, a arapuca, o fojo, o jiquiá, o tinguijada, a baragem, a urupema); as embarcações (a igara, a ubá, a canoa, a jangada, algumas atadas pelo mesmo processo atualmente empregado, no Maranhão, nas balsas de buruti); os alimentos e a arte culinária (a farinha de mandioca e seus sucedâneos, a farinha de milho, a papoca, a mixira); a coiava, que é processo agrícola rudimentar ainda hoje em uso; o gosto pelos vestidos vermelhos, entre as mulheres, provindo talvez do emprêgo do urucu; as práticas medicinais (tinturas e plantas de propriedade curativas); os vários utensílios domésticos (samburás, por exemplo); o bodoque (espécie de funda

usada pelas crianças); a técnica de certos trançados e tecidos; o emprêgo de numerosas madeiras; muitas superstições e crenças populares (a peitica agoureira, a mãe-d'água, o jurupari, o anhangá, o curupira) (1). O mutirão, ou muxirão, gênero de cooperação dos roceiros para auxiliar o vizinho em algum trabalho, que acaba sempre em festa, — é também uma prática de origem indígena. Sylvio Romero já chamou a atenção para certo influxo na poesia anônima, especialmente no ciclo de vaqueiros, que se supõe ainda ser da mesma origem. Numerosíssimos nomes de plantas, animais e acidentes geográficos, — é sabido que se podem buscar no vocabulário do índio. Sobretudo no tupi-guarani. "De caju em caju" é expressão usada na Baía e em outros lugares; era a safra do caju que servia de calendário para os antigos tupinambás. O nosso caboclo herdou centenas desses elementos ou complexos culturais, embora não seja él, como já observou Charles Wagley, um índio propriamente dito: o nosso caboclo joga football e comemora as festas do Dia da Independência, como qualquer outro cidadão brasileiro (2).

Estudos dessa natureza, — remanescentes, assimilação, aculturação, miscigenação, sincretismo, contactos culturais, contactos raciais, etc., — constituem, tudo isso, centros de interesse para certos núcleos intelectuais do país. E, entre esses núcleos intelectuais, figuram as nossas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras.

A propósito do assunto, lembro-me que, quando estudei os Pancararu dos sertões de Pernambuco (1), tive ocasião de observar que os praiás (2) são obrigados a levar uma vida reclusa; mas, o contacto com a sociedade urbana já começa a exercer a sua influência, levando os praiás a aparecer aos estranhos. Alguns se

as idéias democráticas e o dogma da Liberdade e da Igualdade.

A Revolução Pernambucana de 17 foi uma revolução feita por padres e letitados nutridos pelos princípios dos enciclopédistas. O socialismo utópico, que foi um dos germes da Revolução Francesa de 48, também contribuiu para a nossa Revolução Praieira, da mesma data. Na literatura nacional, a influência de Paris foi enorme. Não menor a sua influência nas ciências e nas artes. Houve franceses, como Bougainville, que deram o nome "associado a uma planta de jardim mui-brasileira" (1).

O belo edifício do Teatro Santa Isabel, no Recife, foi projetado e, em parte, executado por um engenheiro francês, Vauthier. Retratistas, alfaiates, tintureiros, confeiteiros, cabeleireiros, modistas, cutedeiros, musicistas, cozinheiros, farmacêuticos, médicos, professores, etc., marceneiros (como Béranger, que deixou muitos móveis e trabalhos importantes nas igrejas do Recife), etc., tiveram um enorme prestígio nos meios sociais de Pernambuco.

O prestígio de Paris. O prestígio de seu povo, de seus letrados, de seus artistas e de seus sábios.

(*) Conferência pronunciada pelo autor na *Ecole Pratique des Hautes Etudes* (Sorbonne, Paris), a 2 de maio de 1952, a convite do prof. Lucien Febvre, sob o título *Évolution et état actuel des études anthropologiques au Brésil*. As anotações são inéditas.

(1) A carta de Pero Vaz de Caminha, escrivida na feitoria de Calicut, dirigida ao rei de Portugal, é datada de 1.º de maio e escrita em Pôrto Seguro (Brasil). Descoberta por J. Baptista Muñoz, em fins do século XVIII, entre os documentos do Corpo Cronológico do Arquivo da Torre do Tombo (Lisboa), foi publicada, pela primeira vez, na *Geografia Brasileira* do padre Manuel Aires de Casal (1817). Cf.: C. Malheiros



Mulheres Bororo, do vale do São Lourenço (Mato Grosso). Segundo uma fotografia de David M. Newell.

aventuram mesmo a visitar os arredores da cidade, onde permanecem por instantes, olhando, de longe, as feiras.

Esse aspecto da aculturação — a mudança cultural — é de máxima importância. Altenfelder Silva, Charles Wagley, Herbert Baldus e outros realizaram, em data recente, pesquisas dessa ordem. E' de Mühlmann a opinião de que a antropologia, sobretudo a antropologia cultural, deve dedicar-se de preferência ao estudo da mudança de cultura, que se realiza, neste momento, em todo o mundo, pelo choque da civilização com os povos ditos naturais. O que nos deve interessar, pois, é a dinâmica da vida (*the dynamic of life*).

São estudos dessa ordem que nos fazem descobrir até que ponto os padrões de vida podem impor o mínimo de tensão ao indivíduo — o último fim da antropologia, no dizer de Ralph Linton. Nesse sentido, o Brasil, na frase de um dos nossos maiores antropólogos modernos, é um paraíso para os pesquisadores, pois, apesar do decréscimo da população indígena, — hoje reduzida, em virtude dos erros de colonização, a menos de quinhentos mil habitantes, — existem no Brasil mais de cem lugares que se prestam a tais estudos (3). Em Pernambuco, contam-se alguns núcleos de remanescentes indígenas, entre os quais o de Brejo-dos-Padres (índios Pancararu), o de Colégio (índios Chocó e outros), o de Palmeira-dos-Índios (índios Chucuru) e o de Águas-Belas (índios Fulnió).

* * *

Concluindo a presente palestra, quero prestar minhas homenagens e as homenagens da Universidade do Recife, hoje sob a direção esclarecida do professor Joaquim Amazônas, seu Reitor — a esta ilustre instituição, conhecida no mundo inteiro pelo seu saber e pelas suas tradições.

Venho de uma cidade que tem velhas ligações com a civilização francesa. Paris possui a idade do Cristianismo e o Recife pouco mais de metade do tempo em que foi fundada a Sorbonne. Mas o Recife, — hoje com uma população superior à de Lyon, ou à de Athènes, ou à de Zurich, — conta uma história em que Paris repercutiu a todo momento. De Paris nos vieram

Dias, "A Semana de Vera Cruz", *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, II. Pôrto, 1923; Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, São Paulo, 1943. Ambos os estudos publicam o fac-símile do documento. A carta de Pero Vaz de Caminha é dedicada quase exclusivamente à descrição dos tupiniquins de Pôrto Seguro.

(2) A frase é do historiador Ch.-André Julien, que lhe acaba de dedicar um belo estudo. Cf. *Les Ivorys de découvertes et les premiers établissements (XVe — XVIe siècles)*, I: *Histoire de l'expansion et de la colonisation françaises*. P. 373 sq. Paris, 1948.

(3) Em 1944, Companhia Editora Nacional, São Paulo. Trata-se de *Les Singularités de la France Antarctique*, ed. de 1558 (na realidade 1557).

(4) O que é o mesmo que traçar de quase todas as tribus tupis do litoral brasileiro no primeiro século da colonização. "Se no Maranhão como no Pará, na Baía como no Rio, houvessem perguntado a um índio de que raça era, responder-vos-ia logo: 'tupinambá'" (Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, I, pp. 16 e 17, São Paulo, s/d, 3a. ed.). Pôrto Seguro, a propósito, cita o seguinte trecho da carta de Ramires: "Andam deramados por esta terra... senhoram gran parte de la India e confinan con los que habitan en la sierra".

(1) *Formação da Sociologia Brasileira*. I. Os primeiros estudos de Sociologia no Brasil (Séculos XVI, XVII e XVIII), p. 203 sq. Rio, 1941.

(2) Há uma edição, relativamente recente, em português, da obra de Léry, *Viagem à Terra do Brasil* (São Paulo, 1941). Tradução e notas de Sérgio Milliet. O "Colóquio", no final da obra, foi restaurado, traduzido e anotado por Pílito Ayrosa. A edição princeps é de 1578.

(1) Uma das últimas edições da obra desse autor é a de Alberto Löfgren, sob o título *Viagem ao Brasil*, Rio, 1920. Foi revista e anotada por Teodoro Sampaio. Outra edição brasileira, mais recente, é a de 1942, São Paulo, trad. de Guilherme de Carvalho Franco. São hoje muito vulgarizadas as xilogravuras da edição princeps de Marbourg. A la. ed. francesa é de 1539-1554. Staden esteve no Brasil por uns cinco anos (1549-1554).

(2) As *Cartas do Brasil*: 1549-1560, de Nóbrega, foram editadas em 1931, Rio, notas de Vale Cabral e de Rodolfo Garcia. Algumas já tinham sido anteriormente publicadas. Do mesmo modo, as de Anchietá, *Cartas, Informações...* (1554-1559), Rio, 1933 (notas de A. de Alcântara Machado). Há ainda uma edição das *Cartas Avulsas dos Jesuítas*: 1550-1568 (Rio, 1931), com notas de Afrânio Peixoto. Essas três obras são edições da Academia Brasileira de Letras. *Os Tratados de Terra e Gente do Brasil*, de Fernão Cardim, Rio, 1925, abrangem os três conhecidos ensaios desse jesuíta, referentes, em grande parte, aos acontecimentos ocorridos entre 1533 e 1590. São acompanhados de introduções e notas de Batista Cetena, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. Dois dos ensaios já tinham sido publicados por Samuel Purchas (1625); o terceiro só o foi em 1847. De Pedro de Magalhães Gandra.

(Continua na pág. 14)

(Continuação da pág. 13)

- davo se conhecem o Tratado da Terra do Brasil e a História da Província Santa Cruz. O Tratado foi redigido em 1570, ou antes, mas só publicado em 1826; a História saiu em 1576 (logo depois da escrita). A última edição brasileira da obra de G. S. de Sousa é da Livraria Martins Editora, São Paulo, s. d., sob o título *Notícias do Brasil*, em dois tomos, com introdução, comentários e notas de Pirajá da Silva. Traça do Brasil de 1587. A 1a. ed. é de 1823.
- (2) "Les hommes-dieux chez les Chiriguano et dans l'Amérique du Sud", Revista do Instituto de Etnologia da Universidade Nacional de Tucumán, II, Tucumán, 1931-1932. Também estudo o assunto em *Os Índigenas do Nordeste*, II, p. 297 sqq. São Paulo, 1938.
- (2) A versão, em língua portuguesa, mais recente da obra de C. d'Abbeville é a da Livraria Martins Editora (São Paulo, 1945). História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão, etc. Traduziu-a Sérgio Millet. Introdução e notas de Rodolfo Garcia. A 1a. ed. é de 1614 e o tradutor esteve no Brasil em 1612.
- (3) A obra de Yves d'Evreux foi traduzida em 1874 (Maranhão), e português, sob o título *Viajem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1615 e 1614*. A introdução e as notas são de Ferdinand Denis. A 1a. ed. é de 1615.
- (1) A. Ruiz de Montoya, *Arte y vocabulario de la lengua guarani*, Madrid, 1840.
- (2) Luis Figueira, *Arte de gramática da língua brasileira*, Lisboa, 1687.
- (3) Luís Vicência Maniani, *Arte de gramática de língua brasiliaca da nação quiriri*, Lisboa, 1699.
- (4) Trata-se da obra, de valor cienitífico insuperável, Rā-txa-hu-ni-kw-l. *A língua dos Caxinaus*, etc. Rio, 1914.
- (1) "Os Kroáns do Rio Preto no Estado da Bahia", Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., LXV, p. 159. Rio, 1912.
- (2) Em 1940, o Ministério da Educação publicou, em edição facsimilar, a monumental obra de Gaspar Barreto, *História dos Feitos, etc.* (Rio), tradução em português e notas de Cláudio Brandão. É a história da invasão holandesa no Brasil e da obra de corde Mauricio de Nassau, a primeira ed. salvo os Amsterdãos, no ano de 1647. Trata-se de *Informações dos Índios do Nordeste*. Um resumo, ao tempo da ocupação holandesa (século XVII). A edição em português da *História Natural* de Jorge Marograve é de 1943, São Paulo (primeira ed. em 1645). A parte etnográfica está nos caps. VIII-XIII, com os comentários de Heitor Alberto Torres. Em complemento a esses dois livros, cf. ainda: Joan Nieuhof, *Memóriah Viam Maritima e Terrestre au Brasil* (São Paulo, 1942), com introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia de José Honório Rodrigues. Nieuhof viveu no nordeste brasileiro de 1640 a 1649; a edição princeps é de 1682. E, também, Elias Herckmans, *Descrição Geral da Capitanía da Paraíba*, em Rev. do Inst. Arq. e Geog. Pern., V. Recife, 1888. Assim como as obras clássicas de J. de Laet (há uma ed. em língua portuguesa, Rio, 1918, trad. de José Higino Duarte Pereira e de Pedro Souto Maior, sob o título *História ou Anais dos Feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais*) e de Roux Baro (*Rélation du voyage, etc.*, Paris, 1651). A ed. princeps da obra de Laet é de 1644, Leyde.
- A respeito do material iconográfico, cf. "O Zoológico de Zácharias Wagner", de Alfredo de Carvalho (Rev. do Inst. Arq. e Geog. Pern., XI, Recife, 1904) e "Sobre alguns antigos retratos de índios sul-americanos", de Paul Ehrenreich (id., XII, Recife, 1907).
- (3) "História dos índios cavaleiros ou da nação Guaycuru", Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., I. Rio, 1839. Foi escrita em 1795.
- (4) *El Paraguay Católico*, 3 vols. Buenos Aires, 1910-1917. Obra também escrita no século XVIII.
- (1) "Diário da Viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro", etc., em Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., XLVIII (1885), XLIX (1886), XL (1887) e XLI (1888). Rio. O autor esteve no Brasil no último quartel do século XVIII.
- (1) *Viagem ao Brasil*. Trad. de Edgar Süsskind Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo, refundida e anotada por Olívio Pinto. São Paulo, 1940. A ed. princeps é de 1820, Franfort sur le Main.
- (2) *Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerik's zumal Brasiliens*, Leipzig, 1867.
- (3) *Voyages dans l'Amérique du Sud*, Paris, 1883.
- (4) *Examen grammatical comparé de seize langues américaines*, Paris, 1878.
- (5) Ehrenreich realizou várias expedições ao Brasil entre 1884 e 1893 e deixou numerosas obras sobre as populações primitivas do Brasil. Seu livro "Mythen und Legenden der südamerikanischen Urvölker", etc., pub. em Zeitschrift für Ethnologie, XXXVII, Berlim, 1905, ainda hoje é básico para o estudo da mitologia americana.
- (6) Duas grandes obras de K. v. d. Steiner foram, há poucos tempos, traduzidas em português: *Entre os aborigenes do Brasil Central* (São Paulo, 1946); *O Brasil Central* (São Paulo, 1946). O Brasil Central, tendo sido publicado originalmente em 1894, Berlim, com o título *Unter den Indianern des Zentral-Brasilien*; a segunda foi traduzida por Catarina Baratz Cannabarra e originalmente publicada com o título *Durch Central-Brasilien*, 1896. Ambas as obras são clássicas para o estudo da antropologia cultural brasileira.
- (1) *História do Brasil*, pp. 52 e 53, Rio, ed. de 1923.
- (2) Cf. Herbert Baldus, "Etnologia", p. 207, em *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio, 1949.
- (1) Cujas principais obras são, sucessivamente: *O Selvagem* (Rio, 1876); "Estudos sobre a tribo Mundurucu", em Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., XL (Rio, 1877); "Breve notícia sobre os índios Calingangs", etc., em *Revista Mensal da Sociedade de Geografia de Lisboa*, v. 2 (Rio, 1882); *Pororoca Amazonense*, etc. (Rio, 1890). A obra de J. B. de Lacerda (antropologia física) é muito vasta. Cf. a relação, pub. recentemente pelo Museu Nacional, Rio, 1951: *João Batista de Lacerda — Comemoração do Centenário do Nascimento (1846-1946)*.
- (2) Em 1884 e 1887.
- (3) A obra "Die Kunst der Karajá-Indianer", Baessler-Archiv, II, Berlim, et Leipzig, 1911, substitui vanejassamente o costume similar de Ehrenreich.
- (4) O livro clássico de Theodor Koch-Grünberg é *Vom Ordoño*, em cinco volumes, pub. em Berlin (1917) e em Stuttgart (1923, 1924 e 1928). Os principais tomos são o 2º e o 3º; o 2º trata da mitologia ameríndia e o 3º é um estudo etnográfico em que a parte ecológica se acha bem desenvolvida.
- (5) "Sagen der També-Indianer", Zeitschrift für Ethnologie, 47, (Canela) of Northern Brazil". American Anthropologist, N. S., XXXIX, n.º 4, Menasha, Wis., 1937 (em colaboração com Robert H. Lowie); "The social structure of the Ramkokameka (Canela)". American Anthropologist, v. 40, Menasha,
- Wis., 1938; "The Apinayé", Anthropological Series, v. 2, Washington, 1939. E tantas outras obras de não menor valor.
- (6) "Die Verwandtschaftsorganisation der Urwaldstämme Südamerikas", Zeitschrift für Ethnologie, LXIII, Berlim, 1932.
- (1) *Os Moróres Orientais — Orarimogeólogo do Planalto Oriental de Mato Grosso*. Sobretudo a 2a. ed., ampliada, com a colaboração de César Albisetti. São Paulo, 1942.
- (2) Rondônia; cf. a 3a. ed., aumentada. São Paulo, 1935.
- (3) *Bogen und Pflei in Central-Brasilien*. Leipzig, s. d.
- (4) *The changes in the material culture of two Indian tribes under the influence of new surroundings*, Göteborg, 1920; *Origin of the Indian civilizations in South America*, Göteborg, 1931.
- (5) "Les migrations historiques des Tupi-Guaranis", Journal de la Société des Américanistes de Paris, N. S., XIX, Paris, 1927; *La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani*, Paris, 1928; *La religion des Tupinambás et ses rapports avec celle des autres tribus tupi-guarani*, Paris, 1928 (traduzi esas obras, que foi publicada, com introdução e numerosas notas, em São Paulo, 1950).
- (1) "Etnografia", Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, Introdução Geral, I, Rio, 1922.
- (2) "Amerika". Die Grosse Völkerkunde, III, Leipzig, 1939.
- (3) América Indígena, I, Barcelona, 1936.
- (4) "Some anthropological problems of the tropical forest area of South America", American Anthropologist, N. S., XLII, Menasha, Wis., 1940.
- (5) Indians of South America, New York, 1942.
- (6) Voyage du Tocantins-Aragaya, Paris, 1897; Voyage au Xingu, Paris, 1897; Voyage au Tapajoz, Paris, 1897.
- (7) "Vocabulários das línguas gerais... seguidos de contos", etc., Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, t. 194, v. 158, Rio, 1929.
- (8) "Unter nordostbrasiliäischen Indianern", Zeitschrift für Ethnologie, LXII, Berlim, 1931.
- (9) Crônica da Companhia de Jesus, etc., Lisboa, 1663.
- (1) Cf. Morris Steggerda, "Statute of South American Indians", American Journal of Physical Anthropology, I, N. S., n.º 1, Filadélfia, 1943; id., "Anthropometry of South American Indians", Handbook of South American Indians, v. 6, Washington, 1930; id., "The pigmentation and hair of South American Indians", Handbook, cit.; T. D. Stewart, "Distribution of Cranial Height in South America", Journal of Physical Anthropology, cit.; id., "Anthropometry of South Indian Skeletal Remains", Handbook, cit.; Ettore Blocco & F. Ottossoer, "Estudos etnobiológicos da região do Alto Rio Negro-Amazônas", Arquivos de Biologia, XXVIII, n.º 263, São Paulo, 1944; Ettore Blocco & Emilio Willems, "Contribuição para a antropometria dos índios Tuukan, Tarumá, Makú da Caatinga e Alto Rio Negro (Amazônas)", Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências Letras da Universidade de São Paulo, n.º LXXVII, São Paulo, 1947; Pedro E. de Lima, "Impressões digitais dos índios Tenetehá", Boletim do Museu Nacional, N. S., n.º 7, 1947; Emilio Willems, "Contribuição para o estudo antropométrico dos índios Tereno", Rev. do Mus. Paul., N. S., n.º 1, São Paulo, 1947; Herbert K. Kallandus, "Leadas dos Índios do Brasil", São Paulo, 1946; id., "Kanindé", Cultura, n.º 1, p. 4, Rio 1951; Walter Kempf, "Estudo sobre a antropologia dos índios mundurucus", Arq. Geogr. Pern., IV, Pará, 1945; Darcy Ribeiro, Religião e mitologia Kadu (Rio, 1950).
- (2) Cf. Egon Schaden, "O mito do Sumé", Sociologia, VI, n.º 3, São Paulo, 1944; id., "Ensaios etnó-sociológico sobre a mitologia heróica de algumas tribus indígenas do Brasil", Sociologia, VII, n.º 4, São Paulo, 1945; id., "Fragmentos de mitologia Kayá", Rev. do Mus. Paul., N. S., I, São Paulo, 1947; Herbert Kallandus, "Leadas dos Índios do Brasil", São Paulo, 1946; id., "Kanindé", Cultura, n.º 1, p. 4, Rio 1951; Walter Kempf, "Estudo sobre a antropologia dos índios mundurucus", Arq. Geogr. Pern., IV, Pará, 1945; Darcy Ribeiro, Religião e mitologia Kadu (Rio, 1950).
- (3) Charles Wagley, "O estado de extase do pagé tupi", Sociologia, IV, n.º 3, São Paulo, 1942; id., "Xamânismo Tapirapé", Bol. do Mus. Nac., n.º 3, Rio, 1945; id., "Um Tapirapé atinge a maioria", Rev. do Mus. Nac., n.º 3, Rio, 1945; Glórcia Mussolini, "Os meios de defesa contra a molestia e a morte em duas tribus brasileiras: Kaingang de Duque de Caxias e Bororó Oriental", Rev. do Arq. Municipal, v. 110, São Paulo, 1946; Alfred Métraux, "Boys' initiation rites", Handbook, cit., v. 5, Washington, 1949; F. Altenfelder Silva, "O estado de uanki entre os Bakairi", Sociologia, XII, n.º 3, São Paulo, 1950; Erwin H. Ackernecht, "Medical practices", Handbook, cit., v. 5.
- (1) Carlos Drummond, "Designativos de parentesco no Tupi-Guarani", Sociologia, V, n.º 4, São Paulo, 1943; Virginia Drew Watson, "Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Cuyáu", Sociologia, VI, n.º 1, São Paulo, 1944; J. Philipo, "O parentesco tupi-guarani", Bol. da Fac. de Fil. Cien. e Letras da Univ. de São Paulo, n.º LXIII, São Paulo, 1946; id., "Nota sobre a interpretação sociológica de alguns designativos do parentesco no Tupi-Guarani", Ibidem, n.º LVI, São Paulo, 1946; Charles Wagley, "O parentesco Tupi-Guarani", Bol. do Mus. Nac. (Antropologia n.º 6), Rio, 1946; Arion Dall' Ignaz Rodrigues, "Notas sobre o sistema de parentesco dos índios Kiriri", Rev. do Mus. Paul., N. S., II, São Paulo, 1948.
- (2) Charles Wagley, "Notas sobre aculturação entre os Guajá", Bol. do Mus. Nac., N. S. (Antropologia, n.º 21), Rio, 1943; id., "The Indian Heritage of Brazil", Brasil, portrait of half a continent, The Dryden Press, New York, 1951. C. Ott, "A cultura dos indígenas da Amazônia", Rev. do Arq. Municipal, v. 110, São Paulo, 1946; Emilio Willems, Nota sobre influência indígena na população caçara no litoral do Estado de São Paulo, pub. da Fac. de Fil. Cien. e Letras da Univ. de São Paulo, São Paulo, 1947; F. Altenfelder Silva, "Mudança cultural dos Terena", Rev. do Mus. Paul., N. S., IV, São Paulo, 1949.
- (3) Termos tupi no português do Brasil, São Paulo, 1937; Dos índices de relação determinativa de posse no tupi-guarani, São Paulo, 1939; Apontamentos para a bibliografia da língua tupi-guarani, São Paulo, 1943.
- (4) *Tupis e Guarani*. Estudos de Etnonímia e Linguística, Baia, 1947.
- (5) "The languages of South American Indians", Handbook, cit., v. 6, Washington, 1946.
- (6) "Grupos sanguíneos dos índios do Xingu", Bol. do Mus. Nac., N. S., n.º II, Rio, 1950.
- (7) Esse trabalho sairá, brevemente, em uma revista americana. Outros ensaios do mesmo autor: "Eugenio G. Genital de populações", Cultus, n.º 1, Rio, 1950; "A eugenia e a questão da doença", Lapa, v. VI, n.º 3, Curitiba, 1951. Nas suas teorias de genética destacam-se Raul Brinquet Júnior (Notas sobre algumas medidas eugénicas, Viana, 1950) e A. Dreyfus ("Raças humanas", Anhembi, n.º 5, São Paulo, 1951).
- (8) São Paulo, 1937.
- (1) (São Paulo, 1948). Cf. ainda, do mesmo autor, "A análise funcionalista da guerra: possibilidades de aplicação à sociedade tupinambá", Rev. do Mus. Paul., N. S., III, São Paulo, 1949.
- (2) Arthur Ramos, Introdução à Antropologia Brasileira, II, p. 373, Rio, 1947.
- (3) Cf. Etnias Sergipanas, Aracaju, 1950. E Sociologia, XII, n.º 4, p. 328, sqq., São Paulo, 1950, em que o referido autor responde a uma crítica de Oracy Nogueira.
- (1) Carlos Studart Filho, "Matusos louros no Ceará", Brasil Rural, n.º 1, n.º 2, Rio, 1931, p. 23.
- (2) Raça e Assimilação, São Paulo, 1932.
- (3) Ensaios de Antropologia Brasileira, São Paulo, 1933.
- (1) "The archeology of the Amazon Basin", Handbook of South American Indians, v. 3, Washington, 1948.
- (2) "Apontamentos sobre os cerâmicos do Pará", Arquivo do Museu Nacional, II, Rio, 1877-78.
- (3) "Contribuições para a etnologia do Vale do Amazonas", Arquivos do Museu Nacional, VI, Rio, 1885.
- (4) "Excavações arqueológicas", etc., Paris, 1900.
- (5) L'archéologie du Bassin de l'Amazone, Paris, 1930.
- (6) "Cerâmica de Marajó", Kosmos, I, Rio, 1930; Arte Indígena da Amazônia, p. n.º 6 do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio, 1940.
- (7) "A civilização jacueta do Brasil", Boletim do Museu Nacional, III, p. 15 sqq., Rio, 1927.
- (8) Prehistória sul-americana, Recife, 1910.
- (2) Em Rev. do Inst. Arq. Pern., XII, Recife, 1907.
- (3) A obra de Aníbal Matos já é muito vasta: Prehistória brasileira, São Paulo, 1928; Peter Wilhelm Lampert no Brasil, São Paulo, 1939. A raça de Lagos Santa, São Paulo, 1941. Cf. ainda: H. V. Walter, A. Cathoud & Aníbal Matos, "The Confins Man. A contribution to the Study of Early Man in South America", Early Man, Filadélfia e New York, 1937. Cf. ainda: H. V. Walter, A pre-história da região de Lagoa Santa, Minas Gerais (Belo Horizonte, s. d.).
- (1) A opinião não é unânime, pois muitos acreditam que o homem de Confinis é menos arcaico que o da Lagoa Santa. Cf. K. Macgowan, Early Man in the New World, p. 101, New York, 1950.
- (2) Prehistória de América, p. 246, Buenos Aires, 1950.
- (3) Cf. "Les origines de l'homme américaine", L'Anthropologie, Paris, 1925; "Les Australiens en Amérique", Bulletin de la Société de Linguistique, XXVI, Paris, 1925; "Le peuplement de l'Amérique pré-colombienne", Scientia, XI, Bolonha, 1930; "Les Malais polynésiens en Amérique", Journal de la Société des Amér. de Paris, N. S. XVIII, Paris, 1926; "Recherche d'une voie de migration des Australiens vers l'Amérique", Séances Publiques, Société Biolographique, III, Paris, 1926.
- (4) "The Peopling of America", Acta Americana, I, México, D. F., 1943. E' um resumo da sua teoria original, divulgada em 1938. Importante para o estudo da classificação do homem americano é também o estudo Três capítulos sobre sistemática do homem americano, Lima, 1937.
- (1) Principais obras: L'animisme fétichiste des négros de Bahia Baia, 1900 (2a. ed. em 1925, com prefácio e notas de Artur Ramos, Rio, 1939); Os africanos no Brasil, revisão e prefácio de Homero Pires, São Paulo, 1932 (2a. ed. em 1935); As coletividades anormais, com prefácio e notas de Arthur Ramos, Rio, 1930 (reunião de vários artigos e ensaios publicados entre 1890 e 1901).
- (2) Reunidos no livro Costumes africanos no Brasil, prefácio e notas de Arthur Ramos, Rio, 1938.
- (3) Seus principais livros são: O negro brasileiro, Rio, 1934 (1a. ed.); O folclore negro do Brasil, Rio, 1935; As culturas negras no Novo Mundo, São Paulo, 1937 (2a. ed. em 1946); A aculturação negra no Brasil, São Paulo, 1942; Introdução à Antropologia Brasileira — I: As culturas não-europeias (Rio, 1943; II: As culturas europeias e os contactos raciais e culturais (Rio, 1947).
- (1) A 1a. ed. é de 1933; a 5a., em dois volumes, foi revista e acrescida de numerosas notas (Rio, 1946).
- (2) Dessa obra saiu recentemente uma segunda edição, em três volumes, refundida pelo autor e acrescida de introdução, de cinco capítulos e de numerosas notas. Rio, 1951.
- (3) Autor das obras: Religiões Negras (Rio, 1936), Negros Baianos (Rio, 1937) e Os mitos africanos no Brasil (São Paulo, 1937).
- (4) "Contribuição ao estudo do índice de Lapicique", Estudo Afro-brasileiro, I, Rio, 1935. Há outro estudo do mesmo autor, sob o título "Um aspecto da mestização na Bahia", Rev. do Arq. Municipal 101, São Paulo, 1945.
- (5) "Grupos sanguíneos da raça negra", Ibidem.
- (6) "Nota antropológica sobre os mulatos pernambucanos", Ibidem.
- (7) "Estudo biotípológico de negros e mulatos brasileiros normais e delinqüentes", Novos Estudos Afro-brasileiros, II, Em colaboração com W. Berardelli e Isaac Brown, Rio, 1957.
- (8) "Deformações de corpo dos negros fugidos", Ibidem.
- (9) "Alguns dados antropológicos da população de Recife", Ibidem. Em colaboração com Arnaldo de Lásio, Jarbas Freire e Almir Guimarães.
- (10) "A mestização no Brasil como fator eugenético", Ibidem.
- (11) Ano 47, n.º 1-2, Paris, 1939.
- (12) A influência africana no português do Brasil, São Paulo, 1935 (2a. ed.).
- (13) O Folclore mágico do Nordeste (Rio, 1938) e Xangôs do Nordeste (Rio, 1937).
- (14) "A influência social do negro brasileiro", Rev. do Arq. Municipal, LI, São Paulo, 1933.
- (1) The Negro in North Brazil: a Study in acculturation, American Ethnological Society, Mong. XV, New York, 1941.
- (2) "O negro na Bahia", Sociologia, III, n.º 4, São Paulo, 1941; "Radical and cultural contacts in Brazil: present state of research in the field", Handbook of Latin American Studies, Harvard Univ. Press, Cambridge, 1941; O candomblé da Bahia, Curitiba, 1942.
- (1) Cf. Afonso Cláudio, "As três raças na sociedade colonial — Contribuição social de cada uma", Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras., tombo especial, v. III, Rio, 1937.
- (2) "The Indian Heritage of Brazil", cit., p. 122.
- (1) "Alguns aspectos da cultura artística dos Pancarús do Tocantins", Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.º 2, Rio, 1938; "As máscaras de dança dos Pancarús (Brasil)", Revista Geográfica Americana, VI, v. IX, n.º 62, Buenos Aires, 1938. Os Pancarús também são conhecidos pelo nome de Pancararu.
- (2) Os *praiás* são dançarinos mascarados, que encarnam espíritos protetores da tribo.
- (3) Cf. Herbert Baldus, "Possibilities of research in ethnography among the Indians of Brazil", Boletim Bibliográfico, p. 11 (Publicação da Biblioteca Municipal de São Paulo), p. 11, São Paulo, 1945.
- (1) Gilberto Freyre, Um engenheiro francês no Brasil, p. 23, Rio, 1940.



Aspectos das eleições de 1.º de outubro na Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, quando foi sufragada pela classe a chapa única encabeçada pelo industrial Manoel de Brito

REAFIRMADO PELOS USINEIROS DE PERNAMBUCO O ESPÍRITO DE HARMONIA E UNIÃO DA CLASSE

O INDUSTRIAL MANOEL DE BRITO FOI CONDUZIDO, POR VOTAÇÃO UNÂNIME, À PRESIDÊNCIA DA COOPERATIVA — DECORRERAM NUM AMBIENTE DE GRANDE CORDIALIDADE OS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA — A CHAPA ÚNICA SUFRAGADA NAS ELEIÇÕES DE 1.º DE OUTUBRO — POSSE DA NOVA DIRETORIA — DISCURSOS

Reunião em assembleia geral ordinária, a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Limitada deu no dia 1.º de outubro, pela manhã, a sua nova diretoria, que é presidida pelo industrial Manoel de Brito.

Sufragando uma chapa única, num pleito que decorreu num ambiente da maior cordialidade, os industriais do açúcar demonstraram assim os anseios gerais da classe de permanecer unida para a defesa dos seus interesses e de continuar trabalhando, com sempre trabalho duro, em prol da economia do Estado.

O novo impasse surgiu da expectativa de modo algum atetou o espírito de harmonia reinante entre os usineiros. Tanto é assim que foi logo解决ado pela própria classe, com a colaboração do senador Ezequiel Lima, do ministro João Cleofas e do presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, eng. Gileno de Carli.

Dessa maneira, ao prosseguirem os trabalhos da assembleia, só se sabiam quais eram os novos dirigentes da Cooperativa. Eles nomes receberam a votação da totalidade dos associados.

A ASSEMBLÉIA

As 11 horas em ponto foi reaberta a reunião de assembleia, sob a presidência do industrial José Pessoa de Queiroz.

Participaram da mesa dos trabalhos, além do presidente, o advogado Murilo de Barros Guimarães, consultor jurídico da Cooperativa; eng. Antônio Martins Furtado de Sousa, delegado regional do Instituto do Açúcar e do Álcool, e os industriais Manoel Caetano de Brito, Luis Inácio Pessos de Melo, Luiz Pedroso, Alfredo Bandeira, Armando de Queiroz Monteiro e Jaime Lobo Filho.

Dos 57 associados da Cooperativa dos Usineiros, 54 haviam assinado o livro de presença da assembleia.

DISCURSO DO INDUSTRIAL ARTUR CISENEIROS CAVALCANTI

O Industrial Artur Cisneiros Cavalcanti pronunciou o seguinte discurso:

"Meus colegas:

Ternos hoje a sua gestão à diretoria eleita em dezembro de 1950, presidida pelo grande líder do povo, José Pessoa de Queiroz, prestando-lhe as merecidas homenagens às vitórias alcançadas em plena memória em benefício da economia açucareira de Pernambuco. Desses manifestações participei sempre apagadamente, embora a elas aderisse com sincero entusiasmo. Hoje, contudo, quando o nosso querido compatriota deixa a presidência desta Casa, reivindico para mim o papel saliente de proponer, em primeiro lugar, a justa homenagem que ele merece, do nosso profundo reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à nossa classe.

Em diversas oportunidades, estiveram os usineiros pernambucanos juntos, em torno de José Pessoa de Queiroz, prestando-lhe as merecidas homenagens às suas vitórias alcançadas em plena memória em benefício da economia açucareira de Pernambuco. Desses manifestações participei sempre apagadamente, embora a elas aderisse com sincero entusiasmo. Hoje, contudo, quando o nosso querido compatriota deixa a presidência desta Casa, reivindico para mim o papel saliente de proponer, em primeiro lugar, a justa homenagem que ele merece, do nosso profundo reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à nossa classe.

Não recebi mandato dos usineiros pernambucanos para falar em seu nome nesta assembleia, embora acredite que a grande maioria, se não a totalidade deles, reconheça o esforço titânico, a dedicação sem limites, a capacidade de invadir que José Pessoa de Queiroz pôr a serviço dos interesses das suas colegas na direção desta Cooperativa.

Falo em meu modo modesto e em nome da diretoria da Usina Maria das Mercês S. A., para serendipitamente as atenções, as canseiras que trouxe para solução dos nossos problemas, os benefícios que sofreremos da sua atuação eficiente e corajosa.

Graciosa à aludida que recebemos desta Cooperativa, merece da orientação, decidida que meimprimiu o seu presidente, é que nos fôssem possivel aumentar, em dois anos, as nossas safras de 40.000 para 110.000 sacas e adotar as nossas instalações industriais para fazer face a esse aumento de produção. Desse modo salvaremos a nossa empresa, despliegamos os nossos haveres a poderem estender uma situação de absoluto equilíbrio econômico-financeiro com o nosso patrimônio livre e sem responsabilidade nenhuma.

Concluo que a classe dos usineiros pernambucanos, que está assim constituída:

CONSELHO FISCAL

Presidente, Manoel Caetano de Brito; tesoureiro, Rui B. Carneiro da Cunha; secretário, Guilherme Martins de Albuquerque; diretor, Antônio Dourado Neto; diretor, Frederico Von Shosten.

EMPOSSADA A NOVA DIRETORIA

A apuração dos votos terminou no meio-dia. O industrial José Pessoa de Queiroz anunciou os resultados, que foram recebidos com prolongada salva de palmas. Logo após, foi dada posse à nova diretoria da Cooperativa dos Usineiros, que está assim constituída:

CONSELHO FISCAL

Presidente, Manoel Caetano de Brito; tesoureiro, Rui B. Carneiro da Cunha; secretário, Guilherme Martins de Albuquerque; diretor, Antônio Dourado Neto; diretor, Frederico Von Shosten.

ARTUR M. CARNEIRO, ENOCLE MARTINS E VIRGILIO TAVARES DE MELO

SUPLENTES

Lorenzo Pedroso de Melo, Júlio Lopes de Siqueira Santos e Ezequiel de Souza Campos. De acordo com os estatutos da Cooperativa, o novo Conselho de Administração exercerá seu mandato durante o biênio de 1952-

1954, e o Conselho Fiscal, no período de 1952-53.

A PALAVRA DO NOVO PRESIDENTE

Ao tomar posse, o industrial Manoel de Brito externou a sua satisfação em receber o voto unânime da classe.

Declarou que, ao acelerar a indicação de seu nome para dirigir os destinos da Cooperativa dos Usineiros, tinha e continuaria a ter um propósito: o de realizar ao lado dos seus colegas da família açucareira o mesmo trabalho que realizou ao lado de 35 membros da família Brito nas Indústrias Peixe, pela grandeza de Pernambuco.

AGRADECIMENTOS DO INDUSTRIAL JOSE PESSOA DE QUEIROZ

Em nome do industrial José Pessoa de Queiroz, o professor Murilo de Barros Guimarães agradeceu ao discurso pronunciado pelo sr. Artur Cisneiros Cavalcanti e também à assembleia geral, por haver aprovado unanimemente os atos da diretoria cujo mandato terminaria.

"Meus colegas:

Ternos hoje a sua gestão à diretoria eleita em dezembro de 1950, presidida pelo grande líder do povo, José Pessoa de Queiroz, prestando-lhe as merecidas homenagens às suas vitórias alcançadas em plena memória em benefício da economia açucareira de Pernambuco. Desses manifestações participei sempre apagadamente, embora a elas aderisse com sincero entusiasmo. Hoje, contudo, quando o nosso querido compatriota deixa a presidência desta Casa, reivindico para mim o papel saliente de proponer, em primeiro lugar, a justa homenagem que ele merece, do nosso profundo reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à nossa classe.

Em diversas oportunidades, estiveram os usineiros pernambucanos juntos, em torno de José Pessoa de Queiroz, prestando-lhe as merecidas homenagens às suas vitórias alcançadas em plena memória em benefício da economia açucareira de Pernambuco. Desses manifestações participei sempre apagadamente, embora a elas aderisse com sincero entusiasmo. Hoje, contudo, quando o nosso querido compatriota deixa a presidência desta Casa, reivindico para mim o papel saliente de proponer, em primeiro lugar, a justa homenagem que ele merece, do nosso profundo reconhecimento pelos inestimáveis serviços prestados à nossa classe.

Não recebi mandato dos usineiros pernambucanos para falar em seu nome nesta assembleia, embora acredite que a grande maioria, se não a totalidade deles, reconheça o esforço titânico, a dedicação sem limites, a capacidade de invadir que José Pessoa de Queiroz pôr a serviço dos interesses das suas colegas na direção desta Cooperativa.

Falo em meu modo modesto e em nome da diretoria da Usina Maria das Mercês S. A., para serendipitamente as atenções, as canseiras que trouxe para solução dos nossos problemas, os benefícios que sofreremos da sua atuação eficiente e corajosa.

Concluo que a classe dos usineiros pernambucanos, que está assim constituída:

ASSOCIADOS PRESENTES À ASSEMBLÉIA

Compareceram à assembleia geral, representando as usinas associadas à Cooperativa dos Usineiros, as seguintes pessoas:

Afonso Freire, usina Periperi;

Francisco Vera, usina Conde;

Artur Pacifici, usina Pernambucana;

Antônio Soárez, usina Quixoto;

Costa Queiroz, usina Buthões;

Guilherme Martins de Albuquerque, usina Iapé;

Ezequiel de Brito, usina São Francisco;

Frederico Maranhão, usina Aliança;

Fred Von Shosten, usina Poá;

Manoel Caetano de Brito, usina Muritiba;

Luis de Oliveira Lima Filho, usina Barão de São João;

Antônio Dourado Neto, usina de Quevedo;

Armando de Queiroz, usina Massauá;

Luis Dubeux, Indústrias Reunidas

Ezequiel Siqueira Campos, usina Porto Rico; Mário Maranhão, usina N. S. de Lourdes; João Lopes de Siqueira Santos, usina Bom Jesus; Romulo Costa, usina Pumari; José Lopes Siqueira Santos, usinas Caxangá, Bambu-ral, Estrela, Museuze e Capibaribe, e Arnaldo Albuquerque.

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO

ESTADO

CONFIANÇA GERAL NO FORTEAMENTE DA INDÚSTRIA AGRÍCOLA DA PERNAMBUCO</p

Holandeses e Portugueses

(Continuação da pág. 4)

oprimeiros economicamente. João Fernandes Vieira, em 1643, devia 541.000 florins à Companhia.

Exploração semelhante, exercida na cidade contra a economia rural, foi a do comércio de escravos. Arrematados pelos judeus nos leilões da Companhia, os negros eram vendidos aos senhores de engenho, que os não podiam pagar à vista, a um preço até três vezes superior ao da compra. Encarecia-se, por essa forma, de modo extremo e ilegítimo, um elemento fundamental da produção agrícola, o braço escravo. Era outra forma de debilitação da economia rural.

A consideração de todos esses elementos caracterizadores das relações entre a economia urbana e a rural no período flamengo, vem mostrar o seguinte: — Enquanto, sob os portugueses, a nossa agricultura tinha a função de sustentar a metrópole, sob os holandeses, além de sustentar a metrópole flamenga, ela devia sustentar a vida urbana do Recife, uma vida urbana cheia de suntuosidades e dissipações. Era como se duas fôssem as metrópoles: a capital de Pernambuco e a Holanda.

VI — NASSAU

Algumas das considerações anteriores redundam em restrições às decantadas qualidades de administrador de João Maurício de Nassau. Outras ainda poderão contrariar a tendência de irrestrita exaltação à obra do grande governador dos holandeses no Brasil.

Entre os dessa tendência está o notável historiador José Honório Rodrigues que entrevé até propósitos nassovianos de combater o regime da grande propriedade: "Ao nosso ver, Nassau percebeu os males não só da monocultura como também do latifúndio. Quando pensou em dar terras aos soldados esboçou a solução do problema latifundiário. Porque só as pequenas propriedades é que permitem a variação de cultura". Parece-nos arriscado esse juízo. O fato de, como já dissemos, não haver João Maurício baixado medidas em favor da diversificação de culturas quando a crise alimentar se fez sentir intensa na cidade, conduz-nos, pelo contrário, ao juízo de que o seu objetivo era pura e simplesmente o abastecimento urbano. Essa interpretação, aliás, harmoniza-se melhor com a diretriz geral da administração do príncipe, voltada predominantemente para as coisas da base capital do domínio holandês no Brasil. Preocupado com o Recife, não acreditamos, a não ser através de documentação em contrário, que Nassau, aquela tempo, se impressionasse com as mazelas do regime agrário em vigor pelas suas decorrências sociais manifestadas no próprio campo.

Confirma, de certo modo, essa impressão o meio mais importante empregado pelo príncipe para obter a produção de um gênero de subsistência: a obrigatoriedade do plantio de mandioca, cujos resultados se associavam leoninamente o governo. Processo primário, esse, de diversificar culturas à força e por decreto, só explicável ante a imposição de matar a fome de uma cidade em cuja alimentação não pensou, antes de criá-la e fazê-la desenvolver-se. Processo incompatível com uma mentalidade que, ao tempo, já percebesse os males do latifúndio. Quanto à agricultura de subsistência em Itamaracá, não passou de uma tentativa malograda, o que certamente não pode figurar no ativo dos processos colonizadores dos batavos.

Outro ponto da administração nassoviana que está a merecer exame mais detido por parte dos especialistas em nossa história econômica e social é o dos reflexos da tendência urbanista sobre a estrutura da sociedade. As construções e as obras públicas, notadamente, deram lugar à formação rápida de um operariado urbano no Recife. As atividades comerciais fizeram nascer uma burguesia mercantil. Criava-se, assim, do dia para a noite, no Brasil do século XVII, um aglomerado urbano de estrutura econômico-social semelhante à das cidades comerciais europeias da época. Era um deslocamento brusco que, evidentemente, não se apoiava nas condições econômicas da colônia, com apenas um século de exploração e, essa mesma, de feição latifundiária e escravocrata.

A relação funcional entre a cidade e a hinterlândia a que devia servir não parece ter sido considerada pelo fundador da Mauricéia. O Recife nassoviano com sua grandeza, seu fausto, seu operariado e sua burguesia, tornou-se algo exorcístico em face do quadro econômico regional da época.

Observação semelhante pode ser feita em referência à ação cultural de João Maurício. Não havia na colônia nem uma base cultural nem uma base econômica capazes de servir de apoio à transplantação para estas longitudes de valores intelectuais e artísticos da Renascença. Uma sociedade escravocrata e de analfabetos, de senhores feudais ou semi-feudais não podia ser o campo propício aos ideais de cultura que o príncipe acentuava.

Assim, o brilho intelectual e artístico, então ostentado, esteve longe de resultar de qualquer desenvolvimento cultural das elites naquela sociedade e naquele tempo. Não tinha a naturalidade das plantas vicejantes e florescendo em seu habitat. Em vez de representar o meio social, dele se distanciava e com ele contrastava. Era algo de artificial, simplesmente importado. Como tantas outras contribuições flamengas, não encontrava consonância no ambiente local. Não poude criar raízes na terra. Teria de ser efêmero.

Na vista desse plano para o da adminis-

nistração financeira de João Maurício de Nassau, tal como a vemos exposta no livro de Wätjen, veremos que o descritivo do príncipe jamais conseguiu pôr em ordem esse setor fundamental do empreendimento holandês. Era, porém, o magno problema da Nova Holanda, para o qual o governador trouxera instruções especiais.

Entretanto, as crises se sucederam sem interrupção atingindo fortemente ora a moeda, ora os recursos ormentários, ora ambos esses domínios. A história da inflação no Brasil, quem a escrevesse teria de recuar às "ordenanças" do tempo de João Maurício.

Essas crises financeiras e fiduciárias só podiam ter efeitos perniciosos sobre a estabilidade econômica. A exportação de açúcar que se recuperara com Maurício de Nassau, passando de 196.000 arrobas em 1638 para 448.000 em 1641, entrou em declínio a partir desse ano. A soma dos tributos arrendados que chegou a 378.800 florins em 1643 foi decrescendo nos últimos dois anos da administração nassoviana: 283.840 florins em 1644 e 229.045 em 1645 (Dados de Wätjen). Isso, apesar das medidas postas em prática para assegurar o aumento da receita.

Não temos qualquer indicação de que o príncipe, apesar da precariedade da situação financeira, se preocupasse em reduzir as despesas de seu governo para equilibrá-las com os recursos normais ao seu alcance. E' precisamente o contrário o que nos informa Wätjen: "Estadista proeminente, diplomata e general em chefe como era, João Maurício nada queria saber, entretanto, de poupança nos gastos, nem se preocupava com a conta de xelins e soldos a despender. Em matéria de dinheiro, tinha as mãos muito abertas, gastava sempre mais do que podia e, apesar de saber quão pouco satisfazem os diretores estavam com seus custosos caprichos, não havia exortação ou advertência que o dissuadisse de levar por diante as obras que havia concebido ou de entreregar-se em "Vrijburg" aos seus prazeres favoritos". De como o espírito de poupança andava longe do administrador Nassau, também nos dá idéia a lista dos víveres consumidos diariamente pelo paço, segundo documento inserto no livro de José Antônio. Era como se verdadeiros banquetes ali se realizassem todos dias.

O destino econômico da colônia teria de depender também das perturbações financeiras. Três anos antes do término do governo de Nassau, já se iniciava o declínio das exportações de açúcar. A gestão financeira não podia ser estranha a esse fato. Estamos diante de mais um fator do malogro do empreendimento holandês.

VII — O NAO ENRAIZAMENTO ECONOMICO

Possuam os lusitanos, devemos repeti-lo, um conjunto de qualidades que lhes asseguravam grande superioridade sobre os flamengos na tarefa da exploração colonizadora do território brasileiro. Oriundos de meio geográfico de latitudes mais altas, muito mais difícil seria a adaptação dos flamengos ao ambiente dos trópicos do que a dos habitantes do extremo sul-oeste da Europa. Não possuíam, em sua formação, a influência de um povo como o árabe afeto a realidades físicas menos favoráveis, que tantos traços deixou na índole, nas aptidões e na civilização econômica dos portugueses. E contavam estes com mais uma vantagem sobre aqueles que lhes disputaram o domínio no Nordeste brasileiro: a experiência e a tradição de exploração de áreas de baixas latitudes.

Essas circunstâncias explicam o seu comportamento muito mais em harmonia com as exigências do meio natural. Um meio natural menos diverso do de sua origem e bem semelhante ao de regiões que andaram ocupando e explorando.

Da experiência portuguesa nos trópicos, dois fatores em particular, resultaram, na ordem econômica, contribuindo para que tivessem os lusos grande vantagem, como colonizadores, sobre os mercadores da Holanda. Em primeiro lugar, tinham aprendido — e aqui entra também a contribuição mouricea — uma atividade destinada a servir, ao mesmo tempo, de suporte e de instrumento econômico à colonização do Brasil como de tantas outras das áreas chamadas por Huntington regiões úmidas de agricultura tropical: o cultivo da cana e o fabrico do açúcar.

Aprenderam, em segundo lugar, a utilizar um regime de trabalho e um braço trabalhador indispensável, nas condições da época, ao êxito da agricultura canavieira. Indispensáveis, em consequência, a colonização das áreas cuja ocupação econômica teve de basear-se na produção de açúcar. Conheciam os portugueses os processos de escravizar negros e fazê-los trabalhar. Sabiam também outras muitas coisas em relação ao projeto a ser tirado dos negros e das negras apanhados à Costa d'Africa, coisas de relevante interesse no estudo do maior dos empreendimentos portugueses, a colonização do Brasil.

Sem saber plantar cana e fabricar açúcar e sem saber lidar com negros, que vinham os holandeses fazer nestes trópicos no século XVII? Fundar grandes cidades, um grande império comercial, uma civilização urbana e mercantil? Mas como se não havia aqui produtos destinados à atividade comercial que não resultassem das duas práticas em que eram tão bisonhos os flamengos?

O resultado foi que os meios de produção do açúcar, baseada na escravidão e na grande propriedade canavieira, continuaram, em sua imensa maioria, em poder dos portugueses e seus descendentes. E' Nassau mesmo quem adverte que a conquista do Brasil sem os

holandeses só traria poucas vantagens à Companhia, como que reconhecendo a incapacidade dos batavos para, no plano econômico, substituir os portugueses e fazer produzir a colônia. E sem a base da economia agrícola em suas mãos, o cometimento holandês não tinha raízes para firmá-lo à terra. Teria de ser efêmero. Teria de ser o que foi: uma aventura colonizadora que durou um quarto de século.

VIII — O NAO ENRAIZAMENTO ECOLOGICO

Revelaram-se os holandeses inferiores aos lusos também quanto a determinados processos particulares de adaptação às condições do meio físico. Alguns deles elogiaram o clima de Pernambuco e natureza da região. Mas é certo que poucos fizeram para tirar partido daquilo que é esse clima e essa natureza têm de bom e neutralizar o que é mau.

Edificaram sobrados iguais aos da Holanda, os sofridos altos e magros de que fala Gilberto Freyre, dos quais José Antônio encontra confirmação em seu trabalho beneditino de reconstrução documentada da vida dos flamengos no Brasil. Com sua colonização urbana não nos legaram um tipo de casa de cidade adaptado às novas condições tropicais. Enquanto os portugueses, com sua colonização rural deixaram-nos a casa-grande, expressão de seu ajustamento ao nosso ambiente.

Depõe contra a capacidade flamenga de explorar e aproveitar os recursos naturais da terra, a cópia de materiais de construção que importavam da Holanda. Importavam madeira para uma área de floresta. Importavam tijolos para uma região de solos argilosos, e a Várzea do Capibaribe às portas da cidade.

Em se falando de materiais de construção, temos de observar que as casas portuguesas, buratas, feitas de taipa e madeiras da terra, revelam não só melhores qualidades de adaptação ativa como senso econômico colonizador superior ao dos holandeses com suas despendosas construções, edificadas com materiais importados, desviando-se, para a compra, capitais que bem poderiam ter ficado em Pernambuco para vitalizar a economia da colônia.

Da escassa capacidade dos holandeses de adaptar-se às condições do meio e de promover a "mise-en-valeur" de seus recursos naturais, constitui também um sinal expressivo o fato de pouco se valerem dos alimentos que a terra podia produzir. Para manter o mais possível a mesma dieta que em sua metrópole, dieta que a dos portugueses, importavam dali o que para isso, era necessário.

Não será muito arriscado supôr, nessa ordem de idéias, que as precárias condições de saúde do povo, no período flamengo, com várias moléstias dizimando a tropa e a população civil, relacionam-se com a falta de capacidade de adaptação dos holandeses. A sub-ameaça que não pode deixar de ter influído em tais condições de saúde, decorria, em grande parte, de não terem os holandeses conseguido, pelo uso da terra, uma produção de subsistência em proporção com a aumento da população urbana, por eles estimulado. Foi assunto das reclamações de Nassau a falta de víveres e de remédios.

Não tendo contacto íntimo com os nativos, menos eram, obviamente, suas oportunidades de assimilar os seus processos de curar pelo uso de mezinhas ou medicamentos derivados dos recursos da flora regional. Embora, como se sabe, sejam devidos a um holandês, o dr. Piso, os primeiros conhecimentos científicos de nossa flora, as propriedades medicinais de numerosas plantas só poderiam ser usadas em maior escala pelos que vivessem em contacto direto com o campo, com as matas, com os índios, com os que puderam receber dos índios seus segredos relativos ao poder de curar de vegetais brasileiros.

De qualquer modo, o agravamento do problema alimentar e a deficiência de meios para evitar o crescimento da mortalidade são outros motivos de restrições à capacidade dos flamengos de ajustarem-se às condições do meio.

Há um fato que indica ser a falta de plasticidade revelada pelos batavos em Pernambuco muito ligado ao contraste entre o nosso meio físico e o dos Países Baixos. O de que, em um ponto, eles foram magníficos: o da forma de aproveitamento das condições topográficas da planície do Recife para a construção da cidade.

Essa planície, com os seus alagados, coberta em grande parte pelas águas, ora do mar, ora dos rios, com suas ilhas, com seus braços de rios, suas camas, era o único traço comum entre os dois meios geográficos: o pernambucano e o holandês. Era natural que, nesse particular, a transplantação dos métodos holandeses correspondesse às condições mesiológicas locais. E começa pela localização da cidade. "A localização de Mauritzstadt no Recife, escreve Joaquim Ribeiro, obedeceu a essa adaptação, a essa tendência, a esse verdadeiro tropismo, que o neerlandês sempre teve pela vida aquática, seja fluvial ou marítima".

No mesmo exemplo de ajustamento e bom aproveitamento das condições naturais está a função que o holandês deu às águas no traçado e na vida da cidade, com a disposição das ruas, com os transportes fluviais, com os canais e os diques, com as pontes. E o representante da técnica urbanista flamenga, o engenheiro Pieter Post há de ter planejado aqui como planejaria na Holanda.

IX — O NAO ENRAIZAMENTO SOCIAL

Não foi a colonização holandesa mais feliz no ca-

(Continua na pág. 17)

a "frase clara, incisiva e inuspeita do historiador baiano Frei Vicente do Salvador".

Pereira da Costa, na sua invencível fidelidade à história de Pernambuco, tinha a paixão obcecante, quase docência, de documento. Paixão que se cultivava — como diria mais tarde Souto Filho — "com a paciência resoluta de um fanatico." Sim, o documento, para lembrar o verso de Augusto dos Anjos, "ra a garrafa tóxica de rum" desse grande sibrio das glórias pernambucanas que foi Pereira da Costa. Para ele também, como para Seignobos, o lema era esse: *"pas des documents, pas d'histoires."* E por isso, como lembra Costa Porto, através de sua obra o que perpassa é Pernambuco, nas suas lutas, no seu heroísmo, na sua agonia unanímica, no seu explodir, na sua grandeza épica." Mas tudo devidamente documentado.

Compulsando-se, hoje, essa obra monumental, pelo extenso, pelo esforço penoso de pesquisas, pelo que exigiu de paciência e pelo que consumiu de energia, somos levados a dar razão ao sr. Gilberto Freyre. Não parece, de fato, a obra de um só homem, mas de toda uma academia. E, nada obstante, foi de um.

Dir-se-á, contudo, que ai não há as marcas profundas e inconfundíveis do verdadeiro historiador. Que Pereira da Costa não interpretava, mas apenas expunha o fato, muitas vezes ainda virgem e imaturo. Ele, entretanto, como se antecipava a esse conceito, que procura situá-lo nos limites da historiografia, quando, na sua maravilhosa modestia, dizia-se apenas o "rude mineiro", aquele que deseja ao fundo da pena para de lá trazer e entregá-la ao ouvinte, que lhe dará valor e brilho, o diamante bruto e informe. Nem queria ser mais do que isso. Mas, sendo apenas isso, inestimável foi o serviço que prestou à história de Pernambuco.

Como Gregor Mendel, aquêle modesto frade sumido nas mediocres funções de jardineiro dum convento da Baviera, mas que trouxe do seu ceticismo diuturno com as plantas uma teoria que revolucionou o mundo da biologia vegetal, assim Pereira da Costa, condonando-se as degradações nos arquivos, para de lá arrancar aquilo a que chamou os "ocultos mistérios" da nossa história, tornou-se, aos olhos da posteridade agraciada, o glorioso chevalier do nosso passado. E foi a esse desbravador infatigável, a esse País extraordinário de extraordinárias gemas, que Oliveira Lima, honrando-lhe a abnegação, a constância e a tenacidade, deu o título justo e consagrador de "mestre de todos nós".

Fiel àquela lição de Seignobos, Pereira da Costa não foi, contudo, na sua benéfica peregrinação pelo passado, apenas um remexedor de papéis velhos. Ou um leitor insaciável de livros antigos. Como salienta, em página recente, o jovem autor de "No Tempo dos Flamengos", ele utilizou outros instrumentos de pesquisa. Os questionários que organizava, os depoimentos que recolhia das pessoas de idade, as consultas que fazia, os testemunhos que buscava, a tradição oral, em suma, os outros recursos de que Pereira da Costa se valeu, como método de reconstituição histórica. E é grata a essa prova testimonial, por exemplo, que ficamos sabendo, como lembra o sr. José Antônio de Melo Neto, "que foram os alemães que vulgarizaram o molde para construção de cornijas", entre nós e que aqui "substituiram as vergas de pedra de portas e janelas por outras construídas de alvenaria por meio de simples". Ou ainda que foi Beranger, o velho, "quem introduziu entre nós o uso do verniz de bencôa". E assim por diante.

Pereira da Costa na Assembléia

(Continuação da pág. 5)

Mas há uma particularidade curiosa nesse homem documentado que foi Pereira da Costa. Era ele extremamente cioso do seu material. Suas fontes eram como as moedas no cofre de Hargapão: ele as conservava para si com avareza. Explica aquêle autor que ele o fazia, ao contrário de Varnhagem e Oliveira Límaca, de caso pensado. Com medo de "autores menos escrupulosos", da ação dos quais, aliás, não escapou, como é o caso do "Dicionário Geográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco", de Sebastião Galvão, a quem Pereira da Costa acusou de haver lhe plagiado os "Anais". São sinais desse medo, lembra ainda o mesmo autor, expressões como "um autor do tempo", "uma testemunha contemporânea", "um documento que temos presente", encontradas a cada passo na sua obra.

Escrevendo com simplicidade, daquela forma que, segundo seu contemporâneo Arthur Münnich, "não recunava o estilo adreçado", Pereira da Costa foi, antes de tudo, um escritor do povo. Deante do "Folk-Lore Pernambucano", por exemplo, que continha "sozinho na sua classe", o mestre Luís da Câmara Cascudo, ainda há pouco, imaginava-o arrumando suas notas sobre as superstições populares, perguntando sobre o Lohishomem, falando do Romanzeiro, do Cancionero, dos Pastoris, das Parlendas e Brincos infantis, ou contando a história do Boi de Palha, ou da lenda sobre o Rei-nado da Pedra Bonita, ligada ao ciclo do sebastianismo no Brasil.

"Conserva Pereira da Costa — diz Cascudo — sua simplicidade bem pernambucana, vale dizer nordestina, pelo povo, hábitos, costumes, forma de viver, alimentos, crenças populares, mais próximo, pelo faro do historiador e pela tonsiduidade, de uma predileção psicológica que fatalmente existe no subconsciente do pesquisador pernambucano, a paixão pelo social. Mas em Pereira da Costa, depois de haver feito desfilar as datas e os homens maiores e menores da História, empurra-o para o Homem Normal e Diário, o criador da etnografia, fazendo-o viver a existência comum e miraculosa do trabalhador, do funcionário público, da pequena sociedade ambiental, do mestigo, na limpidez da cotidianidade banal". Daí porque, para o historiador potiguar, no "Folk-Lore Pernambucano" é a própria região "que se deixou prender, nos contos, nos cantos, nas lendas, na alegria e no sonho, em todas as modalidades da existência normal, trabalhada e sincera no trágico cotidiano."

E o povo que está presente nessas páginas.

A GRANDE SENHA

MAS eis, senhores, que o extraordinário lidador se aproxima do fim. Na última sessão legislativa em que aqui esteve, a de 23 de junho, Pereira da Costa, "o mais velho dentre os presentes", diz a ata, era aquele "septuagénario, de andar quase tropego, cabelos brancos e ar sereno de simplicidade monástica" que o então seminarista Costa Porto viu, um dia fazendo sondagens pelas cercanias do Seminário de Olinda, "afim de descobrir a entrada perdida do lendaríe e talvez problemático subterrâneo do Colégio dos Jesuítas". E isso prova que aquela paixão absorvente de sua vida acompanhou-o até o fim. Como, de fato, o acompanhou.

Homen documentado, ele não se poderia esperar que esquecesse o testamento que fez. Data desse documento, de uma grandeza tocante e quase evangélica, de 23 de abril de 1909, isto é, quase quinze anos antes de sua morte. Nele, Pereira da Costa determina que o seu túmulo "seja forrado exterior e internamente de chita preta". Não quer "ornatos e garnições de espécie alguma". Desafia, sobre a tampa, "uma cruz de pau branco (madapólo) de tamanho proporcional, aos pés da qual poderá ser colocado, se quiserem, as iniciais do meu nome em auras letitas". E o amigo dos simples, que ele era, acrescenta que "tendo de escolher para minha sepultura um jazigo qualquer, é de minha vontade que seja um dos que posso no cemitério público a Irmadade de N. S. do Rosário, dos homens pretos do bairro da Boa Vista".

Pereira da Costa também não queria luto. Mas, "como não convém em absoluto ir de encontro aos preceitos sociais" — diz ele — basta um simples "sinal lutooso". A mulher pede que evite esse "trajar carnavalesco com que as viúvas agora se ostentam de público". Era o "chorão", que ele abominava.

E agora, senhores, o homem pobre e probro, o varão impotente, que mereceria um lugar na relação de Plutarco, confessa a miséria que foi, todavia, a riqueza paradoxal da sua vida: "Nada tenho que legar à minha família, sendo uma insignificante pensão do Monte Pio dos Funcionários Públicos do Estado e alguma coisa resultante de um pequeno pecúlio na Cooperativa dos Funcionários Públicos de Pernambuco, e por essas tristíssimas condições em que o deixo, humildemente lhe peço perdão do meu crime de lessa-família, o único de que me accusa a conciência."

Vem, a seguir, a justificação do "crime": "O amor da pátria; desta terra querida do meu Pernambuco, as suas glórias e venerandas tradições, embriagaram-me e absorveram toda a minha atividade no desenvolvimento e propagação dos ocultos mistérios de sua belíssima e portentosa história; e por esse amor, e pelo culto tanto que sempre tributei a esta minha terra, empenhadamente, desinteressadamente, tu de esqueci, tudo sacrificuei..."

E, terminando, depois de legar à "afetuosa e querida companheira de tão dilatados anos" — "as saudades do mais puro e acriolado amor" — e, aos filhos, "as bênçãos de Deus Todo-Poderoso e um nome que, mereço dos Céus, não os envergonhará", lembra a estes últimos que

"Para um filho, bom conselho
É servir-lhe o pai de espelho".

Morto Pereira da Costa, rendeu-lhe esta Caisa, a 7 de março de 1924, na palavra de Souto Filho, uma comovida homenagem. Epaminondas de Barros, seu substituto aqui, justifica um voto "de sentido pesar pelo falecimento desse grande vulto que se chamou Pereira da Costa". E Souto vai à tribuna. O dantista vai falar do marrete.

"Sem pai acaide e sem a nobresa da litnagogia — dizia Souto Filho — o relêvo em que morreu, o nome que deixou, deve aos seus próprios esforços e ao seu devotamento à grande religião do patriotismo." Mais adiante, dá esse

depósito sobre a sua passagem por esta Casa: "Deram-lhe, depois, um mandato político, uma cadeira de deputado, mas ele nunca foi um político partidário. Alma generosa e boa e dr. Pereira da Costa jamais teve pendores para esse gênero de política e nunca entrou nas suas seduções e nas suas perfídias. Nunca pisou no terreno escabroso das competições e nunca foi levado à asperça da palavra escrita ou falada, contra quem quer que fosse". E acrescenta: Quase indiferente aos ruidos partidários, sr. presidente, desapaixonado por interesse e por educação, só uma coisa o dominava, o empolgava fortemente: era a pátria, era a história da pátria, era a grandeza da pátria, era Pernambuco, enfim.

Por seu turno, Otávio Tavares, falando, em nome da Câmara, à beira do seu túmulo, assim o descreve: "Fugindo constantemente aos tumultuosos préludios da vida pública, encerrado na discreta penumbra de uma existência sem aparente, rodeado apenas da família e por alguns amigos íntimos, entregue escrupulosamente ao desempenho dos empregos que ocupou para deles tirar a subsistência, empregos que nunca lhe permitiram afastar-se demasiado das fronteiras da penúria completa: eis como decorreu a longa vida deste bom pernambucano".

Vê-se, por esse discurso de Otávio Tavares, que Pereira da Costa não teve um grande acompanhamento até a última morada. E o que nos dá a perceber esse tópico: "E certo que o seu cadáver vem à cidade dos mortos acompanhado unicamente pelos amigos que sinceramente o estimavam e por um certo número de companheiros nos labores da vida pública." Aliás, como fato curioso a assinalar, Pereira da Costa escrevera no seu testamento: "E de minha vontade que o cadáver não seja depositado em parte alguma, saindo assim o enterro da própria casa da família, e peço aos meus amigos e áqueles que me são caros o círio dos obséquios de o conduzirem ao seu destino.

Foi feito o "caridoso obséquio".

E assim se foi, senhores, o nosso Pereira da Costa. Mas se foi deixando um nome que as gerações perpetuarão, sem dúvida. Já à beira do túmulo, Otávio Tavares deixará caro essa interrogação oportuna: "Quem será capaz de indicar com segurança, voltidas algumas dezenas de anos, quais foram os companheiros do morto de hoje no Congresso Legislativo, em tantas legislaturas sucessivas?" Para logo acrescentar: "Entretanto, o modesto patrício que passou a vida por entre a indiferença de tantos dos seus contemporâneos, viverá na memória dos posteriores, porque só é duradouro o trabalho sereno do pensamento; porque o tempo é importante para correr a obra adamantina da inteligência."

Essas palavras, senhores, hoje estão confirmadas. Ai tendes o homem admirável, o pesquisador incansável que passou por esta Casa sem as lantejoulas do brilho tribunício. Mas que a engrandeceu, honrando-a e exaltando-a com o só testemunho da sua presença. E eu não conheço, confesso-vos, para o culto de uma memória dessas, melhor e mais expressivo epítáforo do que aquela legenda dos versos camonianos:

"Não me mandas contar estranha história,

"Mas mandas-me louvar dos meus a glória." Essa foi, sem dúvida, a grande senha com que Pereira da Costa forçou as portas da imortalidade. E conseguiu o lugar de eleito que pernambucana.

HOLANDESES E PORTUGUESES

(Continuação da pág. 16)

pítulo das relações do branco com os indíos e com os negros, as duas culturas inferiores com quem tinha de entrar em contacto. Não devendo omitir esse aspecto, mas não nos sende possível, à vista das limitações impostas pela finalidade desse trabalho, demorar sobre esse ponto, limitamo-nos à uma apresentação esquemática de uns poucos elementos.

Os contactos entre os holandeses, de um lado, e os indios e negros, de outro, foram dificultados e se realizaram de modo muito pouco intenso em virtude de três formas de segregação:

1.) — a segregação geográfica;
2.) — a segregação social;
3.) — a segregação imposta pelas autoridades administrativas e religiosas dos holandeses.

A primeira decorre do fato de viverem os flamengos quase só na cidade enquanto os indios e negros habitavam predominantemente o interior. No interior, no campo, nos engenhos, nas aldeias indigenas, com a presença do missionário, quem estava era o português. E são conhecidos os resultados do intimo contacto cultural e social verificado, com seus efeitos de aculturação e miscigenação.

A segunda relaciona-se com a distância social em que se colocavam os invasores ou com a barreira social com que se isolavam. O preconceito de cor era uma expressão desse fato. Exemplo significativo: geralmente não se permitiam os holandenses intimidades com negras ou com indias, e até importaram mulheres da Holanda para os bordéis do Recife, apesar da reação dos ministros protestantes. Enganhou isso, sabemos o que fez, em sentido contrário, o sensualismo lusitano com seus resultados em favor do contacto e da mistura das raças.

Nação ou condição pelas autoridades civis e eclesiásticas holandenses da união conjugal entre os invasores e a gente de cor. As uniões extra-matrimoniais com africanas e indias eram igualmente reprovadas ou condannadas pelas mesmas autoridades. Foram naturalmente numerosas as desobediências, mas houve até pena de deportação pelo amancebamento de holandês com índia.

Parece, em suma, que o interesse do holandês pelo indio não ia muito além das vantagens imediatas trazidas pelas alianças militares. Com os negros, quase só interessava a relação de propriedade que possibilitava o trabalho servil. Mas, em consequência do mercantilismo urbano do holandês, o negro era, para ele, uma cimóvel mercadoria trazida da África para ser vendida no Recife, onde o vinham adquirir, já de mãos de terceiros, geralmente judeus, os senhores de engenho. Quando, para os portugueses era sobretudo o trabalho do campo, fator da produção agrícola. Era, além disso, o elemento com quem se entrecruzaria etnicamente.

O autor de "Tempo dos Flamengos", "parece que ai está um dos aspectos mais antipáticos da colonização holandesa: essa separação quase profilática entre as classes dos dominadores e dos dominados". E' mais do que isso. Euxergamos nesse fato uma causa a juntar-se a outras, já mencionadas, de não ter a colonização holandesa conseguido criar raízes no Brasil.

Impõe-se ainda uma consideração de ordem geral, quando estamos terminando. Para alguns historiadores, não se torna possível o exame comparativo dos mé-

todos de colonização dos holandeses, dado o período curto.

A terceira forma de isolamento consistia na repressão de seu domínio. Esquecem que o fato de ter sido curto o período de dominação holandesa, tudo indica ter derivado precisamente do não enraizamento dos invasores à terra e à sociedade colonial. Decorreu muito mais desse não enraizamento do que das possibilidades militares e diplomáticas da Holanda, cujos direitos no Brasil chegaram a ser reconhecidos pelo governo português.

Constitue, assim, a transitoriedade do domínio uma confirmação de tantas vezes aqui referida falta de qualidades dos flamengos para uma ocupação duradoura, de sentido realmente colonizador, em terras do Brasil.

O exame das aptidões dos batavos e de seus métodos de ocupação não pode igualmente ser invalidado pela circunstância de se tratar de um período perturbado por guerras e guerrilhas. Embora não se possa negar que uma fase pacífica serviria melhor para a caracterização daqueles métodos e aptidões.

E' bom notar, entretanto, que foi ainda e principalmente a falta de qualidades do holandês para a colonização desta terra que criou a atmosfera propícia às agitações guerreiras ou constitui sua causa fundamental. Está nitidamente nesse caso a insurreição pernambucana, de cujas refregas memoráveis iria resultar a expulsão definitiva do invasor.

SUMARIO

- I — Colonização contra colonização.
- II — O mercantilismo holandês.
- III — Colonização por superposição.
- IV — Sentido urbano da colonização flamenga.
- V — Subordinação econômica da vida rural à vida urbana.
- VI — Nassau.
- VII — O não enraizamento econômico.
- VIII — O não enraizamento eclesiástico.
- IX — O não enraizamento social.

NA CONVENÇÃO DO P.S.D.

Marcha resoluta para a conquista de métodos e processos políticos que correspondam a nossos legítimos interesses

Realizou-se, no dia 1º de outubro, a Convenção Regional do Partido Social Democrático, para homologação da candidatura do senador Etevino Lins ao Governo do Estado. As 9 horas, na sede do partido, teve início a Convenção, com a apresentação e autenticação das credenciais de todos os diretoriais. As 15.30 horas foi homologada a candidatura do ilustre pernambucano, por unanimidade de votos.

NO TEATRO SANTA ISABEL

As 21 horas no Teatro Santa Isabel, que apresentou um espetáculo festivo e no qual compareceram numerosas autoridades, iniciou-se a sessão de encerramento do importante certame político. Compareceram o governador Torres Galvão, representante do prefeito do Recife; deputados federais e estaduais do PSD e da Coligação, secretários de Estado, próceres políticos da Capital e do Interior. A presidência coube ao sr. Jarbas Maranhão, vice-presidente da Comissão Executiva do PSD, em exercício no cargo de presidente.

OS ORADORES

Abrindo a sessão da noite, faleceu o sr. Jarbas Maranhão, dizendo do objetivo da convenção a que compareciam os amigos do saudoso professor Agamenon Magalhães para homologar a candidatura do senador Etevino Lins ao Governo de Pernambuco. Em seguida, deu a palavra ao sr. Torres Galvão, que prestou, no seu discurso, em nome dos companheiros do partido, uma homenagem à memória do extinto governador, assinalando o clima de compreensão e entendimento que hoje se desfruta em Pernambuco se deve à obra patriótica do professor Agamenon Magalhães à frente dos destinos do nosso Estado.

O orador seguinte foi o sr. Oscar Carneiro, que falou em nome dos deputados federais, sancionando a candidatura. Seguiu-o o sr. Nilo Pereira, em nome da bancada pernambucana da Assembleia Legislativa, e o sr. Jarbas Maranhão, na qualidade de presidente em exercício do PSD, secção local; sr. José Pontes Vieira, saudando os convencionais; senador Etevino Lins, cujo discurso dâmo-nos no final destas notas; sr. Paulo Gerônimo, interpretando o pensamento do Diretório do Recife; sr. Eusébio Cavalcanti, representando a população da zona do agreste; sr. Hércilio do Rego, em nome da zona da mata; sr. Nestor Cavalcanti, pelo Sr. Lucílio Lameirinha de Holanda, em nome dos trabalhadores; prefeito Cunha Primo, em nome dos operários do Estado; estendente Paulo Quirós, representando os universitários.

VARIÉDADE NA UNIDADE

Após receber uma grande ovacão, o senador Etevino Lins deu início ao seu discurso, proferindo as seguintes palavras:

"Exmas. Senhoras,
Senhores,
Meus companheiros de Partido:
Já vos afirmei repetidas vezes,

Discurso do senador Etevino Lins, no Teatro Santa Isabel -- "Estamos vivendo uma hora histórica" -- Em memória do professor Agamenon Magalhães -- Os oradores da Convenção Regional do Partido Social Democrático -- Grande massa humana afluui ao velho Teatro para assistir à homologação da candidatura pessedista ao governo de Pernambuco -- Outras notas

e em fases diversas das nossas atividades políticas, nos últimos anos, que o nosso Partido nasceu, sob o signo da resistência e da luta. E hoje desejamos aqui proclamar, na oportunidade desta Convenção, que essas palavras simbólicas jamais foram tão dignas de registo e tão oportunas. Quer em 45, quer em 47, quer em 50, resistimos e lutávamos, nem sempre bem sucedidos, com os mais elevados e saudos propósitos de bem servir aos sagrados interesses de Pernambuco e do País. Resistimos e lutávamos — e outro não era o pensamento da direção do nosso Partido — alimentando a esperança, que nos parecia longínqua, de realizarmos um dia, varridos os ressentimentos e reduzidas as incompreensões, aquela ideal da cordialidade democrática a que já me referi em pronunciamentos públicos: variedade na unidade. Unidade no sentimento comum do bem público e variedade nas manifestações convergentes, mas autônomas, desse protesto, através das diversas forças políticas do Estado, dentro do votoário pernambucano de irreductível fidelidade aos interesses coletivos.

Nessa ordem de considerações permiti-vos faça aqui uma revelação: já em 45 quando me comunicava a escolha do meu nome para o posto de Interventor Federal, dizia-me Agamenon Magalhães que me sentisse bem vontade, e com plenos poderes para agir em consonância com os meus desejos de união das forças morais e construtivas do Estado. A luta, todavia pela eleição presidencial, vinha de ser desafiada, as posições estavam tomadas e nada poderia ser respeitável desiderado o que não me impediu tentar, ainda sem resultado, embora alcançar esse objectivo, por intermédio do engenheiro Manuel de Azevedo Leão, tão depressa tive notícia do decreto do minha nomeação para a Interventoria Federal.

Esfôrço idêntico fazímos mais adiante com as escolhas de Ezequiel Lima Soárez como candidato ao Governo do Estado, nas eleições de janeiro de 47. Espírito sereno sem maiores incompatibilidades na política política que nos uniu e que, a esta altura, digo-vos com emoção e orgulho de pernambucano, parece inspirar os quadros políticos nacionais, para a obra de vulto que o Brasil está a reclamar do patriotismo de todos os seus filhos.

MÉTODOS E PROCESSOS NOVOS

Tendes, pois, al as raízes profundas do grande triunfo que acabamos de conquistar, triunfo menor nosso, menos de quaisquer partidos ou homens públicos, do que de Pernambuco, cuja unidade política há de lhe restituir, e já começa a lhe restituir, e já começo a lhe restituir,

a liderança histórica que as diásporas internas nos arrebataram.

Foi por isso, e para isso, meus companheiros de Partido, que lutamos e resistimos. E aqui volta, então, ao que vos disse de inicio: jamais foram tão oportunas aquelas palavras que, malo do que nunca, tem sido dito de hoje: a luta é a única forma de resistência.

Definitivamente, foi, com a ciência

política de que resultava a união dos pernambucanos.

Não assentem-se em argumentos de natureza política apenas. Assenta também, e sobretudo, na realidade jurídica criada pela legislação vigente, com o sistema de repre-

ENTENDIMENTO NO PLANO ELEVADO

Como salientou em discurso proferido recentemente no Rio, na singular homenagem que me prestaram os companheiros do Senado, houve em nosso Estado um entendimento em plano elevado, alargado de qualquer interesses subjetivos, entre os profissionais, acima das competições personalistas, sem acomodações reciprocas, sem a discussão, sequer, da composição do futuro governo ou de chaves municipais, um entendimento à altura das

de que estejamos a caminhar, zona essa entendimento, para o silêncio da Casa do Poder, a Assembleia Legislativa Estadual. Não e não! A livre crítica continuará em toda a sua plenitude, e tudo farei no sentido de promulgá-la, pois jamais desejaria que o debate sobre os problemas do Estado ficasse circunscrito ao contacto direto que pretende manter com os deputados dos diversos partidos, sempre que estiverem em jogo os legítimos interesses da Administração. Não, não, repito. A Assembleia jamais se transformará numa Casa amorda, sem vida, sem os debates alegados que tanto significam o exercício do mandato e tanto contribuem para a educação política das massas populares, já cansadas, e irritadas até, com a maratona demagógica dos nossos dias.

HOMENAGEM AS FORÇAS PARTIDÁRIAS

Meus companheiros de Partido:

Rendemos aqui as nossas homenagens especiais às forças partidárias que escreveram tão eloquente capítulo da nossa vida política: a União Democrática Nacional, o Partido Social Progressista, o Partido Democrata Cristão, o Partido Liberal, o Partido Republicano, o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Social Trabalhista, o Partido de Representação Popular e o Partido Republicano Trabalhista.

FATO INÉDITO

Senhores:
Unidas assim, em entendimento inédito na vida política do Estado e do próprio país, marcharemos resolutamente, decididamente, sem olhar para os lados, para estrada larga dos altos interesses administrativos de Pernambuco, tão bem equacionados pelo precursor da unidade política pernambucana, Agamenon Magalhães, cujas diretrizes de governo não sofrerão solução de continuidade.

O plano rodoviário, as medidas de estimulo à produção, as da caráter social da assistência aos agricultores e desempregados, a preocupação constante, enfim, de dar vitalidade econômica ao nosso Estado, única maneira de combater a pauperismo e a miséria, em síntese, o programa que não será interrompido.

Temos, todavia, e era dispensável dizer-ló, de enquadrar o Estado num trem de vida modesta, compatível com as graves dificuldades das suas condições financeiras, com pequenos saldos que nada significam à vista de despesas mensais com o funcionamento, compatível, principalmente, com um orçamento em que se acha previsto, para o ano que chega, um déficit superior a duzentos milhões de cruzeiros, como salientava Agamenon Magalhães na sua última mensagem ao Poder Legislativo.

Assim agindo, senhores, e seguindo assim, faremos a nossa preparação para receber a energia elétrica daquela obra de que depende a redenção econômica do nordeste e o futuro de Pernambuco — a gigantesca obra de Paulo Afonso".



O senador Etevino Lins, ladoado pelos srs. Armando Monteiro, Francisco Veras e Pereira Borges, discute com os representantes da indústria, agricultura e comércio, os problemas básicos do Estado.

FORD

FORD. MOTOR COMPANY, ESPORTS. INC.

"FORD E MERCURY"

ARMINDO C. MOURA

RECIFE

RUA IMPERIAL, 1669 / 75

CAIXA POSTAL, 333

INSC. 5280

FONES, 7493 e 7494

End. Telegr. CHAMPION

Recife --- Pernambuco

São João do Nordeste

(Continuação da pág. 2)

tas palavras, repassadas de verdadeiro feticismo, anestesiaram-lhe as plantas, de si revestidas de verdadeira coragem pelo hábito de andar descalças». (10)

E sobre esta cena o poema de Ascenso Ferreira:

Em frente à fogueira

Zuza espaduado,
benzeu-se sereno
e fez oração:

— chô — cão!

— chô — cão!

Depois levantou
a vista prô céu
pra ver se o espiava
senhor São João!

E meteu os pés nusinhos nas brasas de
[fogo quente.]

— Danou-se, só quem tem os pés de sola!

Porém Zuza, vadiando, andou prâ lá e
[prâ cá!]

Caxetando se agachou pondo fogo no
cachimbo!

Depois, puxando a pistola, atirou fixe no
[chão!]

Viva senhor São João!

— Vivôô! (11)

Encontra-se desaparecida uma das mais pitorescas tradições nordestinas de São João: a tradição do livro de sorte. No Recife, principalmente, era verdadeiro encanto das noites não apenas sanjoanescas; também das de Santo Antônio e São Pedro. Interessava a meninos e meninas, moças e rapazes, solteiros e casados, velhos e velhas, pois todos estavam contemplados nas superstições feitas em versos de sete sílabas e a todos dedicados em páginas especiais. Doze quadras numeradas, contendo as mais diferentes respostas às mais diferentes perguntas: Qual será a minha profissão? Meu casamento está próximo? Viajarei? Terei filhos? Farei fortuna? Minha vida será longa? Tenho amigos fiéis? Que me acontecerá este ano?

Reuniam-se em grupos, os da família e os vizinhos, em torno da mesa de jantar ou na sala de visitas, depois da ceia na base do milho verde. Escolhiam os temas, e era como se um oráculo de poesia popular indicasse o destino dos consulentes, através da pessoa aclamada para recitar as profecias das trovas correspondentes a cada número anunciado. Gente havia capaz de ir para a cama impressionada com o que lhe fora revelado. E sonhar até com o futuro marido ou com o navio de luxo no qual deveria fazer a volta do mundo.

Em geral, apareciam nesses livros uns poetas espertos. Não queriam desapontar ninguém e só rimavam boas profecias. Na parte da riqueza, por exemplo, não nos deixavam espiando a maré: reuniam bilhetes de loteria premiados, negócios fabulosos, casamentos dos chamados bom partido, heranças, e tudo distribuíam com engenho e arte, mais a uns, menos a outros, mas a uns e a outros contemplando.

Matando os leitores de morte na cama e somente na extrema velhice, não deixando nenhum deles pobre de Jô, alinhando dúzias de noivas e noivos, prontos a seguir para a Igreja, os livros de sorte tiveram grande prestígio.

Parece-me que o mais importante deles existiu no Recife e chamava-se «Estrelas de Junho», editado pelo «Diário de Pernambuco», ainda nos tempos de Carlos Lira Filho e Jader de Andrade. Esse não era apenas de sorte: era uma espécie de almanaque circulando no meio do ano. E também de revista literária. Trazia informações sobre muita coisa, fotografias sobre os principais acontecimentos do semestre. Nele brilhavam estrelas não somente de Junho: os beletristas provincianos mais influentes, com os seus contos, os seus sonetos, as suas narrativas sobre a cabeça do Batista e a dança de Solomé.

Um jovem folclorista do Rio Grande do Norte, Veríssimo de Melo, publicou (12) uma das melhores variantes do sonho de São João, que corre o Nordeste inteiro. Ou melhor, não corre: para, em Junho, debaixo do travessereiro de tudo quanto é moça: «Meu São João Batista, vós, dormindo, sonhaste que Jesus era preso na rua da Amargura. Assim como vosso sonho foi certo e vitorioso, mostrai hoje em sonho... o futuro noivo? (Rezam-se três padres nossos e três avemaria).

O mesmo autor reune, com a devida explicação de cada uma, a série de superstições adotadas pela nossa gente, algumas nossas conhecidas pela prática na adolescência: o copo e a aliança, os três pratos, as bolas de farinha, as bacias e os botes de papel, os pingos de vela dentro d'água, a clara de ovo, o espelho, a pessoa que avistar, o dente de alho, a chave, a água na boca, a flor, a mesa posta, o tostão, os objetos na mesa, os carvões, as agulhas, o mangerio no telhado, o caroco de milho no pião, os nós na ponta do lençol, a pimenta, a faca na bananeira e a imagem na água.

Quem de nós não enfiou, certa noite distante, a faca na bananeira do quintal, para, na manhã seguinte, chaminicamente decifrar o nome da pessoa amada ou que viria a ser amada, no meio das nódoas da resina da planta na lâmina de aço?

Quem não recorda uma menina que morreu em Junho, como aquela do conhecido soneto de Adelmar Tavares:

«Ela não viu a imagem na corrente,
Quando ao rio em São João se foi banhar.
E voltou para casa descontente
com os lindos olhos baixos a chorar»

O outro Junho chegou e ela partiu
morto no seu caixão, magoado o rosto,
ó meu primeiro amor, é flor de um dia».

E outros meninos ou meninas vítimas das próprias noites comemorativas de São João? Noites que ressurgem, às vezes, do fundo de nossa memória, manchadas de luto e desespérado. Deante da fogueira, dos balões, do fogo de vista, aparece-nos o cenário de carne humana assada, carne de gente da nossa cidade, companheiros da nossa infância.

Os pequenos incidentes, os dedos dos meninos queimados com diabinho ou cera-dura e tratados com manteiga de manteiga, esses não contam.

As leves cicatrizes, quando ficam, ficam como um «souvenir» para a idade adulta.

O que dói pelo resto da vida é a lembrança da traição de certos tipos de fo-

gos que explodiram em falso, dilacerando mãos ou braços de quem brincava-se «Estrelas de Junho», editado pelo «Diário de Pernambuco», ainda nos tempos de Carlos Lira Filho e Jader de Andrade. Esse não era apenas de sorte: era uma espécie de almanaque circulando no meio do ano. E também de revista literária. Trazia informações sobre muita coisa, fotografias sobre os principais acontecimentos do semestre. Nele brilhavam estrelas não somente de Junho: os beletristas provincianos mais influentes, com os seus contos, os seus sonetos, as suas narrativas sobre a cabeça do Batista e a dança de Solomé.

Muitos de nós fomos testemunhas ou participantes de cenas como essas quando iam mais animados. Tragédia às vezes chegando ao auge, originadas sempre pela imprudência fatal de um riscar de fósforos ou de uma ponta de cigarro acesa em casa de fabricante ou vendedor de fogos. Foi o que aconteceu no Recife, há cerca de dez anos, como o Bazar Santo Antônio. Tarde de chamas e velórios na rua do Rangel. Em minutos, o Bazar virou cinzas. E quase cinzas viraram os corpos de seu proprietário, da mulher, do filho e da nora. Impedidos de correr pela frente, trancaram-se todos no banheiro, mas não adiantou. Lá o fogo chegou, rápido, para matá-los.

Desgraça semelhante houve, antes, em Nazaré, para encerrar dolorosamente o destino do velho fogueiro Valentim Negromonte, surpreendido em plena atividade.

Durante quarenta anos, fabricara-as suas bombas, as suas ronqueiras, e as suas girândolas, sem tostar o polegar sequer. Mas squêle 23 de Junho era o seu dia. Deu-se a combustão espontânea, com estampidos de abalar a cidade. Nada ficou da oficina além do chão preto. Do fogueiro e de seus ajudantes, ficaram os corpos irreconhecíveis.

Despontam esses fatos do meio de muitos outros, quase iguais. Com as novas invenções pirotécnicas, crescem, de ano a ano, as estatísticas de acidentados pelo São João. Sabendo disso, a população deve prevenir-se. Se é impossível dizer: com fogo não se brinca, podemos dizer: brinca-se com fogo, mas sem dar muita confiança.

Uma das lembranças que mais nos ligam aos Junhos consumidos é a dos foguinhos queimados para sempre. Quase os desconhecemos hoje quando os compramos para os nossos filhos. Podem ser até mais bonitos, mas, para nós, não têm a beleza dos outros. Os nomes são preciosos: fontes maravilhosas, de Paris, de pérolas e orientais; coroa real, plumas de pavão, palmeiras, lágrimas de salão, jasmim, vesúvio, luar paulista, luar de Paquetá, morteiro de flores, aspirais, assobio pirotécnico. Antes eram simplesmente estrelinhas, rodinhas, espanta-coiô, pistolas, mijões, buscaspés, traques de massa, traque encarnado, peido de velha.

Todos nós conservamos nos dedos, como pequenas tatuagens de amor, o vestígio de um mijão, a sua leve queimadura. E nos dedos sentimos ainda a leve carícia da mãe que nos socorreu, trazendo as mãos o remédio caseiro, que, para nós, estava simplesmente naquelas mãos e na sua carícia.

Associamo-nos tanto no Nordeste aos acontecimentos de São João que deles já-mais nos separamos. Eles continuam em nosso espírito como uma infância sempre iluminada.

Ouvimos as velhas orquestras de nos-

sas cidadesinhas, vemos as limaias ziguezagueantes, marcando a superfície das noites com um ferro em brasa.

As vezes, vem tirar-nos desta abstração, que desejamos cercada de carências verdes, a explosão das transvalianas contra a qual me insurgi. E então sentimos que a fogueira apagou há muito tempo. E que, no lugar dela, só existem cinzas. As cinzas da lenha e as cinzas do nosso encantamento.

E então, senhores rotarianos, só temos uma coisa a fazer: revolver as cinzas, ouvindo o «Profundamente», de Manoel Bandeira:

«Quando ontem adormeci
Na noite de São João
Havia alegria e rumor
Estrondo de bombas e luzes de Bengala
Vozes, cantigas e risos
Ao pé das fogueiras acesas.

No meio da noite despertei
Não ouvi mais vozes nem risos
Apenas balões
Passavam errantes
Silenciosamente

Apenas de vez em quando
O ruído de um bonde
Cortava o silêncio
Como um tunel.
Onde estavam os que há pouco
dansavam
cantavam

E riam
Ao pé das fogueiras acesas?

— Estavam todos dormindo
Estavam todos deitados
Dormindo
Profundamente.

Quando eu tinha seis anos
Não pude ver o fim da festa de S. João
Porque adormeci.
Hoje não ouço mais as vozes daquele

[tempo]

Minha avô
Meu avô

Totonio Rodrigues

Tomasia

Onde estão todos eles?

— Estão todos dormindo

Estão todos deitados,

Dormindo

Profundamente. (13)

(x) Palestra no Rotary Clube do Recife, em 19-6-52.

(1) Frol Vicente Salvador — História do Brasil, 3^a edição. Comp. Melhoramentos de São Paulo. Pág. 393.

(2) Gilberto Freyre — «Casa Grande e Senzala, 1^a edição. Rio — 1934. (Págs. 246 e 277).

(3) Pereira da Costa. «Folk-Lore Pernambucano». Revista do Instituto Histórico. Pág. 179 e seguintes.

(4) Rodrigues de Carvalho — Cancioneiro do Norte — Paraíba, 1928, 2^a edição (Pág. 71).

(5) Obra e pág. citadas.

(6) Euclides da Cunha. Os Sertões. (Págs. 129 e 130). Edição Francisco Alves & Cia — Rio.

(7) Ottoni Menezes — Sertão de Espinho e Flor. (Págs. 94, 95 e 99). Departamento de Imprensa, Natal, 1952.

(8) Théo Brandão — Trovas Populares de Alagoas. Edições Caeté, Maceió — 1951.

(9) Luiz da Câmara Cascudo — Vaqueiros e Cantadores — BIC — Edição Globo — 1957 (Pág. 172).

(10) Rodrigues de Carvalho, obra citada, pág. 68.

(11) Ascenso Ferreira — Cana Calana — Recife, 1939.

(12) Veríssimo de Melo — Superstições de São

Manoel Bandeira. Festas Completas, 5^a João, Pequenas Edições Bando, Natal, 1949. Edição aumentada. C.E.B. Rio — 1951.

A LOTERIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

É UM SIMBOLO DE CONFIANÇA NO FUTURO!

PENSE NO FUTURO, adquirindo os bilhetes da Loteria do Estado de Pernambuco

EM TODAS AS RUAS DO RECIFE E CIDADES DO INTERIOR JA' CHEGOU A FAMA DE SUA UTILIDADE!

Holandeses-Portugueses

MARIO LACERDA de MELLO

Não sou um historiador. Tenho a honra de fazer parte, porém não nessa qualidade, de uma casa de historiadores, este Instituto, cuja contribuição aos estudos históricos brasileiros e pernambucanos quem a procurasse exaltar, estaria apenas dizendo o que todos sabem. De um modesto interessado nos assuntos de nossa história econômica e da geografia humana, não podeis esperar as palavras mais adequadas a comemorações como a de hoje. Não podeis esperar palavras autorizadas como as que seriam ditas por companheiros ilustres.

Temos, porém, um presidente do feito de Luiz Estêvão de Oliveira. E se nos pode ser lícito eximirmos-nos por uma vez a uma sua convocação, não nos é permitido declinar, pela segunda vez, de um seu convite honroso, sempre envolvido de cativante fidalgia. Há o temor de que esta atitude pareça uma fuga à colaboração, devida por todos nós ao homem que está marcando sua gestão como uma fase viva e de trabalhos fecundos no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano.

Esse motivo explica a minha presença, um tanto temerária, nesta tribuna. Serve também para me dar direito à benevolência de tantos doutos, ora presentes, na matéria de que me tenho de ocupar.

I — COLONIZAÇÃO CONTRA COLONIZAÇÃO

Existem por certo vários ângulos sob os quais pode ser estudado o período de dominação holandesa. Para o estudioso da história econômica geral, o episódio teria sido um embate, em cenário sul americano, entre o poder mercantil ibérico — o primeiro a emprestar caráter realmente mundial à evolução econômica — de um lado, e, de outro, o novo mas já vigoroso poder marítimo e comercial dos neerlandeses. Para o interes-

vasor. O historiador de nossa formação política estaria atento sobretudo à possível, embora controversa, influência da luta contra o invasor, ou do resultado dessa luta, sobre a formação do espírito de nacionalidade.

E, ainda, quantos outros aspectos atraentes oferece esse período de quase um quarto de século!

Tivemos de escolher um desses planos de análise. Fixamo-nos nas questões diretamente relacionadas com o problema da colonização.

Quem comemora a insurreição pernambucana e a vitória das armas luso-brasileiras sobre o invasor neerlandês está, de certo modo, exaltando a superioridade de um sistema de colonização, o lusitano, sobre o que o procurou substituir, no Brasil, no século XVII. Existe assim, oportunidade para um exame, que tentaremos fazer, dentro de limitações óbvias, dos fatores econômicos e sociais do malogro da colonização holandesa no Brasil. É esta uma forma de homenagem àquelas nossas antepassadas que se levantaram em arma e expulsaram o invasor.

Devemos registrar ser a fase dos flamengos uma das épocas mais pesquisadas de nossa história colonial, uma das que mais têm atraído a atenção dos estudiosos. Entre os historiadores contemporâneos, onde a preocupação maior já não é com a história de superfície, a dos fatos militares e políticos, mas o do conhecimento diagonal vertical da sociedade no passado e de sua evolução, seria justo mencionar um Herman Wätjen com sua contribuição fundamental, um José Honório Rodrigues, um José Antônio Gonçalves de Melo, neto. A vocação de pesquisador e historiador desse último novos créditos está constituindo para com a cultura histórica brasileira a valiosa documentação que, no momento, vai encontrando em arquivos de Portugal.

Desses autores, principalmente, são as informações de que nos valemos, numa tentativa de emprestar-lhes,

econômica, como o período do capitalismo comercial. O julgamento terá de partir de valores econômicos e sociais. De valores geográficos, igualmente, conforme veremos.

As atividades derivadas da expansão marítima dos portugueses apresentam características que as colocam em plano superior às de seus sucessores da Holanda. Estas são eminentemente mercantis. Aquelas são também colonizadoras, empregando o termo aqui na acepção de capacidade de criar novas civilizações nas áreas ocupadas.

A expansão holandesa, ocorrida já no auge da revolução comercial, tem maior sentido capitalista. Já se havia fundado (1608) o Banco de Amsterdã quando se constituíram as companhias de comércio que iriam operar contra o monopólio mercantil mantido pelos portugueses e espanhóis. Já uma doutrina jurídica, a de "mare liberum" de Grotius, informada ou encomendada pelo interesse econômico dos mercadores batavos, legitimava a ação de seus navios nos domínios que o papa repartira com os ibéricos. Já se expandira o protestantismo. Calvinho já considerava os lucros dos negócios comerciais e industriais tão legítimos quanto os de correntes da atividade agrícola. Já se constituíam cidades de capitais na Holanda, pelos calvinistas e judeus, inclusive os israelitas expulsos de Portugal pelo terror do Santo Ofício.

É compreensível que na atividade de uma empresa comercial como a Companhia das Índias Ocidentais houvesse muito mais cupidez e sobretudo muito mais imediatismo do que na obra colonizadora dirigida pelos reis de Portugal a quem interessavam outros aspectos afora o lucro mercantil imediato. Nem se argumente com o caso de Maurício de Nassau, tão decantado. O príncipe alemão também teve seus êrros. E quando não os tivesse tido, o certo é que não se harmonizou sua política com os objetivos da Companhia, entrou em conflito com o Conselho dos XIX e teve de abandonar a colônia. Para a maioria dos diretores, como escreve Wätjen, «o Brasil era uma esponja que cumpria espremer até onde se pudesse. Nenhuma outra preocupação senão, “por meio da distribuição de altos dividendos, manter estável a cotação das ações”. Não serve, assim, o exemplo nassoviano para mostrar excelências dos processos colonizadores holandeses. Serve antes, para evidenciar que, fora dos lucros e dividendos da grande empresa, nada interessava aos seus objetivos.

Esse sentido mais mercantil do que propriamente colonizador seria um dos fatores do fracasso do holandês em Pernambuco. Não que o espírito comercial estivesse fora das cogitações e das atividades portuguesas. Isso seria impossível. Os fatos mostram, entretanto, que eram menos imediatistas em seus interesses econômicos.

III — COLONIZAÇÃO POR SUPERPOSIÇÃO

Reconhecidamente complexa, sabe-se que a função de colonizar supõe determinadas qualidades nos povos que, descobrindo ou conquistando regiões pouco ou não exploradas e de estágio cultural inferior, devem efetuar sua ocupação econômica, promover sua “*mise-en-vale*”. Qualidades, umas, em termos de geografia humana, relativas à capacidade de adaptação passiva. Outras referentes à capacidade de adaptação ativa, modificadora.

O empreendimento colonizador implica na transplantação para área nova de um conjunto de elementos materiais e espirituais de cultura que deverão operar em novo meio natural. Outras condições de posição de clima, de solo, de flora, de fauna estarão a exigir o emprego de técnicas a elas adequadas. Da atuação dos velhos elementos culturais no meio natural novo, valores novos se criam. Elas aí a condição essencial à formação de nacionalidades novas. Para ela contribui igualmente a disseminação de elementos culturais desconhecidos dos nativos e o recebimento pelo colonizador de elementos originários da região. Muda-se, em consequência, a paisagem natural em paisagem cultural ou transforma-se a paisagem cultural encontrada, pelo influxo de novos elementos modificadores. “Nada é mais nítido do que a colonização, como fenômeno de geografia humana”, nota George Hardy.

Outros não têm sido, através da história, os complexos processos de formação de numerosos povos e nações. E quanto maior a facilidade com que um povo em expansão a eles se ajustam, tanto maiores são suas qualidades colonizadoras.

O português os havia posto em prática em Pernambuco, quando aqui chegou o invasor flamengo. O maior elogio, como a justiça mais devida pela história à obra do grande Duarte Coelho e da estirpe de Duarte Coelho, consiste em verificar e em proclamar que seus processos de ocupação colonizadora correspondem, em grande parte, àquilo que o estado atual dos conhecimentos, nes-



• Recife dos primeiros anos da ocupação holandesa. Reprodução de uma gravura do livro de Joannes de Laet, sem indicação do autor

sado particularmente na questão da expansão colonial verificada a partir dos grandes descobrimentos marítimos, significaria a disputa pela Holanda de uma área de vitoriosa ocupação portuguesa nos trópicos, a qual estava pagando muito bem, em açúcar e pau de tinta, as despesas e o trabalho daquele povo que aqui se estabeleceu e para aqui trouxera os elementos de sua cultura espiritual e material, juntamente com os negros buscados às costas d'Africa. Tratar-se-ia, neste caso, de "um capítulo de história colonial do século XVII", como está no sub-título do livro de Herman Wätjen. Os mais interessados na história das religiões e das lutas religiosas terão no acontecimento uma manifestação, na América, das guerras entre católicos e reformados ou entre países fiéis a Roma e ao papa e nações rebeladas contra a Igreja Romana.

Qualquer desses ângulos da análise vincula o acontecimento à corrente maior e mais ampla da História Universal. Em qualquer deles, a história estará sendo feita de fora para dentro e do todo para a parte. Um procedimento metodológico inverso, o que focasse o acontecimento como parte ou capítulo da história da formação brasileira, apresentaria igualmente planos diversos de observação e análise.

Poderia ser, para quem desejasse examinar o fenômeno da ocupação colonizadora do Brasil, uma tentativa de se implantarem processos novos nessa ocupação, devidos a povo de cultura enormemente diversa da portuguesa, ibérica e latina. Aos historiadores da economia brasileira, iriam impressionar de modo especial o fato de se tratar de uma guerra do açúcar, as vicissitudes por que passaram os engenhos, as crises da produção agrícola, o papel da finança mercantil e judia, os caracteres e métodos de exploração econômica do in-

em relação ao tema escolhido, tratamento interpretativo e sistemático.

O exame de aspectos econômicos e sociais da colonização flamenga no Nordeste Brasileiro conduz à convicção de que tais aspectos foram outros tantos fatores do fracasso do empreendimento batavo em nossa terra. Não seria possível o sucesso. Nem seria deseável. E' como, na observação de Gaspar Dias Ferreira, citada por José Higino e por José Honório Rodrigues: — “A conquista do Brasil Setentrional, pelas armas de uma companhia de mercadores, se explica como empresa militar e enquanto durasse a guerra, podendo daí advir lucros tão consideráveis para os acionistas, quanto perdas para o inimigo. Mas, como empresa colonial, destinada a florescer na paz e pela paz, o seu malogro devia ser previsto. Era vão intento fundar uma colônia, em províncias cultivadas por portugueses, distanciados conquistadores por línguas, crenças, costumes e instituições, e de cujo concurso dependia, aliás, a prosperidade da mesma colônia”.

II — O MERCANTILISMO HOLANDES

A história da ocupação das novas terras descobertas, de que foram pioneiros os portugueses, sabe-se que é, em quase todos os casos, misturada com massacres de populações indígenas, dissolução dos costumes, pilhagens, crueldades, desordens, crimes e pecados de toda natureza, praticados em razão mesmo do móvel comum ao empreendimento colonizador: — o interesse mercantil. Seria difícil, por isso, um julgamento dos povos colonizadores à base de valores éticos. A época dos grandes cometimentos da colonização europeia da Idade Moderna está bem definida, em termos de história